



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO

Juliana Araújo Lopes

**MULHERES NEGRAS MOLDANDO O DIREITO CONSTITUCIONAL DO
TRABALHO BRASILEIRO:**

A doméstica, o Feminismo Negro e o Estado Democrático de Direito

Brasília

2017

Juliana Araújo Lopes

**MULHERES NEGRAS MOLDANDO O DIREITO CONSTITUCIONAL DO
TRABALHO BRASILEIRO:**

A doméstica, o Feminismo Negro e o Estado Democrático de Direito

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito da Universidade
de Brasília – UnB, como requisito para a
obtenção do título de bacharela em Direito.

Orientador: Professor Doutorando Marcos
Vinícius Lustosa de Queiroz

Brasília

2017

Juliana Araújo Lopes

**MULHERES NEGRAS MOLDANDO O DIREITO CONSTITUCIONAL DO
TRABALHO BRASILEIRO: A doméstica, o Feminismo Negro e o Estado Democrático
de Direito**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito da Universidade de Brasília – UnB, como requisito para a obtenção do título de bacharela em Direito.

A candidata foi considerada _____ pela banca examinadora.

Professor Doutorando Marcos Vinícius Lustosa de Queiroz
(Orientador)

Professora Doutora Thula Rafaela de Oliveira Pires
(Examinadora)

Professor Doutor Paulo Henrique Blair de Oliveira
(Examinador)

Professora Doutoranda Marjorie Nogueira Chaves
(Suplente)

Brasília, 07 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Há muito que agradecer no fim dessa trajetória de seis anos de graduação na Faculdade de Direito na Universidade de Brasília, que me mudou, e muito, mas que eu mudei também. Fecho esse ciclo com certeza de que não ando só, com o coração transbordando das coisas boas que encontrei pelo caminho, e já com saudade.

Agradeço primeiramente aos meus pais, Antônia e Agostinho, que puderam me proporcionar, para além de uma educação de qualidade, uma vida toda de amor, livre das muitas coisas pelas quais tiveram que passar. Agradeço também aos meus irmãos, Cristina, Bruno e Verônica, com quem compartilho tanto, pela amizade de sempre e pelas confabulações de hoje. Ao meu sobrinho Eduardo, por ser luz desde o primeiro dia de sua chegada. Agradeço ainda a Maria, pelo aprendizado e cuidado cotidiano.

Às amigas Amanda Trivelli, Amanda Leite, Amanda Vital, Camilla Castro, Dayanna Rosa, Diana Covêllo, Fernanda Muro, Hadla Camargo, Julia Pereira, Mariana Portela, Nara Menezes, Regina Luisi, o bonde mais certo, onde eu tenho casa fora de casa, pela adolescência compartilhada e pelos primeiros passos na vida adulta, sempre juntas. Agradeço especialmente a Nara pelas revisões e pelo interesse acadêmico mútuo, e a Diana, pela formatação.

À minha rede de mulheres poderosas da Faculdade de Direito, que vão mudar o mundo: Thalita Najara, Laiana Rodrigues, Beatriz Barbosa, Regina Luisi, Heloisa Adegas, Ladyane Souza, Manuela Melo e Isadora Dourado, que dão sentido à caminhada e permitem que ela seja tão fértil e ensolarada na aridez do mundo jurídico. Que os caminhos que nos uniram continuem se cruzando, em todos os lugares, numa prática feminista anticolonial.

A Vanessa Freire, Raísa Vasconcelos e Isadora Dourado. Àquelas, desde o outro lado do Atlântico, pela vida dividida na nossa casinha durante o intercâmbio na Universidade do Porto; e a esta, pela mais duradoura amizade da graduação. Às três, por serem as mulheres incríveis que são, pela inteligência, competência e pelo amor sem frescura e sem rodeios.

A Oberdan Costa, pelo apoio e afeto na reta final da graduação.

Às professoras Ana Luiza Flauzina e Camila Prando, por, de formas diferentes, darem sentido à docência pelo exemplo.

Ao PET Direito, por todos os encontros e aprendizados, transgredindo o ensino jurídico fazendo teoria com os pés no chão. Agradeço a cada um, especialmente às petianas já citadas Najara, Laiana, Bia, Helô, Lady e Camila, bem como a Pedro Argolo, Guilherme Martins, Alceu Fernandes e Fernanda Martins.

Ao Maracatu Atômico, pelos erros e acertos.

Aos coletivos negros que existiram na Faculdade de Direito, que me formaram desde o primeiro dia, especialmente a Frente de Negritude, o Yalodês e a Ocupação Negra, sempre com a presença proeminente e majoritária de mulheres, que me ensinaram que não existe movimento negro sem a gente, e que é possível aos homens negros o exercício de uma masculinidade que não nos sufoque e silencie.

Ao Maré, pelo que somos, mas principalmente pelo que seremos, pela potência político-teórico-afetiva, como sempre foi na Diáspora Africana. Agradeço especialmente a Marcos Queiroz, meu orientador, e a Rodrigo Portela, ambos pela amizade e pela disputa de um Direito Constitucional descolonizado. Que nos aguardem.

Ao Grupo de Estudos de Mulheres Negras, cujas integrantes abrem caminhos altivos numa Academia que nos nega todos os dias, com a sabedoria que somente vocês poderiam carregar; por me entenderem e fortalecerem. Agradeço também àquelas que vieram antes de nós, especialmente Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins, tão fundamentais neste trabalho.

A todas as pessoas negras dessa Universidade e de fora dela.

Agradeço finalmente à Faculdade de Direito, minha segunda casa, e a sua longa história de ser transformada de dentro pra fora, como todos nós que passamos por seus corredores de tijolo e concreto armado, para além dos muros.

[...] foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioulo da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar juto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaia, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve uma hora que não deu prá agüentar aquela zoadada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída...”

(Lélia Gonzalez)

RESUMO

Esta monografia se trata de uma proposta no campo do Direito Constitucional do Trabalho brasileiro, a partir da perspectiva teórico-metodológica do Feminismo Negro, compreendido como parte do pensamento da Diáspora Africana, por meio da análise do trabalho doméstico. Procurando revisitar a historiografia nacional sobre o trabalho, articulando necessariamente as categorias de raça, gênero e classe, traça o caminho da construção do Direito brasileiro, especialmente no que se refere aos direitos sociais, evidenciando o papel da escravidão colonial na legitimação do status de sub-cidadania das trabalhadoras domésticas. Buscando desconstituir a democracia racial, o mito fundador da nação, no qual a figura da doméstica tem centralidade, quebram-se também os estereótipos negativos sobre mulheres negras que informam sua exclusão, enfatizando sua agência política. Aproximando a gramática do Direito do Trabalho e do Direito Constitucional, observando as conexões históricas entre trabalho e cidadania, visa à escrita de novas narrativas que viabilizem a efetivação de direitos fundamentais.

Palavras-chave: trabalho doméstico; Feminismo Negro; Diáspora Africana; História do Direito; Direito Constitucional do Trabalho.

ABSTRACT

This monograph is a proposal in the field of Brazilian Constitutional Labor Law, from the theoretical and methodological standpoint of Black Feminism, comprehended as part of African Diaspora's thought, through the analysis of domestic work. Revisiting national historiography on labor, necessarily articulating the categories of race, gender and class, it traces the route of the construction of Brazilian Law, especially regarding social rights, highlighting the role of colonial slavery on the legitimation of domestic workers status of undercitizenship. Aiming to deconstruct racial democracy, the founding myth of the nation, in which the image of the domestic worker is central, negative stereotypes about black women that inform their exclusion are also shattered, by emphasizing their political action. Bringing the grammar of Labor Law and Constitutional Law closer together, remarking the historical connections between work and citizenship, it aims the writing of new narratives that enable the effectiveness of fundamental rights.

Key words: domestic work; Black Feminism; African Diaspora; History of Law; Constitutional Labor Law.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
PRÓLOGO: TRABALHO DOMÉSTICO EM PRIMEIRA PESSOA	15
1 DIREITO, RACISMO E DIÁSPORA AFRICANA: APONTAMENTOS PARA O DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO	19
1.1 Panorama geral dos estudos sobre trabalho doméstico: feminismo e o silêncio sobre raça	23
1.2 Ensino jurídico e Direito do Trabalho: entre a neutralidade dos manuais e a resistência negra	36
1.3 Descolonizando o trabalho doméstico: a regulação do trabalho no período pós-abolição no Brasil	42
2 TRABALHO DOMÉSTICO: A ESCRAVIDÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CENTRO DA NARRATIVA SOBRE O TRABALHO NO BRASIL	50
2.1 Direito, Colonialismo e a História Universal	54
2.2 Entre a mucama e a doméstica: agência negra e a mentira freyreana	66
2.2.1. Patriarcado e a ordenação jurídico-econômica nacional	67
2.2.2. Amefricanizando o texto nacional	71
2.3 Quem é a classe trabalhadora? Entre Vargas, Vianna e Laudelina na construção do Direito do Trabalho brasileiro	76
2.3.1. Sindicalismo de mulher preta	80
3 MULHERES NEGRAS MOLDANDO O DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO BRASILEIRO.....	87
3.1 Feminismo Negro como metodologia de leitura da teoria constitucional contemporânea	88
3.2 Direito Constitucional do Trabalho: contradições da História Universal no Estado Democrático de Direito.....	97
3.3 Por uma historiografia constitucional amefricana: a participação das trabalhadoras domésticas na Assembleia Nacional Constituinte de 1988.....	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

Quando ingressei na Universidade de Brasília alguns anos atrás, ser cotista tinha contornos ainda incertos, mas um tom não declarado de vergonha. Este era o local permitido por eles, a concessão politicamente correta que pintava um quadro confortável de diversidade, a migalha da qual eu não precisava. Hoje, desfeitos esses mitos, compreendo as ações afirmativas como uma demanda histórica do movimento negro brasileiro, dotada de sentido epistêmico profundo. É sobre ser a neguinha atrevida que pega o microfone pra reclamar de certas coisas que tavam acontecendo na festa (GONZALEZ, 1984). Trata-se de uma tecnologia social que permite que falemos por nós mesmos, uma vez que o negro na ciência ocupa quase sempre o lugar do objeto de pesquisa.

O resgate da memória tem papel central neste movimento. Ter tido acesso à história dos que me antecederam, tanto no âmbito da UnB quanto num contexto mais geral da intelectualidade negra na academia, e dos diversos processos de resistência na Diáspora Africana, redimensionaram meu papel na Faculdade de Direito, que é individual, mas sempre, e principalmente, coletivo. A educação universitária vem sendo, como ensina bell hooks¹, uma experiência de pedagogia feminista anticolonial²:

¹ “bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana nascida em 25 de setembro de 1952, no Kentucky – EUA. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O nome é assim mesmo, grafado em letras minúsculas (...). A justificativa, encontrei depois numa frase da própria bell: “o mais importante em meus livros é a substância e não quem sou eu”. Para ela, nomes, títulos, nada disso tem tanto valor quanto as ideias.” (SANTANA, 2009).

² Em *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade* (2013), bell hooks estabelece um diálogo com o brasileiro Paulo Freire, apontando limites de gênero e raça em sua metodologia de educação popular, formula a proposta de uma pedagogia feminista anticolonial. Inspira-se em suas professoras negras do ensino fundamental cursado em escolas segregadas dos EUA de meados do século XX, para quem lecionar e educar eram atos fundamentalmente políticos, ligados à luta antirracista, estratégias contra-hegemônica para superar os efeitos da colonização e do racismo. A missão de libertação coletiva das professoras negras é radicalmente diferente da experiência nas escolas brancas racistas após o fim da segregação: do outro lado da cidade, “o que se esperava de nós era a obediência, não o desejo ardente de aprender. (...) Quando comecei o curso de graduação na Universidade de Stanford, (...) fiquei surpresa e chocada ao assistir a aulas em que os professores não se entusiasmavam com o ato de ensinar, em que pareciam não ter a mais vaga noção de que a educação tem a ver com a prática da liberdade. Na faculdade, reforçou-se a principal lição: tínhamos de aprender a obedecer à autoridade” (HOOKS, 2013, p. 12-13). O contato com a pedagogia crítica de Paulo Freire (valorizando a criticidade, autonomia e a construção coletiva do saber) e com espaços feministas no ensino superior desloca essa lógica da educação bancária. A sala de aula feminista admite o questionamento de práticas pedagógicas tradicionais, em que a construção de conhecimento passava também pelo compartilhamento de elementos da vida pessoal, sendo útil não só academicamente, mas para a vida. Contudo, as professoras brancas que conduziam os Estudos da Mulher eram muito avessas a críticas e contribuições de mulheres negras, evidenciando seu racismo. A pedagogia feminista anticolonial une educação

educação como prática da liberdade, de afeto e rompimento das barreiras entre público e privado, e de descolonização do pensamento (HOOKS, 2013).

A precisa definição de Sueli Carneiro do conceito de epistemicídio (2005), a dimensão epistêmica do genocídio que integra o empreendimento colonial, o qual nega a legitimidade das formas de conhecimento do grupo dominado e, portanto, de seus integrantes como sujeitos de conhecimento, é essencial para compreender os objetivos deste trabalho: a recuperação das narrativas dos “vencidos”, que rasuram o discurso oficial sobre a nação, tem potencial de resgatar um projeto de liberdade universal, reconstituído sob novas bases (BUCK-MORSS, 2011), alargando as concepções de uma cidadania fraturada pelo racismo. Usamos nossas narrativas, apagadas pela historiografia hegemônica, para disputar o campo em que nos situamos: o Direito.

Falar de racismo no Direito não é uma novidade. No Brasil, destaco o trabalho pioneiro da professora Dora Lúcia de Lima Bertúlio, *Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo* (1989). As principais contribuições de intelectuais negros e negras no campo concentram-se nas temáticas do Direito Penal/Criminologia e das ações afirmativas, duas pautas históricas do movimento negro brasileiro. Os primeiros, porque somos mortos como bichos nas mãos da polícia todos os dias, que promove um genocídio nada metafórico desde seu nascedouro, e enjaulados pela Justiça Criminal, processo intensificado pela atual política de drogas. Neste mote, destaco os trabalhos de Ana Luiza Pinheiro Flauzina, especialmente o já clássico *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro* (2006). O segundo, porque o acesso à educação foi negado ao povo negro durante toda a história nacional, o que repercute nas verdades produzidas pela Academia sobre nós. A este respeito, destaco também a professora Dora Lúcia, com o livro *Cotas Raciais no Ensino Superior: entre o jurídico e o político* (2008), organizado em parceria com os brancos Paulo Vinícius Baptista da Silva e Evandro Piza Duarte, professor da FD/UnB.

Minha trajetória na universidade reflete em certa medida este cenário. A necessidade de falar de cotas vinha da catarse coletiva de nos entendermos enquanto estudantes negros na UnB e travar nossas batalhas internas e externas. Falar do sistema penal em suas várias dimensões parecia comportar a única possibilidade de falar sobre nós: das continuidades e atualizações do poder colonial, da seletividade das instituições

jurídicas sobre corpos negros, dos apagamentos da nossa história, das críticas ao feminismo branco e à esquerda branca. Este repertório, associado à elevação da importância das categorias de raça e gênero na atuação política cotidiana e na nossa subjetividade (onde não sabíamos onde começava uma e onde terminava a outra; afinal, o pessoal é político) atravessou nossa participação no movimento estudantil, nos projetos de extensão, na pesquisa, nos grupos de estudos independentes, na sala de aula, na prática jurídica e na vida. Nisso consiste nossa formação, para além da grade curricular da Faculdade de Direito: a vida acadêmica feita em quilombos de afeto.

O trabalho doméstico é um tema que me move por suas implicações na minha vida: como em muitas famílias negras, várias mulheres da minha família o têm ou já o tiveram como profissão, com muitas histórias de luta e superação para sustentar suas famílias, mas também de assédio de várias ordens, condições de trabalho insalubres, vidas consumidas por várias horas de trabalho cuidando de outras famílias sem poder cuidar da sua própria. Como forma de homenagear minhas *yalodês*³ (WERNECK, 2007), as que conheci e as que nos antecederam, escrevo este trabalho. Sendo uma pessoa negra de classe média, cuja mãe é uma das exceções da família em termos de ascensão social, vejo também as incoerências deste meu lugar: a estrutura de classe me permite usar do trabalho de outras mulheres negras em meu benefício, e ainda, desde sempre, também do trabalho doméstico não remunerado da minha mãe, em suas duplas e triplas jornadas no trabalho fora de casa somado ao cuidado da casa, de seus quatro filhos (e hoje também um neto) e do marido, que nos permite estudar e trabalhar.

Esta monografia reverencia especialmente minha mãe, Antônia, e minha tia, Maria, que há anos trabalha na minha casa, que ocupa este duplo lugar que é laboral, mas é também afetivo. Ciente dos riscos do discurso que situa a empregada como “da família” (NUNES, 2013), eu os assumo com a honestidade necessária para falar dos temas delicados e importantes. Maria é esposa do primo da minha mãe, com quem foi

³ Yalodê é palavra Yorubá que remete ao poder das ancestrais, forma de reverenciar a agência histórica de mulheres negras. É a categoria utilizada por Jurema Werneck para deslocar a historiografia da música popular brasileira, destacando o papel das sambistas Leci Brandão, Alcione e Jovelina Pérola Negra na cultura nacional em *O samba segundo as ialodês: mulheres negras e a cultura midiática* (2007). Tem significado associado a divindades femininas do Candomblé, como Oxum e Nanã; bem como ao “cargo político conferido à representante das mulheres nas instâncias públicas de poder e governo. O título refere-se a mulheres emblemáticas, lideranças políticas femininas que realizam suas atividades nos agrupamentos urbanos, nas cidades. (...) para além das afirmações de liderança e ação política das mulheres negras, Ialodê afirma também sua presença nas coisas mundanas, porém não domésticas. A rua, o mercado e a cidade são seus espaços, territórios do protagonismo feminino. Espaços estes que o patriarcado buscava vedar às mulheres, confinando-as à esfera doméstica apenas.” (WERNECK, 2007, p. 68-70).

criada como irmão. Eles saíram juntos de Buriti Bravo no interior do Maranhão para tentar a vida em Brasília, viveram todos juntos num barraco na Sandu⁴ no início dos anos 1980 com meus avós e minhas tias pequenas. Eu passo o almoço de Páscoa e de Natal na casa dela. Desde antes de trabalhar aqui ela participa ativamente da minha vida. Ela é mesmo da família.

Mesmo aquelas de nós que escapam das estruturas que nos empurram compulsoriamente para o trabalho doméstico somos constantemente lembradas de que é este o nosso lugar: espera-se de nós uma postura servil, de cuidado abnegado e subordinação, que informa inclusive nossas relações afetivas. Quando entramos em lojas, pensam que somos vendedoras ou que não temos dinheiro para comprar; quando passeamos com nossos filhos, especialmente filhos de pele mais clara, nos tornamos suas babás; quando fazemos entrevistas de estágio, perguntam se viemos pela vaga de auxiliar de serviços gerais; quando vamos para casa ou para o trabalho, nos mandam pegar o elevador de serviço; quando batem na nossa porta, perguntam se a patroa está⁵.

Para além destes fatores, por que falar de trabalho doméstico na encruzilhada entre o Direito do Trabalho e o Direito Constitucional? A resposta passa pelas tensões entre trabalho e cidadania no processo de formação da nação. Pensando o papel do racismo no ensino jurídico, faço primeiramente uma revisão bibliográfica dos estudos sobre trabalho doméstico, apontando silêncios sobre raça nas análises feministas. Analiso então a estrutura narrativa do Direito do Trabalho, que, referindo-se sempre a uma história “geral” centrada na Europa, oblitera a agência da população negra na construção dos direitos trabalhistas no Brasil. Em seguida, faço um breve apanhado histórico das disputas em torno da regulação do trabalho com a abolição da escravidão e o início da República, que tem implicações sobre a construção da identidade nacional e da cidadania.

Uma análise da teoria constitucional por meio da história do trabalho, aproximando-a de uma perspectiva de garantia de direitos fundamentais, trata-se de uma contribuição na construção de um Direito Constitucional do Trabalho brasileiro, traçando o itinerário dos direitos sociais no rastro do movimento das trabalhadoras domésticas. Considerando o papel determinante da escravidão colonial na vida moderna, o segundo capítulo é dividido em três momentos: tematizo primeiro a

⁴ Avenida entre as cidades de Taguatinga e Samambaia no Distrito Federal.

⁵ Experiências minhas, de amigas e de familiares.

construção do Direito na Modernidade e as contradições do discurso sobre a liberdade universal. Em seguida, analiso como a construção do sujeito do Direito se desenvolve especificamente no Brasil, com base na alegoria da Casa Grande e da Senzala presente na obra de Gilberto Freyre, em que a mucama tem papel central. Por fim, volto-me para o momento de construção da Justiça do Trabalho no autoritarismo fascista da Era Vargas, trazendo o contraponto da narrativa do movimento de trabalhadoras domésticas.

O terceiro e último capítulo busca lançar outro olhar sobre a teoria constitucional contemporânea utilizando o Feminismo Negro como metodologia de leitura (COLLINS, 2009), apontando questões sobre os limites da narrativa hegemônica da construção dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Em seguida, teço algumas críticas no campo específico do Direito Constitucional do Trabalho a partir do conceito de direito fundamental ao trabalho digno (DELGADO, G., 2015). Por fim, considerando a importância da historiografia na efetivação de direitos fundamentais, faço apontamentos sobre processos constitucionais no que diz respeito aos direitos sociais, e de forma mais ampla, aos direitos das mulheres, da população negra e da classe trabalhadora, no intercruzamento necessário que implica o trabalho doméstico.

O tema marca a potência do pensamento negro na pesquisa jurídica para além dos lugares esperados de nós. Ademais, a escolha de uma abordagem que privilegia a constitucionalização do Direito do Trabalho enquanto fortalecimento do campo neste momento de crise institucional é não só uma resposta ao desmonte em curso da Justiça do Trabalho, mas à construção do Estado brasileiro, que em seu discurso e em sua prática institucional cotidiana nega cidadania às domésticas e a todo o povo negro, servindo à sua inferiorização e submissão (NASCIMENTO, DUARTE, QUEIROZ; 2017), que sobrevivem à abolição, à República, à criação da Justiça do Trabalho e ao Estado Democrático de Direito. Trata-se de reconhecer os direitos dos excluídos da democracia, sempre negociáveis em tempos de crise, “velhos novos direitos de ‘velhos novos sujeitos’ que, sistematicamente, foram negados e perseguidos, ao longo de toda história nacional” (BERTÚLIO, 1989).

PRÓLOGO: TRABALHO DOMÉSTICO EM PRIMEIRA PESSOA

Eu nunca fui trabalhadora doméstica. Ainda que seja um tema que me interessa e que envolve pessoas próximas a mim, esta não é a minha história. Tive a oportunidade de trilhar outros caminhos. Mas acredito que meu papel na Universidade, este lugar marcado ao mesmo tempo por uma série de privilégios e interdições, é ser uma ponte entre a Academia e aquelas que em várias dimensões estão fora dela. A escrita deste trabalho exprime a necessidade de aprender com o movimento de trabalhadoras domésticas, com respeito à sua trajetória de luta.

A perspectiva das trabalhadoras domésticas permite uma releitura da história e da sociedade brasileira (BERNARDINO-COSTA, 2007). A produção de conhecimento não é exclusividade dos letrados, especialistas, possuidores dos títulos formais acadêmicos; é antes uma faculdade humana que transcende os lugares hegemônicos da intelectualidade (BERNARDINO-COSTA, 2007). Ao longo de quase todo o século XX e XXI, em sua interlocução com diversas instituições locais, regionais, nacionais e internacionais, com a Igreja, o Estado, com o movimento negro, sindical e feminista, o movimento de trabalhadoras domésticas pode formular um saber plural marcado por um ponto de vista distintivo (BERNARDINO-COSTA, 2007; COLLINS, 2009) que reúne "o entrelaçamento de vida pessoal e história coletiva, que tem por horizonte a transformação pessoal e social" (BERNARDINO COSTA, 2007, p. 95). Suas contribuições, contudo, escapam à produção acadêmica sobre o tema.

Pensando nisso, trago aqui um discurso de Creuza Maria de Oliveira, presidente da Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas, na III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo, em Durban, África do Sul, em 2001. Apesar de desatualizado em alguns aspectos (é anterior, por exemplo, à "nova lei das domésticas" de 2015), antecipa os principais elementos presentes neste trabalho. Ouvi-la, mais do que a mim, é necessário para entender a realidade das mulheres que se ocupam do serviço doméstico no Brasil.

Remeto-me à colonização das Américas e consequentemente a escravidão dos povos africanos para falar da discriminação e racismo no Brasil. Este sistema negou a humanização desses povos submetidos a opressão e os tratou como coisas.

A sociedade brasileira se estruturou e desenvolveu graças ao trabalho escravo, foi o país que recebeu o maior contingente de africanos escravizados, cerca de 4.500.000 indivíduos, que se perpetua até hoje

na desigualdade em todos os seus aspectos, econômicos, culturais, sociais, educacionais, etc.

Minha história não é muito diferente das de tantas outras mulheres negras trabalhadoras domésticas oriundas de famílias pobres. Expulsa do interior do Brasil, pela miséria e precárias condições de sobrevivência, estas famílias são obrigadas a enviar seus filhos e filhas para o trabalho braçal. A maioria chega nos grandes centros ainda com tenra idade, pois o trabalho infantil é também uma das chagas da desigualdade e da exploração da sociedade brasileira.

Fiquei órfã, de pai, aos cinco anos, e aos dez anos minha mãe foi viver maritalmente com uma pessoa que não a aceitou com seus três filhos, infelizmente ela também veio a falecer quando eu tinha treze anos. Eu já trabalhava desde os dez anos de idade e após a sua morte, fui então trabalhar na casa de uma família, com a promessa de colocar-me na escola, e teria como tarefa todo serviço da casa e ser babá de uma criança de dois anos. Longe de minha família e entes queridos, logo sentiria a discriminação que marcaria minha vida para todo sempre. Os patrões faziam piadas com a minha pessoa, principalmente do meu cabelo, e da minha família. Lembro que em certa ocasião, em uma das visitas de minha mãe, ela cuspiu no pátio dos fundos da casa, prática comum no interior. Quando ela foi embora a dona da casa fez com que eu lavasse todo o pátio e passasse pano molhado na casa, numa clara alusão, que vim entender mais tarde, de que minha família e eu éramos sujos. Convivia com as crianças da casa, mas sentia o tratamento desigual para comigo, também criança. A minha refeição era feita pela patroa com o resto de comida do prato dos seus filhos, ela dizia: ‘pode comer, tá limpo’. O prato em que eu comia era diferente dos outros e ficava guardado embaixo da pia. Dava-me como exemplo dizendo aos filhos: ‘se você não estudar, vai ser graxeira, vai ser empregada’. Foi um longo processo de negação de mim mesma, da minha humanidade e da perda da minha infância que foi junto com a morte de meus pais. Meus afazeres e as constantes humilhações não me permitiam ser criança, brincar fantasiar e muito menos ir a escola como haviam prometido. Quando meus patrões saíam para passear, aos domingos, meu lugar era atrás, carregando e sendo responsável por uma criança de dois anos, um esforço sobre humano para uma criança de dez anos de idade.

Eu queria que fosse diferente. Era a primeira a acordar, não podia visitar a minha família, não podia estudar, fazer amigos e era sempre responsável pela criança. Era criança, mas trabalhava como se fosse um adulto.

A ilusão de sair do interior, trabalhar na cidade ir à escola não se concretizou.

Ao visitar-me, de seis em seis meses, minha mãe recebia restos de comida, roupas usadas e cerca de vinte reais, que era a ‘paga’ pelos meus serviços.

Neste período o meu maior sofrimento era o espancamento, por qualquer motivo, sendo taxada de lerda, idiota, preguiçosa, etc. Quando a patroa não estava em casa, o pai dela, de sessenta anos, mostrava-me os órgãos genitais, masturbava-se e pedia que eu pegasse. Não tinha noção que estava sofrendo abuso sexual.

Nestes mais de trinta anos de profissão, após um período de construção de minha militância, através do Movimento Negro Unificado, do Movimento de Mulheres, do Movimento Sindical e

exercendo, atualmente, a função de presidenta da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos do Brasil e Secretária de Direitos Humanos da Conlactraho, constato que o trabalho doméstico continua com a mesma prática, inclusive nos países da América Latina, como por exemplo: México, Peru, Argentina, Guatemala, onde as trabalhadoras são pessoas que continuam sendo desrespeitadas, violentadas e exploradas.

A diferenciação do trabalho doméstico não é somente uma prática do senso comum, mas também evidencia-se pela lei, pois legalmente o trabalho doméstico não é considerado nem regido pelas leis trabalhistas. A lei 5859/1972 que regulamenta a categoria trabalhador doméstico define a(o) trabalhadora(or) como ‘aquele que presta serviço de natureza contínua e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família no âmbito residencial destas’.

Em uma sociedade machista, racista e classista uma atividade social e culturalmente associada às mulheres compostas hegemonicamente por mulheres negras, definida como sem finalidade lucrativa, não é valorizada. Esta realidade não é constatada somente no Brasil e sim na maioria dos países da América Latina, o não reconhecimento do valor social do trabalho doméstico.

Minha história de vida se confunde com minha profissão e esta norteia todas as atividades que hoje realizo.

Quando se é criança não reagimos e as vezes até achamos normal sermos violadas, porém, sempre tive sede de saber e esperança de mudança e busquei uma forma de lutar contra as injustiças que vivi. Hoje luto, em várias instâncias, COLACTRAHO (Confederación Latinoamericana y del Caribe de Trabajadoras del Hogar), FENATRAD (Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos), Sindoméstico (Sindicato dos Trabalhadores Domésticos do Estado da Bahia), Movimento Negro Unificado, onde aprendi a aceitar-me como negra e não ter vergonha de mim mesma, de meu cabelo, da minha cor de pele; e ainda no Conselho Estadual de Mulheres, no sentido de buscar uma igualdade, reconhecimento e garantia dos direitos humanos, sociais e trabalhistas das trabalhadoras domésticas.

A discriminação que recai sobre esta categoria profissional além de física é também psicológica, sendo esta última devastadora, pois estas deixam marcas tão profundas que não podem ser reparadas sem um atendimento especializado. Violência muitas vezes desencadeada em espaço privado, de forma muitas vezes ‘cordial’, traduzida por não ter sua cidadania respeitada, não ter uma moradia, morar no local do trabalho, muitas vezes inadequado; ficar a disposição do patrão, não ter jornada de trabalho fixada em lei; em função disto perder contato com o resto da sociedade, não tendo horário de lazer, de cuidar de sua saúde, nem para viver sua vida; constituir família, em uma expressa violação do direito de ir e vir. Sem contar que a separação e o distanciamento de sua família já caracterizam uma violência.

A dominação e opressão exercida pelos patrões, neste espaço privado, se constituindo em uma lavagem cerebral, em um quase confinamento leva a aceitar todo tipo de informação como verdadeira, sem oportunidade de análise crítica, até mesmo da situação em que se encontra. Muitas vezes tendo como companheiro os meios de comunicação que transmitem uma imagem irreal de seu lugar na sociedade. Quando tem acesso a escola, sempre em horários noturnos, esta escola não é de qualidade, não valoriza o ser humano, não

trabalha a auto-estima, não trabalha a cidadania. Tudo isso leva a perda de sua identidade, e os costumes diferentes adquiridos nos locais de trabalho leva a trabalhadora a sonhar com uma realidade que não é a sua. Ainda hoje isto acontece.

É necessário um comprometimento dos governantes, dos sindicatos no sentido de desconstruir as injustiças e construir um mundo melhor. Desconstruir um processo de 500 anos de opressão e construir a cidadania plena para homens e mulheres, negros, índios e brancos, enfim, todos os povos.

No Brasil, 5 milhões de pessoas sobrevivem do trabalho doméstico. Na grande maioria são mulheres e negras, submetidas a diversos tipos de exploração e discriminação.

A população negra no Brasil, segundo dados do último censo, está representada em aproximadamente 80 milhões de pessoas.

Entre as diferentes instituições de pesquisa do Brasil, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), bem como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), instrumento da ONU para medir os níveis de desigualdade nos países, tomando como base: renda, escolaridade e anos de vida, sugerem que a população negra aparece como a parcela que ocupa os níveis mais altos de empobrecimento.

Por fim, quero reforçar as reivindicações dos fóruns internacionais, realizados até chegarmos aqui nesta Conferência, falo pois das deliberações tiradas no III Encontro Nacional de Mulheres Negras do Brasil, em julho de 2001; da Conferência Preparatória do Chile, em dezembro de 2000; do I Encontro Nacional de Parlamentares Negros, realizado no Brasil, em julho de 2001 e; da Conferência Preparatória realizada em Genebra, na Suíça, em maio de 2001. Nestes encontros as comunidades negras e indígenas das Américas, os países do Continente Africano e outros povos em posições desiguais no plano mundial, colocaram como questões imprescindíveis que o racismo passe a ocupar o patamar de crime de lesão contra a humanidade e como política internacional pela superação dos danos causados pela escravidão, que todos os governos, presentes nesta conferência incluam no documento oficial o compromisso de levar a cabo nos seus territórios nacionais e no plano mundial as políticas de reparação às vítimas do racismo, bem como a todo tipo de opressão de gênero e raça.⁶ (OLIVEIRA, 2004 apud BERNARDINO COSTA, 2007, p. 90-95).

⁶ Creuza de Oliveira, depoimento no Fórum Especial 'Vozes sobre Experiências Comparativas de Racismo' na III Conferência Mundial da ONU contra o Racismo. Durban, África do Sul, agosto/setembro de 2001.

1 DIREITO, RACISMO E DIÁSPORA AFRICANA: APONTAMENTOS PARA O DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO

*Enquanto Zumbi trabalha cortando cana
Na zona da mata pernambucana
Oloroke vende carne de segunda a segunda
Ninguém vive aqui com a bunda preta pra cima
Tá me ouvindo bem?*

*Enquanto a gente dança no bico da garrafinha
Odé trabalha de segurança
Pega ladrão que não respeita
Quem ganha o pão que o Tição amaçou – honestamente!
Enquanto Obatalá faz serviço pra muita gente
Que não levanta um saco de cimento
Tá me ouvindo bem?*

*Enquanto Olorum trabalha como cobrador de ônibus
Naquele transe infernal de trânsito
Ossaim sonha com um novo amor
Pra ganhar um passe ou dois
Na praça turbulenta do Pelô
Fazer sexo oral, anal, seja lá com quem for
Tá me ouvindo bem?*

*Enquanto rainha Quelé – Rainha Quelé! – limpa fossa de banheiro
São Bongo bungo na lama
Isso parece que dá grana, porque povo se junta
E aplaude São Bongo na merda pulando de cima da ponte
Tá me ouvindo bem?
Tá me ouvindo bem?
Tá me ouvindo bem?
Ein, ein, ein, ein? Seu branco safado!
Ninguém aqui é escravo de ninguém!
(Marcelino Freire)⁷*

Em entrevista⁸ no ano de 2013 ao portal Blogueiras Negras, Creuza Maria Oliveira, então presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, ao comentar sobre o processo de regulamentação da Lei Complementar 150 de 2015, a chamada “nova lei das domésticas”, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e amplia os direitos da categoria, é enfática ao dizer que:

⁷ Poema *Trabalhadores do Brasil*, de Marcelino Freire. Áudio no álbum de Emicida “Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa”. Brasil: Laboratório Fantasma, 2015 (01 min 23 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1NK7gsQLQRs>

⁸ Entrevista concedida ao portal Blogueiras Negras na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR no ano de 2013, em fala sobre os retrocessos no processo de tramitação e regulamentação da Emenda Constitucional 72/2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CjG4zfPomoM>. Acesso em 30/06/2017.

O Senador presidente do Senado, Renan Calheiros, deu entrevista a nível nacional dizendo que naquele momento o Brasil estava assinando a sua segunda Lei Áurea, estava jogando a chave da senzala fora. Só que depois, no processo de regulamentação, [...] esqueceram que tinham assinado a segunda Lei Áurea [...]. Foram lá e pegaram a chave da senzala de volta e tornaram a nos trancar – querem nos trancar novamente na senzala.

O uso retórico de referências à Lei Áurea e ao retorno à escravidão é frequentemente mobilizado ao se tratar de situações de trabalho precário, como o trabalho doméstico, a terceirização e mesmo o trabalho escravo contemporâneo; em especial no atual contexto de aprovação das Reformas Trabalhista e Previdenciária. Contudo, estes discursos jurídicos, políticos e acadêmicos apagam o papel real da escravidão de africanos e seus descendentes, que caracterizou o Brasil Colônia e Império, na conformação destes lugares de subalternidade no mundo do trabalho atual (ALVES, 2017). Como a instituição que mantém o sistema de produção econômica por quase quatro séculos, a escravidão estabelece as bases do mercado de trabalho brasileiro. Seu papel determinante na atualidade, contudo, é minimizado ou ignorado. Ainda que os trabalhadores nas posições mais precárias sejam majoritariamente negros, desconsidera-se a raça e o racismo como fatores relevantes nas violações que lhes são impostas. Estabelece-se uma narrativa marcada pela subordinação, mas que em geral é atribuída a elementos exclusivamente ligado à desigualdade socioeconômica, descontínua em relação à referência tão usualmente suscitada da escravidão (ALVES, 2017).

No Direito, é o Direito do Trabalho que se ocupa da tutela e regulação das relações de trabalho. É um ramo jurídico que tem historicamente como principal função a proteção do trabalhador, considerado hipossuficiente em face do poder econômico dos patrões. O trabalho, compreendido como meio de realização pessoal e emancipação coletiva, é a fórmula de integração social, instrumento de libertação e de exaltação da condição humana por meio da qual se garante o acesso à cidadania (DELGADO, G., 2015). Em outras palavras, para o Direito do Trabalho, o trabalho dignifica o homem.

Contudo, a referência à escravidão colonial indica que o trabalho foi e é, para muitos, não um instrumento de libertação e realização, mas de opressão e desumanização. O discurso de proteção da classe trabalhadora contraditoriamente convive com formas de trabalho informal, precário e degradante, que contrariam os princípios e postulados do Direito do Trabalho, realizados majoritariamente por pessoas

negras, entre os quais figura o trabalho doméstico. A precarização permanece mesmo com o reconhecimento pelo ordenamento jurídico brasileiro, na forma do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal de 1988, do art. 7º, “a”, da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, e da recente Lei Complementar 150 de 2015. Essa lei regulamenta a Emenda Constitucional 72 de 2013, que estende mais alguns direitos à categoria⁹.

A CLT assim define o trabalho doméstico:

Art. 7º Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando for em cada caso, expressamente determinado em contrário, **não se aplicam:** a) aos empregados domésticos, assim considerados, de um modo geral, os que prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas.

Considerado uma profissão peculiar, o trabalho doméstico é definido pela negação. Mesmo com os recentes avanços no plano normativo, segue expressamente excluído das garantias constitucionais asseguradas há décadas aos trabalhadores urbanos e rurais. Estes novos e precários direitos, insuficientes para fins de equiparação às demais categorias, são incompatíveis com a pretensão universal da defesa de garantias constitucionais, bem como com a história de luta dos movimentos de trabalhadoras domésticas no Brasil, atuantes desde a década de 1930, tendo como pautas principais o reconhecimento jurídico como sindicatos e a demanda por direitos trabalhistas (BERNARDINO-COSTA, 2007). Sua atuação política consistente, em âmbito local, nacional e internacional ao longo de quase todo o século XX e XXI, é desconhecida pela maioria das pessoas, e ausente na narrativa hegemônica da história nacional e do Direito do Trabalho. Quais as razões desse apagamento e quais os seus efeitos na garantia dos direitos das trabalhadoras domésticas¹⁰ nos dias atuais? Resgatar sua história é necessário para compreender essas contradições. Este trabalho pretende examinar as permanências da escravidão colonial na configuração atual do trabalho doméstico para além das metáforas do quatinho de empregada como senzalas contemporâneas.

⁹ A EC 72/2013 “[a]ltera a redação do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal para estabelecer a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.”. Contudo, ao contrário do que sugere, as alterações da lei não equiparam a categoria aos trabalhadores urbanos e rurais. Altera o art. 7º da Constituição Federal, estendendo a aplicação de alguns incisos, não todos. A redação atual assim dispõe: “Art. 7º [...] Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VII, VIII, X, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XXI, XXII, XXIV, XXVI, XXX, XXXI e XXXIII e, atendidas as condições estabelecidas em lei e observada a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, principais e acessórias, decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades, os previstos nos incisos I, II, III, IX, XII, XXV e XXVIII, bem como a sua integração à previdência social.”

¹⁰ Utiliza-se a flexão no feminino por tratar-se de uma categoria majoritariamente composta por mulheres.

O que se chama de Direito Constitucional do Trabalho nada mais é que a dimensão constitucional dos direitos trabalhistas. Visando a concretização das garantias fundamentais asseguradas pelo Estado Democrático de Direito, considerando a centralidade da história para sua plena efetivação, aproximo a gramática do Direito do Trabalho e do Direito Constitucional, por meio de uma perspectiva que articule necessariamente gênero e raça. Seguindo a tendência de outros trabalhos produzidos na Faculdade de Direito da UnB, especialmente vinculados ao Maré - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro, a monografia pretende lançar apontamentos iniciais sobre o constitucionalismo brasileiro levando a sério as dinâmicas da Diáspora Africana (QUEIROZ, 2017), especificamente em seus impactos sobre Direito do Trabalho.

Diáspora Africana é um conceito que descreve a experiência transnacional compartilhada de pessoas negras, espalhadas pelo mundo por força do colonialismo e pelos fluxos de resistência e reinvenção das identidades no Atlântico (GILROY, 2012). Nessa rede em que as experiências do pós-escravidão são entendidas como sua continuação camuflada, forma-se uma comunidade, ora fragmentada e não organizada, dividida entre dois mundos: "o africano diluído e o europeu totalizante. O encontro original dessa tensão é o sistema escravista de *plantation*, no qual a relação entre senhor e escravo é a peça fundamental para compreender a posição dos negros e negras na modernidade" (QUEIROZ, 2017, p. 42). Como um conjunto de práticas que transcendem a nacionalidade, o conceito de Diáspora Africana tem potencial para interrogar a ficção do discurso oficial dos Estados Nação. Local de reinvenção do povo negro na Diáspora, o Atlântico Negro é compreendido como contracultura da Modernidade (GILROY, 2012).

Considerando as relações entre educação e colonização, bem como as hierarquias que estabelecem, o modo como se articula o discurso jurídico e como ele impacta nossa formação como profissionais do Direito será central neste capítulo. "Nos bancos de sala de aula, nos simpósios e congressos e nas letras frias de trabalhos jurídicos, o constitucionalismo, assim como a modernidade, [são] fenômenos precipuamente oriundos do mundo branco europeu e estadunidense" (QUEIROZ, 2017; p. 12-13). Seguindo as orientações de bell hooks de uma pedagogia feminista anticolonial (2013), usando a educação como ferramenta de descolonização, é que busco identificar como o racismo e o sexismo fundamentam o Direito do Trabalho.

1.1 Panorama geral dos estudos sobre trabalho doméstico: feminismo e o silêncio sobre raça

No campo do Direito, não são muitos os estudos sobre trabalho doméstico, mas outras áreas do conhecimento, com destaque para as Ciências Sociais, têm produzido sobre o assunto, especialmente por abordagens feministas. Jurema Brites (2013), antropóloga branca da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, faz uma revisão bibliográfica das principais questões que orientam a pesquisa atual sobre o trabalho doméstico. A publicação já tem quatro anos, mas aponta dados importantes da produção intelectual sobre o tema. Refere-se ao trabalho doméstico remunerado, tido como profissão, embora não seja irrelevante o não remunerado, realizado na própria casa, considerando a divisão sexual do trabalho e as duplas e triplas jornadas das mulheres. O foco da revisão é em dados do Brasil e da América Latina, pontualmente trazendo informações referentes a outros contextos. O texto não esgota o tema, como a própria autora reconhece, deixando de abordar assuntos de suma importância, como o trabalho doméstico infantil, que figura entre as formas mais comuns de trabalho infantil do contexto brasileiro e latinoamericano. Mas o mérito dele é conseguir traçar um panorama geral, indicando em que termos se fala de trabalho doméstico hoje, em que áreas se concentra a produção, quais os principais elementos que orbitam a questão. Antes de expor os pontos principais do texto de Brites, porém, é importante estabelecer algumas noções sobre os estudos feministas.

Politizar o espaço privado e desvelar as hierarquias de poder da família patriarcal são disputas que vêm sendo feitas por feministas, nestes termos, desde meados da década de 1960 (HOOKS, 2015). Consideradas pioneiras nos estudos sobre trabalho doméstico no Brasil, mulheres brancas têm mobilizado epistemologias feministas para compreender o fenômeno (BRITES, 2013). Contudo, frequentemente não compreendem o papel central do racismo na sua conformação. Bruna Jaquetto Pereira, ao tratar sobre o tema da violência doméstica, explica que a literatura de gênero que informa a construção de políticas públicas para mulheres adota uma representação do feminino que diz respeito a mulheres brancas, sem que se considere a diversidade da experiência de ser mulher. Como consequência, a dimensão racial desta violência não é registrada como tal (PEREIRA, 2016). As taxas de feminicídio, por exemplo, têm caído para mulheres brancas e aumentado para mulheres negras (DINIZ, COSTA, GUMIERI,

2015). Cuidar da dimensão racial pode, então, ampliar o escopo protetivo desses instrumentos. Esta questão exemplifica como a proteção no âmbito privado não alcança as mulheres negras, o que se estende também às trabalhadoras domésticas. A casa para elas é o espaço de violência por excelência.

O feminismo hegemônico é formulado a partir de experiências de mulheres brancas europeias e estadunidenses de classe média, mas que discursivamente assumem caráter universal, como se explicassem o assujeitamento pelo sexo ou gênero¹¹ de todas as mulheres (OYĚWÙMÍ, 2004). Nesse sentido, a teórica nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí (2004) considera que os conceitos de gênero têm como fonte original o sistema de família nuclear euroamericana. Confrontar esta forma tão específica com realidades africanas¹² mostra como se trata de um discurso particular e localizado: tendo como unidade de análise a casa unifamiliar isolada da família branca, com filhos, um marido patriarcal e uma mulher subordinada, em que o matrimônio é a principal relação de solidariedade adulta, "gênero" é a única categoria analítica que explica esses lugares sociais naturalizados. A imagem que "mulher" evoca é reduzida à função de esposa, à casa e à esfera privada, permitindo a produção de paradoxos como a expressão "mãe solteira", em que, antes de uma relação de descendência com a prole, a maternagem é uma relação com um homem e

¹¹ Uma narrativa comum nas discussões sobre feminismos e relações de gênero é que o sexo é de ordem biológica, diz respeito à anatomia da pessoa, e que gênero se trata de uma construção social. Contudo, manter o sexo no campo semântico da natureza impede que reconheçamos que ele é também uma categoria construída socialmente. Além da produção de Oyèrónké Oyěwùmí (2004), já citada no corpo do texto, que identifica que as características de masculinidade e feminilidade são informadas por modos de vida europeus e estadunidenses, é útil também a leitura de *Cuerpos Sexuados: La política de género y la construcción de la sexualidad.*, de Anne Fausto-Sterling (2006), feminista branca estadunidense que pesquisa sobre as relações entre biologia, linguagem e cultura, com discussões potentes sobre binarismo de gênero. Um dos principais pontos do trabalho é a experiência de gênero de pessoas intersexuais.

¹² A experiência Yorubá apresenta, então, um contraponto: com papéis de parentesco definidos por antiguidade, não generificados, as funções de *oke* (geralmente traduzido no inglês como "marido") e *iyawo* (como "esposa") distinguem os membros de nascimento da família daqueles que entram pelo casamento, podendo ser desempenhados por machos ou fêmeas, com hierarquias fluidas, situacionais. Em vez do núcleo conjugal isolado, a família constitui-se da linhagem, em torno de relações de um núcleo consanguíneo de irmãos e irmãs, num grupo extensivo de pessoas em que a relação de "marido" e "esposa" não é a central. O papel de mãe, de especial importância em sociedades matrilineares, não subordinado à estrutura patriarcal, com cuidado compartilhado das crianças na comunidade, não é o único esperado das fêmeas (SOMÉ). A moldura conceitual dualista do feminismo ocidental, que não raro se associa à natureza dos corpos, confunde-se quando deparada com "maridos fêmeas", "filhas do sexo masculino" e conformações completamente diferentes da instituição do casamento. A análise de Oyěwùmí mostra também o papel das línguas coloniais na conformação do nosso vocabulário e imaginário sobre o mundo, uma das faces do epistemicídio (CARNEIRO, 2005), bem como dos riscos do uso dos feminismos como ferramenta colonial e de uma postura salvacionista de mulheres brancas (ABU-LUGHOD, 2012). As características e atribuições das mulheres, bem como as violências que lhes são infligidas, não são universais.

suas funções integram a divisão sexual do trabalho. Contudo, tendo a família nuclear branca como unidade de análise e o gênero como única categoria analítica, deixam de compreender o papel determinante do colonialismo no estabelecimento dessas dinâmicas de poder (OYĚWÙMÍ, 2004).

O paralelo com as estratégias feministas de combate à violência doméstica permite a hipótese de que a desproteção jurídica das trabalhadoras domésticas, que também envolve a necessidade de politização do espaço privado para garantia de direitos a mulheres, tem como um de seus elementos o silêncio sobre raça nas análises sobre a família patriarcal. Procuro, assim, mapear a produção acadêmica sobre o tema e apontar suas lacunas, a partir de uma perspectiva que articula necessariamente gênero e raça (COLLINS, 2009).

Brites diz que o trabalho doméstico não é um tema novo na academia, e vem ganhando mais espaço de 20 anos pra cá, processo relacionado à "entrada da mulher no mercado de trabalho", por esforços feministas iniciados numa tentativa de reconhecer o trabalho reprodutivo, associado à natureza feminina, como produtor de mais-valia, identificando as nuances de gênero que moldam a desvalorização da profissão. Atividades cotidianas desenvolvidas no lar são essenciais no funcionamento da economia. Homens somente teriam condições de dedicar 8h ou 12h de trabalho diário na fábrica, por exemplo, porque suas esposas e filhas desempenham tarefas essenciais a sua sobrevivência, da alimentação à higiene e manutenção das boas condições da casa, que demandam tempo, energia e habilidades específicas; em outras palavras, trabalho. Nesse sentido, destaca-se o trabalho pioneiro de Heleieth Safiotti, a partir do final da década de 1970, no campo do feminismo marxista brasileiro. São referência no campo ainda as autoras Alda Brito Motta, Zaira Farias, Maria Betânia de Melo Ávila e a própria Jurema Brites, entre outras. Embora venha crescendo e haja até produção considerável, o trabalho doméstico não é um assunto tão popular entre leitores das ciências humanas.

Levantamentos de dados demográficos inserem as domésticas brasileiras no contexto latinoamericano, indicando proximidades das características regionais de precarização. Em estudo de 1977, Alda Brito Motta traça o perfil das trabalhadoras domésticas de Salvador-BA, pouco distante da realidade atual:

No Conjunto de Todos os Santos a empregada doméstica é, sobretudo, jovem (73,2% entre 12 e 27 anos), mulata (56,5%) ou preta (31,7%), originária do interior do Estado (87,8%), do setor de subsistência

(70,7%). Nível de instrução primário incompleto (51,2%). [...] 90,2% moram na casa dos patrões. [...] o salário médio, entre setembro e novembro de 1976, foi de Cr\$ 286,00. O salário mais alto foi de Cr\$ 500,00 (encontrado apenas em um caso), e o mais baixo, de Cr\$ 150,00 (para 7,3% de pessoas entre 13 e 22 anos de idade). Também 7,3% não recebem salário, têm “gratificação” ou “o que precisarem”, porque são “criadas da casa”. (MOTTA apud BRITES, 2013, p. 427).

A coletânea *Muchachas no more*, de 1989, organizada por Elsa Chaney e Mary Garcia Castro, é a primeira a compilar textos da América Latina e do Caribe. Trata, entre outros temas, de aspectos históricos e teóricos, do debate com o feminismo e da organização sindical.

A maioria dos estudos sobre o tema foca principalmente nas relações das empregadas com as famílias dos patrões, que enfatizam sua vulnerabilidade no ambiente doméstico. Essa estrutura analítica reproduz, em certo sentido, a longa tradição das Ciências Sociais de inscrever corpos negros como o Outro, sem estranhar seu próprio lugar de poder. A epistemologia feminista negra¹³ perturba essa lógica por meio da experiência compartilhada de mulheres negras como trabalhadoras domésticas nas casas das famílias brancas (COLLINS, 2009).

As negras trabalhando como empregadas em lares brancos estavam numa posição semelhante à dos antropólogos culturais que buscavam compreender uma cultura diferente. Do ponto de vista de quem está lá dentro, as negras aprendiam sobre o estilo de vida dos brancos. Observavam todos os detalhes dos lares brancos, do mobiliário às relações interpessoais. Anotando tudo na memória, emitiam juízos sobre a qualidade de vida que testemunhavam, comparando-a à experiência dos negros. Dentro das comunidades negras segregadas, partilhavam suas percepções do "outro" branco. [...] É esse o legado de atitudes e reflexões sobre as mulheres brancas que é partilhado de geração em geração, mantendo viva a sensação de distância e separação, o sentimento de suspeita e desconfiança. (HOOKS, 2013, p. 136-137).

Joaze Bernardino-Costa é citado por sua produção sobre os sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil, relacionando a profissão à colonialidade do poder, conceito que descreve a permanência e atualização do poder colonial no presente. Se o mundo moderno-colonial identifica negros como escravos, vistos como sujeitos passivos, "pensar no ativismo das trabalhadoras domésticas faz parte da estratégia de compreendê-las fora da relação com as patroas", de modo a "não subsumir o negro à

¹³ Sistematização do pensamento das mulheres negras na Diáspora Africana, que será mais desenvolvida adiante no trabalho, principalmente a partir da obra de Patricia Hill Collins (2009). É uma perspectiva epistêmica que se insere na interseção entre as epistemologias feminista e negra, compreendendo os limites de raça nos estudos das mulheres, bem como limites de gênero entre os teóricos diaspóricos.

condição de escravo, nem subsumi-lo à relação com o senhor" (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 80). Apesar de existirem, obras que tematizam especificamente os movimentos associativos das domésticas são menos frequentes. Quando o fazem, é em geral "a partir de uma perspectiva que privilegia a ausência, a carência ou a incompletude" (BRITES, 2013, p. 431), ou seja, focam mais na dificuldade, ou mesmo inviabilidade de uma atuação sindical consistente, que propriamente na agência política.

Um levantamento de artigos nas plataformas SciELO e Redalyc retornou como resultado 71 artigos, sendo 26 da Sociologia, 10 da Psicologia, 8 da Antropologia, 5 de Ciências Sociais, 5 da Saúde, 3 da História, mais 7 áreas com apenas uma indicação cada (BRITES, 2013). O Direito não é mencionado. Classificam-se nas seguintes categorias, em ordem decrescente de frequência: trabalho, principalmente trabalho extra, intradoméstico e divisão sexual do trabalho; feminismo, com destaque novamente para a divisão sexual do trabalho; políticas sociais, teorias e conceitos; representações; cuidado; migração; organização familiar; entre outros menos frequentes, como economia, estratificação social, política (BRITES, 2013).

É perceptível ao longo de todo o texto que o trabalho doméstico somente passa a ser tema de interesse acadêmico quando mulheres brancas de classe média começam a integrar em maior proporção a força de trabalho, o que dá a impressão de que se trata de um fenômeno muito recente, que se consolida nos últimos 20 ou 30 anos, ideia incompatível com a história do trabalho doméstico no Brasil e no mundo. À medida que a execução destas tarefas interfere na emancipação de um grupo muito específico de mulheres, substituídas por negras e indígenas pobres, que antes desse processo já ocupavam o segmento em condições muito precárias, é que o trabalho doméstico passa a ser tematizado na Academia. Ao mapear a produção intelectual atual sobre o campo, a autora destaca como um dado relevante o gênero das autoras dos estudos levantados (76,7% de mulheres entre 133 autores), que conforma sua perspectiva teórica: porque são problemas que concernem diretamente à vida das mulheres, elas veem sua importância com maior frequência que pesquisadores homens. Raça e etnia, entretanto, não são mencionadas como elementos que influenciem sua análise.

A luta pela valorização do trabalho reprodutivo apoia-se na dicotomia entre público e privado, que diz que o público é o domínio masculino, da agência política, da fala, da racionalidade, enquanto o privado, desde tempos imemoriais, é relegado ao feminino, a quem cabe o cuidado, a emoção e a manutenção do lar. Os feminismos têm

procurado reivindicar o público para as mulheres e atribuir caráter político ao privado. Porém, o caráter reprodutivo das atividades domésticas não existe desde sempre, não se tratando, portanto, de uma atribuição natural das mulheres. Angela Davis¹⁴ (2016) aponta que, como antes da industrialização dos EUA a economia centrava-se na casa, com a agricultura e manufatura, o trabalho doméstico era considerado produtivo. Mulheres brancas faziam roupas, velas, sabão e outros itens. O lugar das mulheres era a casa, "mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou por que atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros" (DAVIS, 2016, p. 45). A apropriação do capitalismo de suas atividades típicas acompanha o crescimento da ideologia da feminilidade no século XIX.

Quando as tentativas pré-guerra de estabelecer o sistema fabril nos Estados Unidos deram espaço a uma aposta agressiva na industrialização, a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada de muitas mulheres brancas. As fábricas têxteis tornaram obsoletas suas máquinas de fiar. A parafernália que usavam para fazer velas se tornou acervo de museu, assim como várias outras ferramentas que as ajudavam a produzir os artigos necessários à sobrevivência de sua família. À medida que a ideologia da feminilidade, um subproduto da industrialização – se popularizou e se disseminou por meio das novas revistas femininas e dos romances, as

¹⁴ Angela Davis é uma das várias mulheres negras que, a exemplo de Lélia Gonzalez no Brasil, construíram e constroem o movimento feminista, mas tem seu trabalho pouco reconhecido. O clássico *Mulheres, Raça e Classe* (2016) foi publicado originalmente na década de 1970, mas uma tradução oficial somente foi publicada no Brasil em 2016, pela editora Boitempo, o que dificultou o acesso da maioria dos leitores do país até então. O modo como seu trabalho intelectual é relegado, a despeito de outras produções menos importantes ou de qualidade inferior, mas de autores mais correspondentes ao ideal de sujeito moderno, é um sintoma de como a política editorial é orientada pelo epistemicídio (CARNEIRO, 2006). Muitas de nós sequer foram publicadas, ou puderam aprender a ler e escrever, e várias jazem sem sequer ter seus nomes escritos em suas covas rasas (COLLINS, 2009). A primeira tradução não oficial deste livro no Brasil foi feita pelo coletivo EnegreSer do Distrito Federal, grupo de jovens negros, muitos dos quais estudantes da Universidade de Brasília, central na articulação política de implementação das cotas raciais no início dos anos 2000. Na contracapa, um aviso direto: "Não compartilhar com brancos!". Davis faz o mais preciso estudo sobre o nascimento e desenvolvimento do capitalismo industrial nos Estados Unidos (tido como uma das referências centrais da história universal) que eu já tive a oportunidade de ler. Numa escrita minuciosa, rica em documentos históricos, ela descreve o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre sem deixar dúvidas de que, como base do sistema escravocrata, a raça constrói a classe no sistema capitalista, orientando a exploração do trabalho, a guetificação da população e a concentração de renda. Fala da multiplicidade de formas organizativas negras na adaptação ao novo momento político e econômico, que acompanha também, como no Brasil, o paulatino reconhecimento jurídico por meio da luta por direitos civis e políticos. Aborda as incoerências internas da comunidade negra e dos movimentos de mulheres, que começam a se articular politicamente a partir da luta abolicionista. É também precisa nas críticas ao feminismo branco, que subjugava e descartava mulheres negras quando conveniente, padrão que feministas contemporâneas insistem em repetir. Aprender com ela e com outras de nós é urgente para uma prática feminista que contemple todos os tipos de mulheres.

mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca. Na propaganda vigente, mulher se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante (DAVIS, 2016, p. 24-25).

A ideologia da feminilidade, que prescreve às mulheres suavidade, passividade e cuidado, é localizada no tempo e no espaço e tem público certo: somente mulheres brancas. A dicotomia entre público e privado não faz tanto sentido na história das mulheres negras, que ocupavam tanto a casa quanto a rua, no exercício de atividades políticas e econômicas, ao longo de todo o período colonial e depois, e eram por isso alvo de controle e violência em ambos (CHAVES, 2017; WERNECK, 2007).

Considerando o papel da escravidão colonial na formação dos mercados de trabalho contemporâneos, mulheres negras e brancas ocupam posições muito diferentes. Um dos exemplos é a experiência estadunidense descrita por Davis: enquanto mulheres brancas ricas ficavam em casa, e brancas pobres, especialmente as imigrantes, eram operárias mal remuneradas da incipiente indústria nacional, mulheres negras eram escravas entre a *plantation* e a fábrica no Sul escravista.

Na época em que começaram as primeiras tentativas de industrialização no Sul, antes da Guerra Civil, o trabalho escravo complementava o trabalho livre – e frequentemente competia com ele. Industriais que possuíam escravos empregavam homens, mulheres e crianças da mesma maneira, e quando os proprietários de terras e fazendeiros arrendavam a força de suas escravas e escravos, percebiam que as mulheres e crianças eram tão solicitadas quanto os homens.

Mulheres e crianças constituíam grande parte da força de trabalho na maioria das fábricas de tecido, cânhamo e tabaco que utilizavam mão de obra escrava. [...] Às vezes, mulheres e crianças trabalhavam nos setores mais “pesados”, como a refinação de açúcar e a moagem de arroz. [...] Outras indústrias pesadas, como as de transporte e de madeira, empregavam mão de obra escrava de mulheres e crianças em número considerável (DAVIS, 2016, p. 22).

Entre os elementos que impulsionam a entrada de mulheres no mercado de trabalho, contudo, Brites aponta:

[...] a reestruturação e flexibilização produtivas nas sociedades pós-industriais, elevando os índices de feminização do trabalho; a

precarização do trabalho e o declínio do Estado de Bem-Estar Social nos países desenvolvidos do hemisfério norte; e, ainda, o envelhecimento populacional, o qual desencadeou uma crise global dos cuidados que, por sua vez, questionou a logística transnacional de divisão social do trabalho, em que os recortes de gênero, etnia e nação se entrelaçam (BRITES, 2013. P 424).

Ela identifica no período de ascensão do neoliberalismo a partir da década de 1970, caracterizado pela reestruturação e flexibilização produtiva pós-industrial, uma precarização do mundo do trabalho relacionada ao declínio do Estado de Bem-Estar Social em países europeus e nos EUA. Destaca, contudo, implicações de gênero, processo conhecido como "feminização do trabalho".

Falar em trabalho precário somente a partir da década de 1970, como um fenômeno contemporâneo, ligado à globalização, é falacioso quando considerada a centralidade da escravidão colonial nas economias capitalistas desde o século XVI, que sustenta uma ordenação essencialmente racial do mercado de trabalho contemporâneo. Raissa Roussenq Alves (2017) aponta essa incoerência ao tematizar o trabalho escravo contemporâneo, sempre "tratado como um fenômeno “novo”, atrelado aos novos modos de organização da produção capitalista e inserido no contexto da economia global" (ALVES, 2017, p. 8), como se fosse uma forma de precarização do trabalho muito própria da atualidade. Mesmo nesses processos intensificados por fatores contemporâneos específicos, insiste-se em não ver a cor dos trabalhadores mais afetados como um dado relevante, desvinculando-os da relação com a escravidão colonial (ALVES, 2017). Essa reflexão é relevante, por exemplo, para pensar os impactos da atual Reforma Trabalhista.

Nesse sentido, os atuais estudos sobre trabalho doméstico, elegendo o gênero como principal categoria analítica, confirmam o que aponta Oyèwùmí (2004) sobre os pressupostos das teorias feministas: baseadas na família nuclear branca, universalizam experiências de suas integrantes como a fonte da opressão de todas as mulheres. Quando as "mulheres" entram no mercado de trabalho na segunda metade do século XX, não é a mulheres negras que Brites se refere, que já elas tinham sua força de trabalho explorada desde os primeiros anos da escravidão colonial, tanto no âmbito privado (de que o principal exemplo é o trabalho doméstico, no meio urbano e rural) quanto no público (como no trabalho de rua de escravas de ganho).

Compreende-se, então, que mulheres negras, ou quaisquer outras que de algum modo não correspondam ao sujeito hegemônico do feminismo, não se encaixam

integralmente na categoria "mulher". Nesse sentido, o famoso discurso da ativista ex-escravizada Sojourner Truth, proferido na *Women's Rights Convention* em Akron, Ohio, em 1851, enfatiza o papel da raça na construção da feminilidade:

Aquele homem ali atrás diz que mulheres precisam de ajuda para entrar em carruagens e para atravessar poças d'água, e ter os melhores assentos em todos os lugares. Ninguém nunca me ajudou a subir numa carruagem nem jamais me concedeu nenhum lugar melhor. Eu não sou uma mulher? Olhe pra mim! Olhe para o meu braço! Eu plantei e arei e empilhei nos celeiros, e nenhum homem conseguia me superar. Eu não sou uma mulher? Eu podia trabalhar tanto quanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia [comida] – e aguentar o chicote também! Eu não sou uma mulher? Eu pari treze filhos, e vi a maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. Eu não sou uma mulher?¹⁵

Nem todas as mulheres tinham como o principal problema de suas vidas a restrição a uma vida conjugal enfadonha no confortável seio da burguesia, estereótipos de feminilidade e fragilidade que refreassem sua potência, ou a limitação ao papel de mães, conforme descrevem obras como *The feminine mystique*, de Betty Friedan, publicado em 1963, reconhecido como o livro que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo (HOOKS, 2015). Mulheres negras não eram vistas como frágeis quando o chicote estalava no lombo, e seguem não sendo. Poder trabalhar não era uma questão para quem *sempre teve* de fazê-lo. Nem a maternidade era uma possibilidade quando tinham seus filhos vendidos como gado no regime escravista (DAVIS, 2016).

Em sua tese de doutorado (2000), a própria Jurema Brites parte de uma narrativa da formação da família europeia moderna para delimitar seu problema de pesquisa:

A família foi o grande vetor das modificações da sensibilidade moderna, sofrendo um encolhimento na sua configuração, quando se recolheu de uma sociabilidade difusa na comunidade para uma intimidade entre o casal e os filhos. A permanência do serviço doméstico no contexto histórico das transformações da família burguesa, desde a época da Revolução Industrial, acabou revelando uma tensão, pois a presença dos criados nesta nova família (locus privilegiado dos afetos parentais) representava vínculos com elementos externos que deveriam pertencer ao passado (BRITTES, 2000, p.11).

As domésticas parecem só existir dentro do contexto da casa dos patrões, ignorando sua atuação política, ou mesmo a existência de uma vida familiar e afetiva

¹⁵ Tradução pessoal.

própria. A descrição acima não considera tanto a dinâmica racial dentro da família branca em relação a seus empregados quanto a configuração de outros tipos de famílias. Em reuniões do Grupo de Estudos de Mulheres Negras (SOL/UnB), coordenado por Bruna Pereira e Taís Machado, era muito comum que as integrantes se identificassem com narrativas africanas de famílias não nucleares, como as presentes nas obras das autoras Oyèrónké Oyěwùmí (2004) e Sobonfu Somé (2003), que correspondem a uma adaptação de estruturas africanas de afeto familiar na Diáspora. Na minha família eu vejo muito isso: grupos extensos, mais comunitários que nucleares, mulheres que criam muitas crianças que não são suas, a união de mulheres adultas não casadas (irmãs, cunhadas etc.) na gestão da família, num formato muito diferente do que a ideia de "sororidade" sugere.

Nas narrativas hegemônicas sobre trabalho doméstico, o gênero é a lente a partir da qual enxergam a dinâmica da relação patrões-empregadas. Por tratar de mulheres mais pobres, usa-se também a categoria classe, mas nunca a raça.

[...] o serviço doméstico proporciona o encontro de classes desiguais numa sociedade cada vez mais marcada pela segregação e o medo do “outro”; a empregada doméstica aparece como um elemento “arcaico” (tanto pela sua intromissão na intimidade, como pela desigualdade social e econômica que evidencia) no seio da “família moderna”; o serviço doméstico pauta-se em relações de trabalho clientelistas numa época marcada pela cidadania (BRITES, 2000, p. 12).

Não ver mulheres brancas como beneficiárias e agentes de hierarquias raciais é uma expressão de poder da branquidade (BONILLA-SILVA, 2012), "que tem como um de seus efeitos a invisibilidade da norma que define quem é observado e quem observa, de modo a constantemente objetificar grupos definidos como negros e submetê-los a seu escrutínio" (LOPES, PRANDO, SILVA, 2017, p. 14). Ter a brancura como norma faz parecer que a racialidade é uma característica somente daqueles marcados como o Outro, que sofrem as consequências mais nefastas do racismo, quando ela só existe pelo exercício dos privilégios do grupo dominante, construído como racialmente superior. Explorar as hierarquias do espaço doméstico somente pela lente do gênero impede que se vejam as hierarquias raciais entre patroas e empregadas. Ainda que reconheçam que raça e etnia são fatores importantes no recrutamento de trabalhadoras domésticas por todo o mundo (BRITES, 2013), que são as não-brancas as mais vulneráveis a estas estruturas, não são compreendidas como categorias centrais das análises.

Fazendo uma analogia com o que diz Ana Flauzina (2006) sobre a Criminologia Crítica, campo a partir do qual fala, até se diz que existe racismo, vê-se que os negros são os mais encarcerados – como efeito das denúncias continuadas do movimento negro sobre os filtros raciais da polícia e da Justiça Criminal – mas não se compreende sua centralidade na formação do Sistema Penal brasileiro. Inserido no projeto moderno-colonial, esse aparato repressivo começa a se consolidar no pós-abolição, com fim específico de controle e extermínio da população negra recém liberta; o que orienta seu modo de operação no presente. Da mesma forma, raros são os estudos que vinculem seriamente a precarização do trabalho, e especialmente do trabalho doméstico, ao colonialismo e ao sistema escravocrata, ainda que os dados mostrem que trabalhadores nas condições mais desumanas são sempre negros, ou de outros grupos raciais e étnicos não-brancos (ALVES, 2017). Somente a obra do professor Joaze Bernardino-Costa (2007) parece levar a sério as implicações da colonização e das dinâmicas de raça e gênero no serviço doméstico.

O silêncio sobre raça nos estudos sobre trabalho doméstico reflete práticas de movimentos feministas pelo mundo, que afastam mulheres não-brancas e apagam suas perspectivas sobre os temas caros às agendas feministas (HOOKS, 2015). A organização de movimentos de mulheres na América Latina foi especialmente intensa em torno do período das redemocratizações após as ditaduras militares, que criaram um contexto possível de incorporação institucional das agendas feministas, na medida em que mulheres passaram a acessar cargos de poder (GUZMAN, 2000). Mecanismos políticos e institucionais de promoção dos direitos das mulheres, organizadas prática e teoricamente em torno de referências brancas, marginalizam outras experiências de gênero.

Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou velhos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular de liberação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos ME [Movimentos Étnicos] é bastante visível; aí nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas.

Mas é exatamente essa participação que nos leva a consciência da discriminação sexual. Nossos companheiros de movimentos reproduzem as práticas sexistas do patriarcado dominante e tratam de

excluir-nos dos espaços de decisão do movimento. E é justamente por essa razão que buscamos o MM [Movimento de Mulheres], a teoria e a prática feministas, acreditando aí encontrar uma solidariedade tão importante como a racial: a irmandade. Mas o que efetivamente encontramos são as práticas de exclusão e dominação racista [...]. Somos invisíveis [...], descoloridas ou desracializadas, e colocadas na categoria popular (GONZALEZ, 2011, p. 18).

Este quadro confirma o que Patricia Hill Collins (2009) aponta sobre o controle das estruturas de validação do conhecimento: quem as ocupa define os temas, paradigmas e epistemologias na produção do conhecimento. Com o poder recém-adquirido por mulheres brancas nessas estruturas, antes ocupadas somente por homens, elas incluem suas pautas nas agendas acadêmicas, ao passo que desconsideram experiências de gênero diferentes das suas, sendo a raça um fator determinante nesse silenciamento (HOOKS, 2015). Aprender com as mulheres negras é urgente se grupos mistos de mulheres quiserem se engajar em movimentos que de fato emancipem todas as mulheres.

O diálogo entre a produção acadêmica e os dados recolhidos em campo ressaltaram outras questões para a análise. A literatura sobre serviço doméstico é unânime em reconhecer a complexidade das relações de trabalho desta atividade profissional que se desenvolve no ambiente privado, apontando questões acerca da definição do que seja trabalho, das relações de poder entre as mulheres (paternalismo/maternalismo), dos laços de dependência, dos pagamentos extra-salariais [...]. O que une os argumentos destes estudos é a percepção de que atitudes dos patrões em relação às empregadas domésticas tendem a ser pouco “profissionais”. Dizendo de outra forma: os patrões não desenvolvem relações de contrato modernas. (BRITTES, 2000, p. 11)

O vocabulário das relações "peculiares", "complexas", "informais" do serviço doméstico, que remetem a estruturas do passado contidas na família moderna, sempre esbarra, mas nunca enuncia sua real origem: é colonial, escravocrata. Uma conclusão curiosa é extraída da tese de Brites (2000): ressaltando a agência das trabalhadoras na opção pelo serviço doméstico, em detrimento de profissões que consideravam mais precárias, ainda que eventualmente pagassem melhores salários, as nativas de sua etnografia identificavam vantagens na possibilidade de pagamentos extras salariais, como roupas e móveis usados, sobras de alimentos, entre outros bens. Eu duvido muito que a professora Jurema veria como vantagem se fosse paga pela universidade federal em que dá aulas com roupas velhas e restos de comida. A naturalização do lugar subalterno das trabalhadoras domésticas faz esse tipo de prática parecer razoável, quando não é. Um trabalho respeitado e bem remunerado, revestido de garantias

constitucionais, impede que empregadas precisem se submeter a este tipo de situação. O patriarcado e o racismo, no centro da modernidade-colonial, que informam a autorização de violência física, sexual e moral e das condições mais precárias de trabalho, são a chave para compreender a fragilidade jurídica da proteção dos direitos da categoria.

1.2 Ensino jurídico e Direito do Trabalho: entre a neutralidade dos manuais e a resistência negra

Com origem no Conselho Nacional do Trabalho (CNT), criado em 1923, que mediava e julgava conflitos entre trabalhadores e patrões, a Justiça do Trabalho foi efetivamente implantada no Brasil em 1941, inicialmente como órgão do Executivo, passando ao âmbito do Poder Judiciário com a Constituição de 1946 (VANNUCCHI, DROPPA, SPERANZA, 2017). Tem como marco legal a promulgação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, que codifica este ramo especializado da Justiça em 1943, durante a Era Vargas. Outro marco importante é a Emenda Constitucional 45/2004, que amplia significativamente sua competência, estendendo-se sobre ações oriundas de relações de trabalho *latu sensu* (não só de emprego), direito de greve, ações que envolvem sindicatos, *habeas corpus* e *habeas data*, dano moral decorrente de relação de trabalho, entre outros.

Se enquanto ramo judiciário, em sua configuração atual, é relativamente recente, o Direito do Trabalho enquanto campo de pesquisa é ainda mais, se comparado com outros ramos do Direito já estabelecidos no Brasil. Nas universidades brasileiras, não é regra haver nos programas de pós-graduação em Direito linhas de pesquisa específicas sobre Direito Trabalhista, que vêm ainda se estruturando no país. A produção é centralizada sobretudo em escolas do estado de Minas Gerais. O primeiro encontro de grupos de pesquisa em Direito do Trabalho e Seguridade Social foi realizado na Faculdade de Direito da UnB em dezembro de 2015¹⁶, organizado pelo Grupo Trabalho, Constituição e Cidadania, coordenado pela Prof.^a Gabriela Neves Delgado.

Outras áreas do conhecimento, como a História, vêm se debruçando sobre o campo. Vanucchi, Droppa e Speranza (2017) identificam como principais temas da pesquisa historiográfica recente sobre a Justiça do Trabalho, no Nordeste do país, o poder disciplinar, acordos e trabalho rural; no Sul, ações movidas por patrões e dissídios coletivos; e no Sudeste, CNJ, ditadura e poder normativo. Apesar de informarem o campo e produzirem interlocução transdisciplinar, evidenciam a falta de um olhar específico do Direito – não são pesquisa jurídica.

¹⁶ I Encontro da RENAPEDTS – Rede Nacional de Grupos de Pesquisa e Estudos em Direito do Trabalho e da Seguridade Social, com participação das instituições USP, UFRJ, UnB, UFPE, UFMG, UFPR, UniBrasil/PR, UVV, UFC, PUC-Minas, FDV e IPA. Blog do grupo disponível em: <http://trabalho-constituicao-cidadania.blogspot.com.br/> (Acesso em 11/10/2017).

Algo de estranho acontece na narrativa do Direito do Trabalho a que somos introduzidos por nossos professores e livros, que segue a seguinte estrutura: no paradigma constitucional do Estado de Direito, o capitalismo industrial nos países centrais é caracterizado pela exploração do trabalho humano, revestido de baixa proteção legal (DELGADO, G., 2015). Prevalecem hierarquias de poder entre empregados e empregadores: por um contrato cível tradicional, em que as duas partes têm pretensa igualdade de condições para negociar os termos do negócio jurídico, com respectiva liberdade de vender a força de trabalho e de contratá-la, a vontade do patrão se sobrepõe ao reduzido poder negocial de seu subordinado. O processo tem pouca relação com os países de capitalismo "dependente", em que há acumulação primitiva de capital, metalismo pré-industrial e transferência de recursos para as metrópoles.

Há então uma crise do liberalismo, parcialmente atribuída à atuação e consciência da classe obreira, cuja solução reside em estratégias intervencionistas do Estado. É quando "surge" o Estado Social, sem muita explicação, como garantidor de "influência civilizatória e democrática" na sociedade. É um modelo de estado centralizador, que interfere positivamente na economia e nas "questões sociais", reduzindo a exploração que marca o período anterior (DELGADO, G., 2015). Desenvolve-se nas experiências constitucionais autoritárias e fascistas do século XX, fato que em geral tem pouco destaque. O período, que sempre aparece como uma referência positiva, é quando se regulamenta o Direito do Trabalho.

Com a crise do Estado Social nos anos 1970, há uma ascensão do neoliberalismo, marcado pelo Estado mínimo e pela livre negociação, fragilizando as conquistas do período anterior. As relações de trabalho no fim do século XX e início do século XXI tornam-se mercadológicas, e o homem, mero instrumento de trabalho na mão do capitalista (DELGADO, G., 2015). Estranhamente, mesmo com séculos de exploração do trabalho escravo, é somente em 1970 que relações de trabalho viram mercadológicas e que pessoas são consideradas objetos.

Fala-se pouco do Estado Democrático de Direito, mas, ao mesmo tempo que faz parte desse momento de precarização do trabalho iniciado no fim do século XX, há a institucionalização de direitos fundamentais que protegem o trabalhador, com destaque para o princípio da dignidade da pessoa humana. A Constituição de 1988 é a primeira no ordenamento jurídico pátrio a dedicar um capítulo inteiro aos direitos sociais,

direitos fundamentais cujo núcleo é a proteção dos direitos relativos ao trabalho (DELGADO, G., 2015)¹⁷.

Abrindo qualquer manual, encontra-se essa mesma receita de bolo, que é dividida em duas partes: a primeira descreve um Direito do Trabalho geral ou europeu, que narra seu surgimento como resposta a fenômenos sociais; e um Direito do Trabalho brasileiro, que se resume à enumeração histórica de diplomas legais (SILVA, 2015). Essa estrutura é apontada por Vanessa Silva em *"Escravidãos livres": crítica ao discurso jurídico sobre a história do Direito do Trabalho a partir da representação historiográfica do trabalho escravo* (2015), em que ela analisa todos os manuais de Direito do Trabalho da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, que reúne obras das bibliotecas do Senado, da Câmara, do STF, STJ, TST, MTE, entre outras. Como traço comum, identifica que a narrativa histórica, progressivamente suprimida, é descrita de forma linear e etapista, subsidiária ao conteúdo real do manual: os elementos técnicos da dogmática jurídica sobre contratos, jornadas, salários etc.

Como um dos pilares da formação do ensino jurídico na educação superior do país e elemento de fundamentação de decisões judiciais, os manuais têm papel importante nessa análise (DUARTE, 1998).

O manual jurídico acaba por reproduzir determinadas interpretações e aplicações de normas jurídicas e, sobretudo, ensina um modo de considerar a realidade, marcando simbolicamente o que é relevante, o que deve ser negado socialmente, as permissões e interdições de um discurso tido como válido, ou melhor, jurídico. E neste caso há uma distinção sutil, mas importante. Os manuais treinam seu leitor não apenas para aceitarem determinado argumento, mas, sobretudo, induzem-no a aceitar que determinada forma de argumento não pode ser utilizada como juridicamente válida. Os exemplos, os problemas, os casos relevantes e as referências à história e à realidade são filtros ideológicos essenciais da formação, condicionando o aprendizado de valores e posturas diante de situações futuras. (DUARTE, 1998, pp. 12-15).

A descrição do processo de formação e consolidação do Direito Trabalhista no *Curso de Direito do Trabalho* de Maurício Godinho Delgado (DELGADO, 2015; p. 97-104), por exemplo, segue esta lógica evolutiva. Localizando seu surgimento a partir da exploração do trabalho livre e subordinado no nascimento da indústria dos países europeus ocidentais e dos Estados Unidos, ele descreve quatro fases.

¹⁷ Até aqui, as referências a "DELGADO, 2015" referem-se ao livro *Direito Fundamental ao Trabalho Digno*, da professora Gabriela Neves Delgado. Adiante, referem-se ao *Curso de Direito do Trabalho* de Maurício Godinho Delgado, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho e pai da professora Gabriela.

A primeira, de manifestações incipientes ou esparsas, iniciada em 1802 com a publicação do *Peel's Act* na Inglaterra, caracterizada por legislações dispersas e verticais que refreavam os excessos violentos da exploração da força de trabalho, especialmente de mulheres e crianças, em face de uma organização operária incapaz de produzir pressão democratizante.

Esta é seguida pela fase de sistematização e consolidação, inaugurada em 1848 com a publicação do Manifesto Comunista de Marx e Engels, que representa o fim de “vertentes insurrecionais ou utópicas” do pensamento revolucionário, reorientando a atuação política das classes subordinadas; e a Revolução de 1848 na França, processo revolucionário que sistematiza a ação coletiva e repercute na formalização de instrumentos jurídicos de proteção, como o reconhecimento do direito de greve e a fixação de jornada de 10h diárias. Há um processo de integração recíproca dos movimentos socialistas e sindicais e ações “vindas de cima”.

A segunda fase se estende até 1919 com o fim da Primeira Guerra Mundial, a criação da OIT – Organização Internacional do Trabalho com o Tratado de Versalhes e promulgação da Constituição de Weimar na Alemanha, quando se inicia a terceira fase, de institucionalização ou oficialização do Direito do Trabalho. A Constituição Mexicana de 1917 é mencionada como “brilho do processo” nos países periféricos. Esta fase é descrita como de integração de um corpo normativo trabalhista coeso na ordem jurídica dos países de economia central, com sua codificação e constitucionalização, no contexto do Estado de Bem-Estar Social. Novamente, não se fala no papel determinante da ideologia fascista.

E, por fim, a fase de crise e transição do Direito do Trabalho, inaugurada em 1979/80 com os governos neoliberais de Ronald Reagan nos EUA, Margaret Thatcher no Reino Unido e Helmut Kohl na Alemanha, precedidos pela crise do petróleo de 1973/74, que representam o decréscimo e a flexibilização das conquistas de políticas sociais e regras jurídicas limitadoras da economia do período anterior. Apesar de ser uma edição publicada em 2015, fala-se pouco de questões mais atuais na parte histórica, com exceção de eventuais menções sobre terceirização.

Todas estas fases são descritas em 7 (sete) das 1568 páginas do manual, confirmando o que Vanessa Silva (2015) aponta sobre o caráter subsidiário da narrativa histórica, que pode ser esquematizada na linha do tempo abaixo (figura 1):

Figura 1 - Linha do tempo



Fonte: (DELGADO, M., 2015)

Essa história evolutiva, que tem o Direito do Trabalho como ápice, "se inicia com relações de trabalho inteiramente desprotegidas e que, com o tempo, passam a ser asseguradas por normas esparsas sobre Direito do Trabalho, até que, enfim, "surge" o Direito do Trabalho" como o grande garantidor da proteção das relações de trabalho, sendo, em seu sentido progressivo, incompatível com possíveis recuos, descontinuidades ou involuções. (SILVA, 2015, p. 18). O caráter linear, que denota completa substituição da fase anterior pela posterior, não dá margem pra que se fale da escravidão colonial, uma "instituição pré-capitalista", que pertence, portanto, ao passado, incompatível com a narrativa do progresso dos direitos trabalhistas (SILVA, 2015).

Os eventos da história mundial geram meros reflexos sobre a realidade brasileira. "Nas chamadas periferias globais, somente teria havido releituras, cópias e tentativas fracassadas de implementar os avanços desenvolvidos nos centros do mundo moderno" (QUEIROZ, 2017, p. 13). Esta tendência denota na verdade que não houve no Brasil lutas sociais que gerassem disputas sobre o Direito do Trabalho, somente compreendido em face da história "geral" (SILVA, 2015). Quando o faz, é de modo centrado na figura ideal do imigrante europeu no pós-abolição, já qualificado e habituado ao trabalho fabril, que traz consigo ideias socialistas e sindicais; imagem que reitera a narrativa que credits o processo de surgimento e consolidação do Direito moderno ao mundo europeu (e estadunidense), cujos principais personagens são homens brancos. Essa leitura, então, é transposta para a realidade brasileira sem que se pesem as disputas travadas pela população negra no Brasil por melhores condições de trabalho.

Como parte do Direito do Trabalho brasileiro, o trabalho doméstico (quando presente) integra a parte do manual em que há a listagem de leis que parecem brotar do chão, que progressivamente concedem aos trabalhadores um grau maior de proteção,

sem qualquer manifestação popular. Com ínfimas linhas nos manuais gerais, há algumas obras específicas sobre a regulamentação da profissão, como o *Novo Manual do Trabalho Doméstico* (2016), de Gabriela Neves Delgado e Maurício Godinho Delgado, que tem como principal objetivo fazer comentários à Lei Complementar 150 de 2015.

Esse livro segue-se à risca a estrutura descrita por Vanessa: no capítulo 1, em poucas páginas descrevem o desenvolvimento histórico de seus direitos: *a)* primeiro uma fase de completa exclusão jurídica; *b)* é seguida da fase de inclusão jurídica, que se divide em duas partes: *c)* o período anterior à Constituição de 1988, de modesta normatização inclusiva, em que se destaca a Lei 5.859/72; *d)* e posterior à 1988, de um ciclo de institucionalização da cidadania trabalhista doméstica. A CF/88 inicia a cidadania da categoria¹⁸, ampliada pela Lei n. 11.343/06¹⁹, e é finalmente consolidada com a Emenda Constitucional 72 de 2013 e com a Lei Complementar 150 de 2015, que a regulamenta. O segundo capítulo trata da estrutura jurídica da relação de emprego doméstico, e, então, o terceiro e principal capítulo, faz comentários à nova Lei do contrato de trabalho doméstico. Parece até que chegamos ao fim da história, com a cidadania finalmente assegurada, ainda que a categoria não tenha sido sequer equiparada aos demais trabalhadores. A prática, contudo, aponta para a manutenção de relações de trabalho precárias, e mesmo se considerado somente o plano normativo, estamos num momento político de franco retrocesso de direitos sociais com a Reforma Trabalhista, o que indica que as conquistas correm riscos.

De modo geral, o Direito do Trabalho é bastante incipiente como campo de pesquisa, mesmo considerando que é uma área que só agora começa a se consolidar academicamente; e quando se trata de trabalho doméstico, o silêncio é ainda mais intenso. A produção acadêmica do campo parece seguir esse padrão manualesco que marca o estudo do Direito, com suas representações simplificadas e estereotipadas da sociedade; que não é exclusividade do Direito do Trabalho. Em manuais de Direito Penal, por exemplo, há eventuais referências a trabalhadoras domésticas como agentes potenciais de furtos na residência, falando de seus decotes, ou ainda sendo retratadas em imagens vulneráveis da população negra (PRANDO, 2016).

¹⁸ A Constituição prevê salário mínimo, irredutibilidade de salário, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias anuais, licença à gestante, licença paternidade, aviso-prévio e aposentadoria.

¹⁹ A lei adiciona ao rol de direitos das domésticas o descanso semanal remunerado em férias, 30 dias corridos de férias, estabilidade no emprego à gestante e um incentivo fiscal para que o empregador pague INSS.

A tradição do ensino jurídico mostra que sempre fomos mais burocratas que cientistas (SCHWARCZ, 2005), o que se reflete nessa escrita dogmática, pobre em fundamentos históricos e filosóficos, distante de dados empíricos e descolada da realidade daqueles que devemos proteger. O silêncio dos juristas, contudo, produz um discurso oficial de harmonia e ausência de tensões raciais, ao mesmo tempo em que as instituições jurídicas negam cidadania e produzem morte em sua prática institucional cotidiana, servindo à inferiorização e submissão do povo negro (DUARTE, 2011).

Num país que desenvolve sua economia por quase quatro séculos sobre um modelo agroexportador baseado na exploração do trabalho escravo, o qual permitiu a acumulação necessária para que países europeus despontassem como potências capitalistas nos primeiros séculos da expansão colonial, causa no mínimo estranhamento uma história do Direito do Trabalho que só é contada a partir do momento posterior à abolição, centrada em pessoas brancas europeias, apagando, assim, a existência e as resistências engendradas por trabalhadores negros de sua narrativa oficial. Estas pessoas não desapareceram, permanecendo por gerações nos postos mais precários do mercado de trabalho. Os motivos desse quadro devem ser investigados sob outras perspectivas. O silêncio historiográfico sobre as lutas da população negra implica uma perspectiva defasada de direitos (NASCIMENTO, QUEIROZ, DUARTE, 2017) por toda a história do trabalho no Brasil. Devemos colocar o ideal do imigrante europeu e a narrativa de passividade do povo negro no lugar que lhes é devido: de mitos.

1.3 Descolonizando o trabalho doméstico: a regulação do trabalho no período pós-abolição no Brasil

A maioria dos estudos atuais sobre trabalho doméstico não considera o racismo e a colonização como fatores centrais na sua conformação atual. O Direito do Trabalho tende ao dogmatismo e se afasta de fatores políticos e históricos na reprodução da “história geral” europeia. Os estudos feministas das Ciências Sociais, realizados majoritariamente por mulheres brancas, utilizam o gênero como principal categoria analítica, identificando-se em vários aspectos com as grandes narrativas europeias, mesmo quando tratando do contexto brasileiro. Esta seção pretende apresentar, principalmente por meio de contribuições da pesquisa historiográfica, alguns aspectos

que definiram a formação do mercado de trabalho brasileiro no pós-abolição, essenciais para os capítulos subsequentes.

Raissa Roussenq Alves descreve o processo de formação do mercado de trabalho livre no Brasil ao analisar as continuidades entre a escravidão colonial e o trabalho escravo contemporâneo (ALVES, 2017). O censo de 1872²⁰ (dezesseis anos antes da abolição) aponta que, num contexto de maioria populacional negra, entre africanos, crioulos, pardos e pretos, livres e cativos, o contingente de pessoas negras livres e libertas era superior ao de escravizados. Pessoas negras exerciam ocupações diversas no âmbito rural, doméstico e urbano,

(...) numa miríade de relações complexas que envolviam barganha, negociação e domínio de determinados ofícios, muito antes de a escravidão ser oficialmente abolida. A força de trabalho no Brasil foi, desde o início, primordialmente negra.

Assim, o crescimento urbano se mostrou compatível com a permanência da escravidão, observando-se o surgimento de densidades urbanas com escravos, e mesmo cidades escravistas, imbricadas em relações dinâmicas de produção. O mercado de trabalho urbano, especialmente o setor de serviços, foi ocupado de maneira predominante pela população negra até a segunda metade do século XIX, quando a entrada de imigrantes europeus, tanto nas áreas urbanas como rurais, gerou disputas com os trabalhadores negros. (ALVES, 2017, p. 14)

A narrativa histórica descreve o período transicional da abolição para a formação do mercado de trabalho livre como de substituição absoluta da força de trabalho escravizada pelos imigrantes europeus, excluindo o negro da história dos

²⁰ “Em 1872, o Censo contabilizou quase 10 milhões de habitantes em território nacional, dos quais 8.419.672 eram livres. Neste universo, pardos e pretos totalizavam 4.251.328, número superior ao de brancos livres, equivalentes a 3.781.110. A população cativa, por sua vez, era composta por 1.510.806 pessoas, somando-se pardos e pretos. No todo, agrupando-se escravizados e livres, a população negra contabilizava 5.762.134 indivíduos. Assim, “[e]m várias regiões, principalmente nas cidades, com base no censo de 1872, destaca-se a força demográfica (absoluta e relativa) da população negra, juntando africanos, crioulos, pardos e pretos, livres e escravos”. Quanto às atividades profissionais, o Censo de 1872 aponta que a mão de obra escrava estava concentrada no campo, totalizando 581.087 indivíduos ocupados como lavradores. Entretanto, esse número é muito inferior ao número de pessoas livres na mesma atividade, 2.266.840. Ou seja, já naquela época, o trabalho rural era dominado por mão de obra não escrava, podendo-se estimar a grande presença de pretos e pardos livres, apesar da falta de especificação do recenseamento quanto a esse quesito. Observa-se ainda a grande presença de cativos no trabalho doméstico, principalmente mulheres (187.628, ao passo que os homens somavam 95.655). Contudo, também nessa esfera, o trabalho livre já predominava, ocupando 886.216 brasileiras livres. Outra profissão relevante eram os criados e jornaleiros, contabilizando 140.000 cativos, em maioria homens, mas também em número inferior aos trabalhadores livres, 437.735. Estima-se, ainda, a presença significativa de trabalhadores escravizados nas seguintes profissões manuais e mecânicas, todas em número inferior aos trabalhadores livres: costureiras (49.577 mulheres), profissionais em tecidos (10.161 mulheres), profissionais em madeira (7.873 homens), profissionais em metais (3.152 homens), profissionais em canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros (2.510 homens) e profissionais em calçados (2.947 homens).” (ALVES, 2017, p. 13-14).

trabalhadores. Estudos sobre as relações raciais, por sua vez, retratavam a escravidão como produtora de atraso tecnológico, social e econômico, e a população negra como passiva, incapaz de adaptar-se às novas formas de organização econômica (ALVES, 2017). Entre os abolicionistas brancos, a escravidão era vista como uma questão de ordem moral, humanitária, de justiça, não como sistema de exploração econômica, inserida na lógica capitalista crescente (DAVIS, 2016). O comprometimento com valores burgueses e com a supremacia branca justificam, assim, a compatibilidade do abolicionismo com o racismo gritante e com a expressa negação de direitos da classe trabalhadora.

O período em torno da abolição da escravatura é decisivo na construção de um projeto de nação para o Brasil republicano, em vias de se concretizar, processo no qual a integração marginalizada do negro teve papel central.

Trabalho e cidadania, portanto, são aspectos complementares de uma mesma questão. Ao definir o lugar destinado aos ex-cativos na nova ordem social que se instaurava, as elites, não sem oposição da população negra, estavam estabelecendo como se daria, ou se de fato se daria, a integração dessas pessoas na sociedade, e, por conseguinte, seu acesso aos direitos destinados aos indivíduos considerados cidadãos. Liberdade e cidadania não eram conceitos filosóficos ou um problema existencial complexo para os libertos da escravidão, eram uma realidade concreta que significava acesso à terra, ao trabalho e à mobilidade para agir e pensar. (ALVES, 2017, p. 19)

Um olhar mais atento, porém, mostra que o mito da capacidade técnica e superioridade inerente do imigrante europeu não tinham lastro na realidade, como demonstra Clóvis Moura, para quem “ao contrário do que afirmou Celso Furtado, esses imigrantes eram ‘homens que, por já ociosos’ e por não encontrarem ocupação nos seus países de origem aceitam ‘por isso a emigrar na primeira oportunidade que isso ofereça’” (MOURA^b, 1988, p. 88). Clóvis resgata o seguinte trecho de um relatório do prefeito da província de São Paulo, Fernando Torres, de 1859:

[...] o certo é que o desânimo e arrefecimento que em geral se tem manifestado os nossos fazendeiros pela colonização, prova que os colonos ultimamente vindos da Europa têm sido mais pesados que lucrativos aos mesmos fazendeiros, pois que só assim pode-se explicar a preferência que têm dado a despendar somas enormes com a aquisição de escravos, comprados por preços que lhes absorvem anos de renda. (TORRES apud MOURA^b, 1988, p. 88)

A integração dos imigrantes europeus não foi motivada, portanto, por uma crise de mão de obra, uma vez que a população negra, ainda que em condições

desfavoráveis, supria a demanda interna do mercado; mas por uma construção ideológica que associava o desenvolvimento capitalista à brancura, marcando uma racialização do trabalho voltada para a exclusão da população negra. Intensifica-se, assim, um quadro de estigmatização e exclusão de trabalhadores negros, surgindo discursos de natureza policial e sanitária, traduzidos nas primeiras legislações de regulação do trabalho livre, que pintavam pessoas negras como sujas, perigosas e degeneradas de modo geral (SILVA, 2015; ALVES, 2017).

A regulação do trabalho no Brasil se inicia, portanto, a partir do século XIX, motivada pela abolição, e tinha por objetivo ordenar uma divisão essencialmente racial do mercado de trabalho.

Embora a ideia de controle e disciplina estivesse presente tanto nas leis que regulamentavam o trabalho dos libertos como o trabalho dos imigrantes europeus, havia uma dimensão de mercantilização sobre a vida negra que não estava presente no trabalho branco. Desse modo, ao passo que a legislação sobre o trabalho migrante incorporou gradativamente um conteúdo protetivo, isso não ocorreu na mesma intensidade com as normas que regulavam a mão de obra negra (ALVES, 2017, p. 96).

Os discursos racistas que desqualificam a população negra operam também numa evidente dimensão de gênero. Em *Libertas entre sobrados: contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*, Lorena Telles (2011) aborda experiências de trabalho doméstico de mulheres negras escravizadas, libertas e descendentes livres na São Paulo do fim do século XIX, chamando atenção para a regulamentação do trabalho no contexto de urbanização que caracteriza a virada do século. Reconstitui o cotidiano de mulheres diversas, de migrantes das regiões escravistas a africanas livres, que, para além das atividades de limpeza, cozinha e cuidado, articulavam formas de resistência num contexto social turbulento. Um dos alvos desses discursos eram as amas-de-leite, inseridas na lógica cruel do mercado de aluguel e venda de escravas paridas para fornecimento de alimento a crianças brancas por meio do próprio corpo, sendo frequentemente obrigadas a abandonar seus próprios filhos recém-nascidos (TELLES, 2011). Mesmo nesta posição subumana, encontravam concorrência²¹ do trabalho branco por fundamentos explicitamente racistas.

²¹ A gradual redução do uso da amamentação mercenária de amas de leite no Brasil com o avanço do século XX é o que abre espaço para o início do mercado de mamadeiras e leite em pó, substituindo a mão de obra de mulheres escravizadas (TELLES, 2012).

A literatura médica do período criticava os “hábitos de perversão moral”, “tão inculcado nos escravos”, e aconselhavam os pais a contratar amas livres, mulheres de princípios religiosos e morais, com alguma instrução e caráter meigo e carinhoso. Aqueles cientistas acreditavam também que, pelo leite seriam transmitidas à criança as “qualidades culturais” da nutriz. Além da transmissão de febre amarela, da cólera, varíola, tuberculose, sífilis, escarlatina, malária, vermes, sarnas, parasitas de cabelo e até mesmo lepra, o leite das escravas e suas descendentes livres estaria contaminado, sob a forma de “germes”, das “disposições hereditárias” da escrava, que poderia desenvolver na cria branca, por exemplo, a suposta predisposição das escravas para a promiscuidade. (TELLES, 2011, p. 143)

Considerando a centralidade do trabalho num momento histórico em que o povo negro paulatinamente passa da condição de propriedade para a de cidadão, ocupando ambas as categorias de forma ambígua e bastante precária, a formalização de seus direitos não veio da boa vontade dos governantes nem do espírito humanitário do abolicionismo branco. Há fontes históricas que retratam a existência de movimentos de reivindicação por melhores condições de trabalho no Brasil, antes e depois da abolição (NEGRO, GOMES, 2016). Nas cidades, as domésticas "recusaram com suas indisciplinas as jornadas extenuantes de trabalho, conquistaram aumentos salariais, (...) indispueram-se ao assédio sexual, aos maus tratos e aos baixos ordenados, que nem sempre recebiam" (TELLES, 2011, p. 4). Registros como este são importantes para contestar os estereótipos de mulheres negras no período, que somente eram retratadas como as mucamas passivas das casas grandes rurais (GONZALEZ, 1984).

Eventos como a chamada Greve Negra de 1857 e a Revolta dos Malês em 1837, ambas na Bahia, deslocam as imagens unívocas da organização sindical dos imigrantes brancos europeus (NEGRO, GOMES, 2016). Mais tarde, "[n]o século XX, os sindicatos formados aos moldes europeus e frequentados principalmente por imigrantes tornaram-se o padrão de organização dos trabalhadores, oficializados pelo governo como as instâncias legítimas de negociação", (RAZEN, QUEIROZ, 2016, p. 6), invisibilizando os movimentos associativos negros, como é o caso dos sindicatos das trabalhadoras domésticas a partir de 1936 (BERNARDINO-COSTA, 2017).

No campo, havia tensões com a oligarquia rural, a exemplo de uma rebelião de escravos empreendida no engenho Santana de Ilhéus, em que, após o embate, encaminham uma carta ao proprietário demandando melhores condições de trabalho (NEGRO, GOMES, 2016). Recentemente, demandas semelhantes ensejaram repercussões inéditas: uma mulher escravizada chamada Esperança Garcia, que viveu

no Piauí no século XVIII, após ser transferida para outra fazenda para trabalhar como cozinheira, separada de seu marido, escreve uma carta ao governador da capitania em 1770 denunciando, entre outras coisas, violências físicas sofridas por ela e sua filha pequena, e manifestando o desejo de voltar ao convívio do esposo. A pedido da Comissão da Verdade Negra da OAB-PI, Esperança recebeu o título simbólico de primeira mulher advogada do Piauí (GUMIERI, 2017).

A Academia, enquanto local de produção e validação do conhecimento, foi determinante na formulação dos discursos que criam imagens negativas da população negra no período do fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. O sociólogo Clóvis Moura identifica que os estudos sobre o negro brasileiro nas Ciências Sociais – por um lado comprometidos com uma pretensa imparcialidade científica, e, por outro, com uma ideologia racista racionalizada, de marcos teóricos e metodológicos vindos de fora –, com origem na superestrutura escravista, fundamentam ideologicamente a sociedade de capitalismo dependente que a sucede (MOURA^b, 1988).

Os estudos sobre o negro atualizam mitos raciais na ciência brasileira da estrutura especialmente autoritária do Estado monárquico-constitucional, voltada para a manutenção de mecanismos de dominação, inclusive ideológica, na transição do trabalho escravo para o trabalho livre, assumindo a defesa das oligarquias, tanto no regionalismo nordestino de Gilberto Freyre, quanto no autoritarismo fascista de Oliveira Vianna, ambas faces de um discurso eugenista, cristalizado na ideia de mestiçagem, que associa o progresso ao branqueamento da população, apagando a influência africana na produção da identidade nacional (MOURA, 1988). Ambos escrevem a partir da década de 1930, período em que o Brasil começa seu processo de urbanização. Enquanto Freyre representa a elite rural decadente com a queda da produção de açúcar, que, saudosa da escravidão, inventa um passado idealizado de harmonia das raças, ao mesmo tempo em que constrói imagens servis da população negra e indígena, com especial foco sobre as mulheres negras (SILVA, 2006; GONZALEZ, 1984); Vianna é o pensador do Estado Novo, quando é criada a Justiça do Trabalho, que nasce junto com a indústria nacional e com a nossa primeira ditadura, baseada numa disciplina do trabalho também informada pela ideia de mestiçagem (ALVES, 2017; DUARTE, 2011).

Esta “democracia racial”, que promove a integração subordinada entre o negro, o índio e o branco, num regime escravocrata que privilegiava o português, afeito à integração com raças “exóticas” – narrativa que romantiza a violência inerente a essa

mistura feita por meio de estupros e das várias dimensões da morte, compõe o que Duarte e Scotti (2015) chamam de “tradição negreira” na história nacional, em que não há espaço para o negro como sujeito, produzindo uma memória social, institucionalizada nos aparelhos ideológicos do Estado, que ativamente apaga a agência negra. A partir de outras perspectivas, na tentativa de promover uma interpretação "crítica" da sociedade brasileira, essas teorias racialistas acabam sendo atualizadas posteriormente por outros intelectuais. O antropólogo Darcy Ribeiro, por exemplo, reforça a ideia de mestiçagem em obras como *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil* (1995).

Além das Ciências Sociais, particularmente o Direito e a Medicina têm papel determinante no período transicional entre os séculos XIX e XX. O saber médico garante status de verdade à inferioridade biológica da raça negra, passando pela discussão sobre a higiene pública até os anos 1880, pela medicina legal, a partir de 1890 – com destaque para papel do médico na determinação da criminalidade e da loucura, e, finalmente, a produção do discurso eugenista a partir dos anos 1930, fornecendo substrato para a manutenção do poder da elite branca na jovem nação independente, destacando-se nesse contexto a Escola Nina Rodrigues na Faculdade de Medicina da Bahia (SCHWARCZ, 2005). As faculdades de Direito, por sua vez, que nascem após o processo de independência em 1822 com o objetivo de criar uma nova imagem para o Brasil, desvinculada dos laços com a metrópole europeia, são responsáveis pelo desenvolvimento de uma burocracia estatal e de uma elite intelectual local (SCHWARCZ, 2005). Destacam-se aí as tradicionais Faculdades de Direito de Recife, especialmente atenta ao problema racial, caracterizada pelo darwinismo social e evolucionista como modelos de análise; e a de São Paulo, de perfil político mais liberal, ambas inauguradas em 1928. A figura de prestígio do bacharel em ascensão vinha menos do curso em si e mais da “carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de direito”, muitos dos quais se tornariam grandes autoridades, políticos e pensadores que ditariam os rumos da nação (SCHWARCZ, 2005).

O pensamento jurídico em formação ocupa-se aí, por óbvio, da formulação de um constitucionalismo brasileiro, informado pelas tensões raciais e revoltas por todo o território nacional e fora dele, em que se destaca o discurso do medo da Revolução Haitiana na construção das categorias jurídicas nos processos constitucionais

(QUEIROZ, 2017), com implicações em todos os ramos do Direito, em face da necessidade de gestão e contenção da população negra. Central para Direito Civil, o direito de propriedade, por exemplo, é reconfigurado no Brasil com a Lei de Terras em 1850, reformulando o lugar das terras devolutas no ordenamento jurídico, que passam a ser de propriedade do Estado brasileiro e não mais de quem primeiro se apossasse delas (BERTÚLIO, 1989). Importante destacar que as próprias pessoas negras eram legalmente consideradas propriedade. Com o fim anunciado da escravidão, antecipa-se a possibilidade do negro de ter acesso à terra pela posse, o que se reflete na política fundiária e na gestão do território como um todo até os dias de hoje. A origem do Direito Penal também é traçada até este período pela necessidade de controle do negro liberto (FLAUZINA, 2006), com interlocução intensa com o saber médico na elaboração do pensamento criminológico (FRANKLIN, 2017).

A concepção do pensamento jurídico sobre as formas de gestão e regulação do trabalho, contudo, não costuma ser tematizada no imbricamento entre raça e Direito no período transicional entre os séculos XIX e XX, apesar de central no projeto de nação que se gestava nas faculdades de Direito nessa época. Os únicos locais para negros livres no Brasil independente residiam em dois extremos: os forros vadios, a quem se destinavam a polícia e o encarceramento; e o do trabalhador disciplinado, subordinado à lógica branca, o único apto a acessar, precariamente, a categoria de cidadão (QUEIROZ, 2017).

Esses apagamentos sistemáticos da agência negra na história do Brasil podem ser compreendidos por meio da definição da filósofa Sueli Carneiro (2005) do conceito de epistemicídio. A construção do Outro como não ser como fundamento do ser, destituindo-o de sua cultura, sua racionalidade e sua forma de organização social, atravessa o *modus operandi* do empreendimento colonial. O epistemicídio é a dimensão epistêmica do genocídio, que nega a racionalidade dos povos colonizados e os assimila culturalmente, processo persistente de produção de indigência cultural por meio da negação do acesso à educação de qualidade, por sua deslegitimação como produtor de conhecimento, rebaixando sua capacidade cognitiva pela carência material e comprometimento da autoestima nos processos discriminatórios presentes nos espaços da educação formal. É compreendido também como elemento de controle subjetivo, de mentes e corações. Situando a Europa como centro irradiador do conhecimento legítimo, as formas dos povos subjugados de ver e entender o mundo são reduzidas à

semântica da superstição, do folclore, do conhecimento popular, quando não inteiramente destruídas pela violência colonial (CARNEIRO, 2005).

Mais que somente orientar a reflexão sobre a violência do passado, o conceito de epistemicídio exige que compreendamos que as hierarquias do poder colonial se mantêm nos dias de hoje, não como um legado passivo do grupo dominante, mas como fruto da ativa manutenção de seus privilégios, que cotidianamente mobilizam instituições, recursos e discursos para preservar seus interesses (BERNARDINO-COSTA, 2007). É importante, portanto, destacar que:

Da mesma forma como as hierarquias forjadas no mundo colonial sobrevivem na atualidade, os saberes subalternos também não são resquícios de um passado longínquo, como se os sujeitos subalternos estivessem com o relógio atrasado. De acordo com a perspectiva que assumimos, os saberes subalternos são interpretações e práticas atuais que se confrontam com outras práticas e interpretações dominantes. (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 78-79)

Se voltamos o olhar para o passado, não é por mero preciosismo histórico, mas para evidenciar as contradições da inefetividade da garantia de direitos fundamentais no presente. O não reconhecimento jurídico da categoria das trabalhadoras domésticas é efeito da violência colonial que não se encerra, mas que se atualiza.

2 TRABALHO DOMÉSTICO: A ESCRAVIDÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CENTRO DA NARRATIVA SOBRE O TRABALHO NO BRASIL

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras.
(Angela Davis)

Entre 2015 e 2016 eu fui estagiária num Ofício Trabalhista na Defensoria Pública da União no Distrito Federal. Influenciada pela tese do professor Joaze Bernardino-Costa sobre os sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil (2007) e pelos estudos sobre colonialidade, epistemologia negra e feminismos que vínhamos desenvolvendo no PET Direito, eu queria uma experiência de prática jurídica em

Processo do Trabalho que contemplasse essas preocupações. Na DPU-DF, os escritórios trabalhistas são recentes²², e surgiram atendendo somente demandas de trabalho doméstico, tendo depois se estendido a todos os trabalhadores (além de domésticos, eram frequentes atendimentos de terceirizados e trabalhadores do setor de serviços, como secretárias, operadoras de caixa etc.) e também, com menor frequência, a empregadores, desde que contemplados pela faixa de renda mínima. A atuação da Defensoria garante atendimento jurídico de qualidade num tipo de processo que costuma ser negligenciado no Direito do Trabalho, que me permitiu aprender muito sobre o funcionamento da Justiça. Mas ficava também, muitas vezes, a angústia de saber da existência de várias violações que não tínhamos como provar, ou, principalmente, que não tinham respaldo legal para serem pleiteadas em juízo. Direitos garantidos há décadas para outros trabalhadores não protegiam as domésticas.

O trabalho doméstico é assim definido no art. 1º da Lei Complementar 150 de 2015:

Art. 1º: Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei.

Para além dos elementos fático-jurídicos gerais que integram todas as relações de emprego²³, destacam-se as seguintes especificidades: a finalidade não lucrativa do

²² A existência de escritórios trabalhistas nas Defensorias é relativamente novo no Brasil. Segundo me relataram os defensores no tempo do estágio, somente por volta de 2010 por iniciativa individual de alguns profissionais da instituição começaram a se consolidar, não existindo como regra nas unidades espalhadas pelo país. Processos trabalhistas geralmente são tocados residualmente por defensores dos escritórios cíveis, ou não são atendidos, sendo encaminhados para núcleos de prática jurídica das faculdades de direito. Uma das justificativas desse quadro é a existência do instituto do *jus postulandi*, previsto no. Para entrar com um processo na justiça, você precisa de alguém com capacidade postulatória que te represente, um advogado, salvo algumas exceções, entre as quais se inclui o instituto mencionado. Entrar na Justiça sem advogado, um dos traços da informalidade que marca o Direito Material e Processual do Trabalho, foi pensado como uma forma de tornar o processo mais acessível: basta que você se dirija à secretaria da vara no Tribunal Regional do Trabalho, descreva a sua demanda, ainda que oralmente, que ela será protocolada pelos servidores. Contudo, sem assistência jurídica adequada, o trabalhador já entra no litígio em desvantagem, sem orientação técnica, sem um profissional com experiência que o acompanhe e que compreenda as melhores estratégias para conduzir a lide, motivo pelo qual é um instituto em extinção, dado o caráter essencial do advogado para o funcionamento da Justiça. Os Escritórios Trabalhistas existem na Defensoria somente na primeira instância (a chamada Segunda Categoria na organização institucional interna). Caso os processos subam para instâncias superiores, são tocados pelos escritórios superiores cíveis da Primeira Categoria.

²³ O serviço deve ser prestado por pessoa física, com pessoalidade (é a infungibilidade do prestador de serviço, ou seja, não pode ser substituído por outra pessoa), onerosidade (pela contraprestação econômica material. Percebe-se salário pela prestação de um trabalho que não é voluntário) e subordinação (que remete ao cometimento do prestador de serviço ao poder diretivo do tomador. O empregado é subordinado às ordens do patrão). (DELGADO, DELGADO, 2016, p. 29-32).

trabalho, a prestação de serviço a pessoa ou família e a execução no âmbito residencial. A finalidade não lucrativa refere-se ao empregador, que, teoricamente, não obtém lucro da prestação desse serviço, porque se trata de trabalho reprodutivo, ou seja, que não produziria mais-valia. O art. 7º, “a”, da CLT fala ainda em finalidade “não econômica”. A percepção de ganhos econômicos seria apenas para o empregado, que recebe salário como contraprestação por seus serviços, definida pela onerosidade.

Como a caracterização legal é marcada pela figura do empregador (pessoa física, na residência), várias atividades se encaixam aí: você pode lavar, passar, cozinhar, cuidar de crianças, ser um técnico em enfermagem ou fisioterapeuta graduado tratando de idosos em casa, com sindicato e convenções coletivas próprias (exceções nesse universo); todas são regulamentadas pela mesma lei por serem serviço prestado a pessoa física no âmbito residencial. Ao botar o pé pra fora da casa, cozinhando num restaurante, trabalhando numa creche, fazendo faxina para uma empresa ou cuidando de doentes num hospital, a exclusão formal da proteção constitucional não mais se aplica. Não se trata de uma *natureza* reprodutiva das atividades. É mais uma marca de inferioridade sobre quem as realiza. Ter a casa e a família como centro da regulamentação são pistas da desvalorização da profissão.

Na minha primeira semana houve uma discussão curiosa no gabinete, que envolvia escravidão e trabalho doméstico. Uma das servidas, uma senhora branca já idosa natural do Piauí, prontamente disse que isso de escravidão não existia mais não. Prosseguiu então contando uma história de como ela crescera numa fazenda no interior estado e, quando de seu nascimento, recebeu *como presente* uma menina de oito anos, a quem chamavam de Maria Pretinha, dada para que cuidasse da criança por toda a vida, tarefa que cumpriu com fidelidade e amor. Junto com os demais empregados da fazenda, todos pretos e muito pobres, era muito grata por tamanha bondade dispensada a ela pela família da senhora. Um filme de terror transportado direto de um livro de Gilberto Freyre. Ouvir um negócio desse te faz querer sacar sua machadinha, ou pelo menos certificar-se de que a tem ao alcance da mão, como diz Frantz Fanon (FANON, 2005).

Apesar de absurdos, casos como esse são comuns no Brasil contemporâneo²⁴. Não é raro ouvir histórias do envio de meninas menores de idade, especialmente do

²⁴ Recentemente, meninas quilombolas do povo Kalunga foram vítimas de trabalho infantil doméstico em Cavalcante (GO). Os abusos, dizem os líderes, ocorriam há mais de 20 anos Disponível em:

interior de estados do Nordeste, para estudar na cidade grande enquanto trabalham em casas de família, para quem no fim das contas o estudo não é autorizado; ou de mulheres que vivem a vida toda no quartinho dos fundos de alguém, em meio a suas tralhas – o próprio quarto de despejo (JESUS, 2014) – em troca de um teto, roupas usadas e um prato de comida, sem limite de jornada, sem fim de semana, sem salário mínimo. O abuso sexual e o trabalho infantil compõem essa constelação de violações naturalizadas que se estendem por muitas gerações dentro do lar da classe média brasileira (OLIVEIRA apud BERNARDINO-COSTA, 2007). Estas são imagens do presente, que constituem a regra, não a exceção do trabalho doméstico no Brasil. Escravocrata é o adjetivo cabível para relações dessa natureza.

Mesmo a escravidão oficializada está temporalmente menos distante de nós do que pensamos. Minha mãe, Antônia Maria, tem 55 anos e chegou a conviver com familiares que haviam sido escravizados. Nascida em Buriti Bravo, no interior do Maranhão, foi criada por alguns anos de sua infância na década de 1960 por Mãe Constança, sua bisavó, enquanto a mãe, minha avó Sebastiana, buscava emprego em Teresina-PI dadas as condições precárias da cidade de origem, anos antes de virem para Brasília. Mãe Constança foi escrava e morreu livre, já com quase 100 anos. O ponto aqui, entretanto, não é o marco do 13 de maio de 1888, um pedaço de papel assinado por uma princesa branca benevolente; mas a continuidade e atualização da estrutura escravocrata no presente. O dia seguinte à abolição, apesar das lutas empreendidas para que se efetivasse, para muitos foi só mais um dia, sob um novo arranjo jurídico-político. Marca, contudo, características da tortuosa construção da cidadania brasileira e de seu projeto de nação (SCHWARCZ, 2015).

Dentro desse projeto, o princípio de liberdade para a população negra passa necessariamente pela sua adequação ao mundo do trabalho. Essa liberdade racializada tem duas consequências mais diretas: a primeira é que a própria cidadania para negros e negras nasce dentro da lógica de controle social, ou seja, o corpo negro para acessar seus direitos enquanto cidadão, estando sob suspeita e suscetível a todo tipo de violência (como a própria possibilidade de reescravização), deve se subsumir à disciplina do labor. A cidadania é dispositivo regulador de passagem do corpo racialmente marcado do escravo para uma presença subordinada como cidadão dentro do mundo branco do “trabalho livre”. (QUEIROZ, 2017, p. 167)

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/abusos-de-criancas-da-comunidade-kalunga-acontecem-ha-mais-de-20> (Acesso: 20/11/2017). A prática de adoção de crianças em situação de vulnerabilidade para servirem como trabalhadoras domésticas é também comum, facilitada pelo instituto da “adoção à brasileira”.

Como coloca Angela Davis na epígrafe deste capítulo, análises sobre as mulheres negras no período escravista devem ter como ponto de partida o seu papel como trabalhadoras, dada a enorme dimensão desse papel em suas vidas (DAVIS, 2016), face econômica de sua opressão (COLLINS, 2009). O trabalho é o eixo que articula a vida moderna com a exploração da mão de obra escrava em sua divisão racial (BERNARDINO-COSTA, 2007), delineando os limites da cidadania no processo de formação da identidade nacional (QUEIROZ, 2017); e é precisamente o trabalho doméstico o elemento a partir do qual se estabelece a crítica das mulheres negras a este sistema (COLLINS, 2009). É a indagação, portanto, sobre formas particulares de exploração do trabalho escravo de mulheres e suas implicações no presente, nas representações da raça, da classe e do gênero no Brasil e as posições sociais que conformam o lugar das mulheres negras ao longo de toda a Modernidade Colonial.

2.1 Direito, Colonialismo e a História Universal

Situar a escravidão negra no centro de uma análise sobre o trabalho no Brasil demarca a continuidade de suas estruturas no presente. Enquanto parte essencial do processo colonial europeu iniciado no final do século XV, marca o início da Era Moderna, que remete à construção dos Estados-nação, ao desenvolvimento do capitalismo e da industrialização e ao aumento das disparidades regionais no sistema-mundo (OYĚWÙMÍ, 2004). O conceito de colonialidade do poder (QUIJANO, 2005) ajuda a compreender essas continuidades: descreve o padrão de poder nascido a partir da modernidade colonial com a conquista da América que sobrevive às instituições propriamente coloniais, produzindo papéis sociais e identidades hierarquizadas pela negação do Outro, considerado bárbaro (BERNARDINO COSTA, 2007). Segundo Dussel (1993), o mito da Modernidade, entendida como emancipação racional da humanidade, justificava a prática irracional de submissão do outro à violência por sua suposta degeneração – o fardo civilizatório do homem branco. O colonialismo assume centralidade para compreensão do mundo moderno por ser a face oculta e constitutiva da Modernidade (HALL, 2013). Tendo no racismo sua espinha dorsal, tem implicações sobre as dinâmicas econômicas, com a divisão racial do trabalho operada pela escravidão, que orienta o desenvolvimento da empresa capitalista; de gênero, com o ideal de família nuclear burguesa heterossexual, que tem o homem branco como centro;

de autoridade, com a organização dos Estados nacionais; e de conhecimento, com o eurocentrismo que situa a Europa como centro irradiador de saber e nega a inteligência dos povos dominados (BERNARDINO COSTA, 2007).

A conexão entre trabalho doméstico e trabalho escravo não se trata, portanto, de uma associação automática e irrefletida com o passado, mas de uma "constatação histórica de que, somente no sistema-mundo moderno/capitalista/colonial, escravo e negro se tornaram sinônimos" (BERNARDINO-COSTA, 2007; p. 80). Apesar da centralidade da escravidão na formação das nações ocidentais em ascensão, existe um silêncio retumbante na filosofia política moderna, que se reflete na produção de narrativas pretensamente universais, mas que excluem povos não-brancos, como é o caso do Direito do Trabalho, evidenciando os perigos da história única (ADICHIE, 2009). O desenvolvimento progressivo da liberdade iluminista revela uma aparente contradição contida na Modernidade: como ela coexiste com o colonialismo e a escravidão, sua antítese absoluta?

A filósofa estadunidense Susan Buck-Morss fornece uma chave de leitura importante em *Hegel e Haiti* (2011), a partir da análise da dialética do senhor e do escravo na filosofia hegeliana, especialmente potente no encontro proposto aqui entre trabalho e Direito Constitucional. O uso frequente da escravidão como metáfora faz parte do paradoxo entre o discurso coerente do avanço da liberdade iluminista e a naturalidade da prática da escravidão. A intelectualidade parece preferir ignorar as evidências que contradigam suas teses, fatos desviantes que ameaçam as grandes narrativas, como erros marginais de percurso das trajetórias teleológicas retilíneas da humanidade. Esses "pequenos erros" são na verdade seus elementos centrais de sustentação, ainda que obliterados no discurso hegemônico. Mas e se os filósofos contemporâneos não ignorassem a escravidão? E se fosse ela o elemento que informa suas reflexões?

[...] Rousseau conhecia os fatos. O filósofo iluminista citou relatos de viajantes da época — Kolben, sobre os hotentotes, e Du Tertre, sobre os indígenas das Antilhas —, mas evitava aquelas páginas desses mesmos relatos que descreviam explicitamente os horrores da escravidão europeia. Rousseau referia-se aos seres humanos de todas as partes, mas omitia os africanos; falava dos groenlandeses transportados à Dinamarca que morriam de tristeza, mas não da tristeza dos africanos transportados às Índias, que resultava em suicídios, motins e fugas. Declarava a igualdade entre os homens e via a propriedade privada como a origem da desigualdade, mas jamais somava dois e dois para discutir a lucrativa escravidão francesa como

algo central para as discussões tanto sobre a igualdade como sobre a propriedade. [...] Na verdade, era impossível que Rousseau não soubesse “que há alcovas em Paris onde é possível se divertir sem peias com um macaco e com um jovem garoto negro” (BUCK-MORSS, 2011; p. 36-37).

Susan sugere que, antes de teorias abstratas, as produções dos filósofos iluministas eram comentários sobre a história do mundo, e que especialmente a obra de Hegel debruçou-se, de modos diferentes ao longo do tempo, sobre um fato político determinante de sua época: a Revolução Haitiana, a maior revolta de escravos de que se tem notícia, que elabora uma experiência constitucional que põe em prática os princípios da Revolução Francesa, mas que é apagada da história. A dialética do senhor e do escravo descreve inicialmente dois papéis: o senhor, dotado de posição política e econômica superior, é um ser independente e autodeterminado; enquanto o escravo, o Outro, é dependente, determinado pelo exterior. É uma coisa, o que justifica sua condição legal de escravo, e, portanto, sua essência é viver para outrem. Aqui, o escravo é o responsável por sua falta de liberdade, optando pela vida por mera autopreservação, em vez de lutar pela liberdade.

Com o desenvolvimento da dialética, contudo, a dominação é revertida. A consciência do senhor torna-se dependente do escravo. Lembre-se aqui que os proprietários dependem da instituição da escravidão para acumular sua riqueza, sendo assim incapazes de serem agentes de seu progresso sem aniquilar a própria existência. Os escravos chegam à autoconsciência de que não são coisas, mas sujeitos que transformam a realidade material, enfrentando a morte para romper a dominação e afirmar sua liberdade, atingindo a independência e autoconsciência que eram exclusividade do senhor. Em que pese que na velhice muda essa visão progressista, com escritos que representam a selvageria e deficiência do espírito africano e aceitam a escravidão, provável reação à censura corrente ao Haiti, colocar essa lente sobre a história, compreendendo o cânone dentro de seu contexto fático, ajuda a compreender os processos de formação do Direito.

Pedro Argolo Costa aponta caminhos para compreender a dimensão do colonialismo na construção do Direito moderno em *Entre Hidra e Leviatã: o Nomos da Terra de Carl Schmitt e o paradoxo da história universal* (COSTA, 2015). Identificando o conceito de *Nomos da Terra* na obra do jurista alemão – compreendido por Argolo como o *Nomos da Conquista* – como ponto de articulação entre uma noção universal de apropriação da terra e a origem de toda lei, utiliza-o como

metodologia de releitura dos teóricos do Estado, em especial Friedrich Hegel e Thomas Hobbes. *Nomos* é palavra de origem grega, que tinha sentido original que vinculava a lei à aquisição do solo (a fundação de uma cidade, a ocupação de uma terra, etc.). Schmitt identifica que o uso do termo foi gradualmente perdendo a acepção territorial, implicando uma visão meramente legalista do Direito. Crítico do positivismo jurídico, Schmitt tenta retomar aquele entendimento, associando a criação do Direito, no bojo da formação dos Estados modernos, à tomada concreta de território: a “descoberta do Novo Mundo”, evento que orienta uma reorganização do sistema de pensamento europeu.

Ainda que não explícito, o impacto da conquista dos territórios coloniais é determinante na formulação conceitual da Teoria Política, do Direito Público e Internacional Público europeus. Na nova consciência planetária do espaço, o mundo é dividido em linhas: as *rayas* hispano-portuguesas, as *amity lines* franco-inglesas, a linha do hemisfério ocidental. Nas *rayas*, soberanos cristãos – evidenciando o papel central da Igreja neste processo, que fornece substrato filosófico à dominação – reconhecem mutuamente sua autoridade e pactuam sobre a apropriação de terras dos não cristãos, alheios ao pacto. Para além da linha, há o direito do mais forte como regra, sem qualquer valoração moral, jurídica ou política que vigorasse em solo civilizado: a Europa.

No contexto de disputa das potências católicas e protestantes, as linhas de amizade circunscrevem limites formais à guerra *no* Velho Mundo, que nunca suprimem totalmente o conflito; ao passo que as terras dos povos incivilizados consistem em zona livre para aquisição, racionalizando e territorializando a guerra. Na alegoria do Leviatã, do duelo entre Hidra e Hércules, este é a força centralizadora do Estado, ao passo que a criatura mitológica de várias cabeças, o estado de natureza hobbesiano, símbolo de desordem e ameaça à construção do Estado, é a América e a África. Em Hegel, que formula o conceito de Tribunal do Mundo como forma de resolver os conflitos do exercício das soberanias estatais em constante disputa, a História Universal é concebida como marcha racional e necessária do Espírito universal, progresso na consciência da liberdade. Compreende-se, assim, o Estado como realização da liberdade, que guia o progresso da humanidade. A História Universal é a história dos Estados europeus e dos povos que os formam, operando uma exclusão necessária dos demais. Esses povos são não só excluídos, mas sua dominação,

exploração e extermínio são elementos constitutivos necessários na marcha do progresso humano.

É essa a importância do conceito de *Nomos da Terra*: relacionar a formulação conceitual da filosofia política aos eventos históricos da época, trazendo à tona a centralidade da colonização, permite ancorar a versão idealista da história, geralmente situada no campo espiritual, na violência concreta contra povos não-brancos que a possibilita (COSTA, 2015). É tentar compreender o que o discurso sobre o universal oculta, bem como que esses conceitos são menos abstratos do que pensamos, relacionados com pessoas e eventos reais.

A estrutura da história do Direito do Trabalho, de uma história “geral” que posteriormente tem impactos no Brasil, de uma racionalidade europeia que molda e conduz os povos incivilizados, insere-se nesta tradição. A linearidade apontada integra a marcha racional do Espírito liderada pelos Estados europeus – para usar a máxima hegeliana, “[a] história universal vai do leste para o oeste, pois a Europa é o fim da história universal, e a Ásia é o começo” (HEGEL apud COSTA, 2008; p. 93). O Direito moderno é a história da dominação europeia do globo, que exclui os povos colonizados de seu registro, da partição hispano-portuguesa da América Latina às Guerras Mundiais, que possuíram como fundamento a superioridade branca e a desumanização, exploração, humilhação e morte dos demais, como coloca a escritora estadunidense Toni Morrison:

[...] a vida moderna começa com a escravidão... Do ponto de vista das mulheres, em termos de enfrentar problemas que o mundo enfrenta agora, as mulheres negras tiveram que lidar com problemas pós-modernos no século XIX e antes. Essas coisas tiveram que ser abordadas pelo povo negro muito tempo antes: certos tipos de dissolução, a perda, a necessidade de construir certos tipos de estabilidade. Certos tipos de loucura [...]. São uma resposta a fenômenos ocidentais predatórios. Você pode chamar isso de ideologia e de economia, mas trata-se de uma patologia. A escravidão dividiu o mundo ao meio, ela dividiu em todos os sentidos. Ela dividiu a Europa. Ela fez deles alguma outra coisa, ela fez deles senhores de escravos. Ela os enlouqueceu. [...] Eles tiveram de desumanizar não só os escravos, mas a si mesmos. Eles tiveram de reconstruir tudo afim de fazer este sistema parecer verdadeiro. Isto tornou tudo possível na Segunda Guerra Mundial. Tornou necessária a Primeira Guerra Mundial. Racismo é a palavra que empregamos para abarcar tudo isto. (MORRISON apud GILROY, 2012).

Tensões entre as potências imperialistas na partilha da África (a “terra criança”, mero objeto da exploração europeia) operada na Conferência de Berlim

em 1885 (destacando-se o desfavorecimento da Alemanha, sede da “*perfeita maturidade e força do Espírito*” do mundo germânico apontada por Hegel (COSTA, 2015)) fazem eclodir anos mais tarde a Primeira Guerra Mundial, e posteriormente a Segunda, paradigma de formalização do Direito Internacional Público contemporâneo, balizador de todas as formulações sobre direitos humanos: erige-se como reação aos acontecimentos da 2ª Guerra Mundial, como tentativa de sistematização de um ramo jurídico comum entre Estados europeus, com objetivo principal de responsabilização penal da Alemanha pelo Holocausto judeu. Retomando a ideia de circunscrição da guerra das *amity lines*, contem-se e regula-se a beligerância *na* Europa, inconcebível em solo europeu, contra corpos brancos europeus, enquanto segue autorizada desenfreadamente nos territórios do lado de lá da linha, a quem se relega o massacre e o genocídio (FLAUZINA, 2015), permanente estado de exceção²⁵ (COSTA, 2015).

Morrison chama atenção para o racismo pungente desse povo que transita pelo mundo como se a eles pertencesse. Sendo o racismo a patologia que orienta a história mundial, não há limites para a conquista desenfreada. Destaca ainda os efeitos específicos sobre as mulheres colonizadas, centrais neste trabalho. Considerando a mudança epistemológica, política e econômica do Iluminismo, Denise Silva aponta para o fato de que a emergência de uma racionalidade cientificista e de um sujeito moderno autodeterminado é marcada pela lacuna moral deixada pela perda da justificação divina da regulação jurídica (SILVA, 2006). É o desejo que tem o papel de reconciliar o moral e o jurídico, fundamento cultural da Modernidade. Esse sujeito desejante auto-determinado depende da produção do Outro, sua contraparte necessária,

²⁵ “É o Nomos enquanto metodologia de leitura que traz as tradições não-hegemônicas ao centro do debate e que me permitirá apontar os problemas presentes em um autor como Giorgio Agamben que, despeito de construir uma filosofia política que pressupõe o Nomos schmittiano enquanto um de seus momentos, omite seus vínculos com a Conquista” (COSTA, 2015, p. 13). “O “contraponto do Nomos” seria também o que permitiria que um leitor de um filósofo como Giorgio Agamben, popular hoje por ter reabilitado algumas das categorias do pensamento schmittiano como as de “exceção” e de “soberania”, estranhe a referência *en passant*, quase como mera curiosidade bibliográfica, ao Nomos da Conquista em uma obra como *Homo Sacer: o Poder soberano e a vida nua*. Agamben prefere ignorar, ou tratar como mera “semelhança” construída por Schmitt, os vínculos conceituais entre o “estado de exceção” enquanto categoria e o Nomos da Conquista. Não porque o Nomos seja um conceito secundário na obra do filósofo italiano; ao contrário, ela estrutura sua própria noção de “campo”, fundamental para as obras posteriores, e o primeiro volume do *Homo sacer* como um todo. O conceito de Nomos volta a aparecer ao fim da obra, mas dessa vez reapropriado por Agamben por meio de suas leituras sobre biopolítica. Ele apresenta o Campo, esse “[...] espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se regra”, enquanto “Nomos biopolítico do moderno”, sem qualquer menção aos vínculos antes expostos” (COSTA, 2015, p. 48-49).

por meio da diferença racial que tem origem na violência colonial concreta; ou antes a Outra, sua antítese absoluta, mero objeto de seu desejo. Uma das dimensões desse ânimo de conquista da expansão colonial europeia relaciona-se diretamente com a violência sexual, ou seja, o uso do estupro como instrumento de dominação.

A divisão do mundo em dois de que fala Toni Morrison evidencia a lógica maniqueísta do mundo moderno-colonial – sempre apresentado neste binômio necessário com a sua face oculta de violência. Para além da dimensão jurídica, política e filosófica, a colonização, que segue atualizando seus efeitos no presente, produz uma hierarquização de identidades. O ideal de sujeito moderno como o homem branco proprietário cis²⁶ heterossexual, visto como racional e civilizado (imagem que pouco corresponde às atrocidades perpetradas ao longo dos últimos cinco séculos), tem como contraparte a produção do Outro: o negro, o feio, o atraso, a ausência de valores, a quintessência do mal, características que assumem status ontológico e, posteriormente, historiográfico, que implicam profundos efeitos subjetivos sobre negros e brancos. “Foi o colono que *fez e continua a fazer* o colonizado” (FANON, 2005, p. 60), forjado como outra espécie, uma raça inferior.

Às vezes, esse maniqueísmo vai até o fim da sua lógica e desumaniza o colonizado. Na verdade, ele o animaliza. E, de fato, a linguagem do colono, quando fala do colonizado, é uma linguagem zoológica. (...) O colono, quando quer descrever bem e encontrar a palavra certa, se refere constantemente ao bestiário. O europeu tropeça raramente nos termos “pitorescos”. Mas o colonizado, que percebe o projeto do colono, o processo preciso que lhe intentam, sabe imediatamente em que se pensa. Essa demografia galopante, essas massas históricas, esses rostos dos quais toda a humanidade fugiu, esses corpos obesos que não se parecem mais com nada, essa corja sem pé nem cabeça, essas crianças que parecem não pertencer a ninguém, essa preguiça exposta ao sol, esse ritmo vegetal, tudo isso faz parte do vocabulário colonial. (...) O colonizado sabe de tudo isso e dá uma risada toda vez que se percebe como animal nas palavras do outro. Pois ele sabe que não é um animal. E, precisamente ao mesmo tempo que descobre a sua humanidade, ele começa a afiar suas armas para fazê-la triunfar. (FANON, 2005; p. 60).

Reitero novamente a dimensão de gênero deste processo (SILVA, 2006). O filme *Vênus Negra* (2010), do diretor Abdellatif Kechiche, baseado em fatos reais, conta a história de Saartjie Baartman (Yahima Torres), mulher do povo khoisan, chamado pelos europeus de hotentote, proveniente da região compreendida hoje como África do

²⁶ Pessoa que se identifica com o sexo designado no nascimento. Que não é travesti ou transexual.

Sul. Na condição de escrava de Hendrick Caezar (Andre Jacobs), Saartjie é levada em 1810 para Londres e a partir de lá passa por vários lugares da Europa, onde seria exibida em espetáculos públicos e festas privadas nas quais representava uma caricatura selvagem africana, nua e enjaulada. Devido às condições degradantes e os diversos abusos psicológicos, físicos e sexuais do trabalho compulsório nos shows, Saartjie desenvolve alcoolismo e outras doenças, sendo descartada pelo dono por sua insubordinação e saúde precária. Acaba num prostíbulo, vindo a falecer muito cedo em decorrência de doença indeterminada, possivelmente varíola, sífilis ou pneumonia.

Depois de sua morte, partes de seu corpo – frequentemente comparado ao de macacos, associação que sugere um estágio evolutivo anterior da espécie humana – foram dissecadas, utilizadas em estudos anatômicos e expostos em museus de história natural da França até meados da década de 1970. Os cientistas eram particularmente interessados nas dimensões de sua caixa craniana, seus glúteos e genitália, supostas evidências de inferioridade biológica e de pertencimento a uma raça diferente. Em vida, Baartman se recusara a ser objeto de estudo, desejo que não foi respeitado, dado seu status legal de escrava. O foco nos genitais e nádegas era também explorado durante os espetáculos, destacando o caráter “exótico” de sua composição corporal. Somente no ano de 2002 seus restos mortais são devolvidos à África do Sul, depois de pedido do presidente Nelson Mandela em 1994. O filme belga, francês e tunisiano, disponível no YouTube, é importante para compreender a dimensão real do que se chama de racismo científico. A racionalidade moderna agiu tratando pessoas de outras culturas como animais a serem domados e exterminados, objetos de pesquisa que forneciam substrato para a suposta superioridade branca.

O sujeito moderno é efeito da regulação social jurídica e moral, presente na filosofia política de John Locke e Thomas Hobbes. A emergência do humano ocorre por meio das regras, no ato radical de separação da animalidade, situando a aversão à natureza no centro da regulação, que corresponde ao início da história (SILVA, 2006). O povo colonizado é identificado com corpo e natureza (como Saartjie Baartman, a primata pela lente do europeu, dissecada e exposta num museu por décadas), imagem que se opõe ao homem branco, que equivale a mente e razão (como o médico francês que julgou que isso fosse uma boa ideia, no emprego de sua racionalidade científica). Enquanto os brancos compartilham das vantagens da vida ética regida pela universalidade, princípio de regulação jurídica e econômica, os Outros "não são nem o

sujeito legal pressuposto pelo aparelho jurídico – execução da lei e administração da justiça – nem o sujeito atendido pelas políticas públicas" (SILVA, 2006; p. 69). Mulheres negras, ao longo da história do Direito, jamais corresponderam ao sujeito constitucional.

Na compartimentalização essencialmente racial operada pela lógica colonial, a administração dos espaços habitados por negros e brancos é central para a sua manutenção (FANON, 2005). Carolina Maria de Jesus ilustra bem essa dinâmica no livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, ao classificar a cidade de São Paulo na década de 1960: “O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014; p. 32), é o quarto de despejo da cidade, o local da abjeção e da urgência, amarela como a fome. É a zona além da linha dentro do território colonial, onde é autorizada a violência e a falta de tudo, que contraria qualquer critério de moral ou de justiça do mundo branco, mas que não comove quem vive do outro lado. É importante que se diga que as ruas pavimentadas, o transporte público que funciona, a segurança, o acesso aos diversos recursos nos territórios ditos desenvolvidos (as grandes cidades europeias, ou mesmo as zonas centrais elitizadas do “subdesenvolvimento”) não decorrem de qualidades inerentes a estas localidades e de seus habitantes; e tampouco é verdade o contrário (que a favela é precária pela degeneração de quem nela vive). O desenvolvimento dessas localidades *depende* da exploração de sua contraparte. Suas vias largas são pavimentadas com muito sangue negro.

A zona habitada pelos colonizados não é complementar à zona habitada pelos colonos. Essas duas zonas se opõem, mas não a serviço de uma unidade superior. Regidas por uma lógica puramente aristotélica, elas obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais. A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre os restos desconhecidos, nunca vistos, nem mesmo sonhados. (...) A cidade do colono é uma cidade empanturrada, preguiçosa, seu ventre está sempre cheio de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros.

A cidade do colonizado (...) é um lugar mal afamado, povoado de homens mal afamados. Ali, nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma

cidade prostrada. É uma cidade de pretos, de “turcos”. (FANON, 2005, p. 55-56).

A gestão do território e da população desse mundo interdito onde habita o povo negro é feita no exercício da soberania do Estado, que opera a serviço da civilização, definindo quem tem valor para viver. A produção da morte tem no soldado e no policial, interlocutores do poder colonial, a sua face mais evidente (FANON, 2005), no tapa na cara cotidiano da polícia, na humilhação do baculejo na porta da escola²⁷, no caveirão que passa atirando; mas não a única. Morre-se também pela falta de acesso à saúde, por falta de comida, pela loucura, pela cadeia, morre-se de tanto trabalhar²⁸. O poder de fazer viver e deixar morrer de que fala a biopolítica de Foucault é insuficiente para explicar o processo se não compreendido o papel determinante do racismo na operação deste genocídio continuado (MBEMBE, 2011), que atualiza suas formas no presente – não o racismo de estado tematizado em *Em Defesa da Sociedade*, (FOUCAULT, 2005), mas o racismo de fato contra pessoas negras, explicitamente vinculado à colonização.

Há uma dissonância nesses fluxos de conhecimento que explicam e conduzem nossa realidade, vindos sempre verticalmente da Europa para cá. Ninguém jamais precisou ensinar teorias racialistas para a polícia brasileira para que ela identifique sempre o corpo negro como ameaça (DUARTE, 2012), nunca como vítima (FLAUZINA, FREITAS, 2017): o que fez isso foram 400 anos de prática colonial, que informaram a produção teórica da Europa, invertendo o eixo da produção do saber. Uma história do controle, do poder e da punição que não comece no navio negreiro e no açoite do escravo na *plantation* é desonesta em relação aos objetivos e modos de operação do Direito Penal no presente

²⁷ Impactos da ocupação das comunidades do Rio de Janeiro pelas Unidades de Polícia Pacificadora são abordados pela jornalista Máira Brito em *História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: “uma dor que não cicatriza”* (2017), dissertação de mestrado que tematiza o genocídio da juventude negra pela perspectiva das mães que perdem seus filhos. O controle penal, intensificado nos últimos anos, age sobre a população negra mesmo na infância, sempre nos tratando como ameaças. Em reportagem da Revista Fórum, Anne Vigna relata a instalação de uma unidade da UPP dentro de um colégio do complexo do Alemão, em que “crianças convivem com medo e tiroteios e dizem ser orientadas a não falar à imprensa”. Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/2015/11/30/no-alemao-quem-ocupa-escola-e-a-upp/>. (Acesso em 30/11/2017).

²⁸ Este aspecto é particularmente importante na discussão sobre as Reformas Trabalhista e Previdenciária. Ao passo que se reduzem as garantias de condições mínimas de trabalho, demandando mais do corpo do trabalhador, que trabalha pior e por mais tempo, deteriorando sua saúde; dificulta-se o acesso a benefícios previdenciários como auxílios-doença e aposentadorias.

(FLAUZINA, 2006). Nessa política de produção da morte, ou Necropolítica (MBEMBE, 2011), lembramos que nossos mortos têm voz²⁹ (BRITO, 2017).

Considerando a importância da separação da natureza na formação do sujeito moderno, a terra, desde sempre tão central nas dinâmicas de poder coloniais, é mais que objeto da expropriação branca, tendo valor essencial por ser ela quem garante o pão e a dignidade (FANON, 2005). Insere-se, assim, tanto na ordem do controle jurídico e político como no âmbito econômico. Uma vez que a história da terra no Brasil é uma história do latifúndio, importa nomear as formas de organização social que a ela se opõem, evidenciando que a experiência de disputa pela terra é racializada, num imbricamento necessário da questão agrária com a questão racial (GOMES, 2015). Em suas várias formas de organização, entre ribeirinhos, pescadores, indígenas e quilombolas, este campesinato majoritariamente negro (GOMES, 2015), com grande destaque da liderança de mulheres na sua organização política, diariamente articula estratégias de resistência. A força dos povos tradicionais, cuja existência representa a negação de todos os valores moderno-colônias, em sua conexão espiritual com o sagrado e com a natureza, são algumas das principais vítimas das engrenagens capitalistas, e simultaneamente estão entre seus maiores opositores.

Especificamente o quilombo, que não se restringe ao campo e à mata fechada, visto como uma entidade do passado, presa no século XIX em cativeiros do tempo (GOMES, 2017), é mais diverso e contemporâneo do que a narrativa hegemônica permite concluir. Este discurso, contudo, tem efeitos muito concretos na conquista de direitos dessas comunidades, como no julgamento sobre o marco temporal na ADI 3239, que corre no STF. Longe de ser essa entidade folclorizada, o quilombo é compreendido por Beatriz Nascimento em quatro diferentes acepções: como campo de guerra entre brancos e negros, casa sagrada religiosa, reduto de negros fugidos ou organização política paraestatal (NASCIMENTO, 2006). O conceito de Abdias do Nascimento de quilombismo também alarga suas estreitas definições, colocando o quilombo como movimento amplo e permanente de organização de coletividades negras de resistência, sob diversos arranjos, em face do poder da supremacia branca (NASCIMENTO, 1960).

²⁹ Lema das Mães de Maio e das Mães de Manguinhos, coletivos de mães de jovens negros assassinados pela polícia no Rio de Janeiro. (BRITO, 2017).

Finalmente, a escravidão negra nas Américas, primordial na organização econômica, política, jurídica e epistêmica do mundo moderno-colonial, espinha dorsal do colonialismo, é processo fundamental para a compreensão da regulação contemporânea do trabalho. O sequestro e a exploração do trabalho forçado de africanos e seus descendentes lança as bases da formação do mercado de trabalho brasileiro (ALVES, 2017), e qualquer análise que dele se faça sem levar em conta a centralidade do fenômeno é não só irresponsável como flagrantemente racista, reproduzindo a lógica de escrita de uma história universal carregada nas costas de pessoas negras que apaga sua existência. Conforme aponta C.L.R. James em *Os Jacobinos Negros*, compreendendo a experiência colonial como pioneira na articulação da vida moderna (QUEIROZ, 2017), o escravo é entendido como o primeiro trabalhador moderno.

Quando os escravos chegaram a essas ilhas, há trezentos anos, eles entraram diretamente no sistema de produção agrícola em larga escala dos engenhos de açúcar, que já era um sistema moderno. Este rapidamente fez com que os escravos vivessem juntos numa relação social, muito mais próximos um do outro do que em qualquer proletariado da época. Quando a cana era cortada, tinha de ser transportada rapidamente para aquilo que era a produção no engenho. A roupa que o escravo vestia e a comida com a qual ele se alimentava tinham de ser importadas. Os negros, assim, desde o começo passaram a levar uma vida que era, essencialmente, uma vida moderna. (JAMES, 2007, p. 345).

Das plantações de cana de açúcar, café ou algodão ao trabalho manufatureiro e industrial, dos primeiros aos últimos anos da escravidão colonial e depois dela, com as inovações tecnológicas e ideológicas trazidas pelos séculos XIX e XX, o uso de escravos define o desenvolvimento do empreendimento capitalista (GOMES, 2015).

Importa então destacar os efeitos da escravidão no que se chama de divisão racial do trabalho: enquanto um sistema de exploração compulsória da força de trabalho negra, a escravidão articula formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e produtos, produzindo uma associação natural entre raça e trabalho (BERNARDINO COSTA, 2007). Essa associação naturalizada refere-se a uma divisão entre “trabalhos de negro” e “trabalhos de branco”, em que o trabalho negro é desvalorizado, superexplorado e frequentemente mal ou não remunerado, fundamentado numa construção histórica que o caracteriza como servil, animalesco, precário, degradante; enquanto o trabalho branco, geralmente intelectual, carrega status de dignidade superior (BERNARDINO-COSTA, 2007). Seguindo a dicotomia moderna entre corpo e mente,

o trabalho braçal é relegado às pessoas negras, enquanto brancos realizam os ofícios de pensar. Além da raça, importa também a necessária dimensão de gênero dos estereótipos raciais na definição do lugar das mulheres no mundo do trabalho, como se verá adiante sobre o trabalho doméstico.

A exploração do trabalho e a inferiorização subjetiva são dois processos que acontecem concomitantemente e que se retroalimentam: explorado porque sub-humano, sub-humano porque explorado; marcas de suposta inferioridade da população negra que atravessam toda a construção da narrativa sobre o Brasil e sua identidade nacional, que informam a perpetração de diversos abusos e o acesso precário ou inexistência de aplicação de direitos trabalhistas (ALVES, 2017).

Numa ordenação do pensamento orientada pelo concreto (COSTA, 2015), em face de uma consciência distorcida do Outro, essencialmente antiempírica, o cânone deve ser lido a partir de uma hermenêutica da desconfiança (SAID, 2007). A história oficial é contada como uma biografia por aqueles que têm o poder de narrá-la: como uma sucessão de eventos históricos, de forma coerente e linear, ela exclui acontecimentos que fujam do fio narrativo escolhido; sendo, deste modo, em seu propósito ilusório, quase ficcional (COSTA, 2015). Procurando resgatar trajetórias indisciplinadas dos povos subalternos, pode-se produzir uma contra-biografia da história nacional.

2.2 Entre a mucama e a doméstica: agência negra e a mentira freyreana

Olhar o Brasil pelos fragmentos da história das trabalhadoras domésticas tensiona o discurso oficial sobre a nação, que tem na democracia racial seu mito constitutivo. A história do trabalho, da economia e da identidade nacional se confunde com a história da família branca na colônia e das relações pessoais estabelecidas na dinâmica do engenho. Por séculos o modelo produtivo nacional deu-se majoritariamente com base nas fazendas de grandes latifundiários agroexportadores que se utilizavam do trabalho escravo. Estes são elementos reunidos na obra do pernambucano Gilberto Freyre a partir da década de 1930, momento decisivo no pós-abolição por ser quando emerge com mais intensidade o racismo científico nas Ciências Sociais, na Medicina e no Direito, movimento determinante na concepção do nosso projeto de nação, que representa o povo colonizado como moral, física e juridicamente inferior. Esta seção

pretende, assim, compreender as estratégias de realização do projeto moderno especificamente no Brasil, na versão freyreana da história nacional, que inscreve a miscigenação no centro do texto nacional como aparente celebração da diversidade racial.

Inserida no seio do lar da família branca escravocrata, qual é o papel da doméstica na formação da identidade nacional? Serão úteis aqui as noções sobre filosofia hegeliana (BUCK-MORSS, 2011), colonialismo (GILROY, 2012) e gênero (COLLINS, 2009) apresentadas na seção anterior. A partir da alegoria da casa grande e da senzala, unidade de entendimento do Brasil, fortemente baseada na história da vida íntima da família brasileira, vislumbra-se uma “história mítica” das trabalhadoras domésticas (BERNARDINO-COSTA, 2007) caracterizada pela subserviência e naturalização da violência.

2.2.1. Patriarcado e a ordenação jurídico-econômica nacional

Parece exaustivo voltar a Freyre em pleno 2017, depois de todos os esforços do movimento negro brasileiro na segunda metade do século XX para dismantelar o mito da democracia racial. Não é novidade dizer que ele era um racista que romantizava a escravidão. Mas essa crítica gasta é ainda necessária pela presença das ideias do autor na atualidade, que têm efeitos na garantia dos direitos das domésticas. Tanto a figura da mãe preta servil quanto da mulata sexualmente disponível contidas na mucama (GONZALEZ, 1988) são abundantes na literatura modernista e regionalista brasileira (RONCADOR, 2008), que conta a história dos primeiros anos da República, em que a urbanização crescente e a transição para o trabalho livre dão lugar não só a novas formas de sujeição racial, como também a um saudosismo do passado escravista rural. Em sua narrativa de uma brasilidade mestiça, Gilberto Freyre articula estratégias discursivas que exaltam o português e obliteram o negro e o indígena (SILVA, 2006). Reconhecido como o grande "pensador hispânico" no Brasil contemporâneo, representa o legado colonial da Europa Ibérica em terras tupiniquins (LOPES, 2017).

A industrialização crescente do país e sua consequente transformação social demarcam a decadência econômica das oligarquias rurais nas primeiras décadas do século XX, com a queda da produção de açúcar e algodão que caracterizou períodos anteriores. Raissa Roussenq Alves aponta para a invenção de um Nordeste mítico, que

se volta para um passado rural pré-capitalista idealizado, como reação à perda de espaço da branquitude escravocrata (ALVES, 2017). Tem destaque nesse processo a ênfase na tradição conservadora, que remete a padrões de sociabilidade patriarcais e escravistas, ao folclore e a características climáticas e biológicas que forjam esse povo que mais tarde se tornaria o grande fornecedor de mão de obra barata para o resto do país, especialmente o Sudeste. O regionalismo de Gilberto Freyre faz parte de esforços de manutenção de privilégios do latifúndio nordestino por meio da mobilização política de uma miséria estereotípica, em que o racismo tem lugar central. Seu papel foi o de promover a instituição sociológica do Nordeste, que não existia antes, mas que passa, a partir da ideia de mestiçagem, a corresponder à verdadeira nacionalidade brasileira.

Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal (FREYRE, 2006), publicado originalmente em 1933, realiza o que o título promete: estabelece uma relação entre economia e família ao longo do período colonial brasileiro na formação da nação. Ele apresenta características gerais da colonização portuguesa, que configura uma sociedade agrária, escravocrata e "híbrida", e descreve cada um dos povos que formaram a nação, alternando completo desprezo e inferiorização dos colonizados com uma celebração superficial da diversidade. Sobre o papel do indígena na formação da família brasileira, a assimilação da raça "atrasada" e "preguiçosa" – por isso inútil na economia patriarcal, substituída posteriormente pelos africanos – é descrita com espanto pelas formas de organização social, pelos hábitos de higiene, pela nudez e pelos costumes sexuais dos nativos, especialmente a ausência da monogamia e presença da homossexualidade. O genocídio indígena, em que tem grande papel a Igreja Católica, não impede que alguns desses costumes permaneçam na família brasileira, que come beiju, dorme na rede, toma banho, usa sua cultura e seu folclore; mas permanece branca. Mesmo com o exaltado processo de miscigenação, a família brasileira é sempre identificada como a família branca escravocrata, sendo os colonizados elementos exteriores que eventualmente lhe adicionam algum tempero de influência ladina ou africana.

Na suavidade, na mímica excessiva, no catolicismo no qual divertimos nossos sentidos, na música, na caminhada, na fala, nas canções de ninar para o menino, em tudo que é uma expressão sincera de vida, trazemos a marca da influência africana: do escravo ou ama que nos segurou, que nos amamentou, que nos alimentou, depois de amaciar a comida em sua boca; da velha negra que nos contou as primeiras histórias de terror; da mulata que nos tratou e que nos iniciou no amor físico e nos deu, no barulhento colchão de ar, a primeira sensação de

masculinidade; e do menino negro que foi nosso primeiro companheiro (FREYRE apud SILVA, 2006; p. 75).

Suas contribuições ao tecido nacional, recebidas principalmente por meio da ama negra escravizada que cria a criança branca, são residuais, não determinantes, posto que quem confere sentido histórico e político à nação é o português (SILVA, 2006). Os escritos tão ternos do autor sobre sua infância na fazenda contrastam com as imagens do horror colonial vivido pelo povo negro e indígena. É mais ou menos como ter como única fonte histórica sobre a ditadura militar os relatos dos torturadores. É fácil ver harmonia na escravidão quando se vivia na Casa Grande.

O português, que verdadeiramente empreende a civilização moderna nos trópicos, é dotado de adaptabilidade, miscibilidade (capacidade de se misturar) e falta de preconceito racial, marcas da especificidade moral do Brasil (SILVA, 2006). Contraditoriamente, essa pretensa falta de preconceito acompanha o genocídio indígena e negro, que, associado com a miscigenação pela conjunção carnal do branco com a negra, operam seu gradual desaparecimento (SILVA, 2006). A combinação do desejo incontrolado do português com o fácil acesso ao corpo das escravas, as mulatas que o iniciam no amor físico, descreve um clima de promiscuidade e celebração da sexualidade exacerbada na colônia que atravessa o texto freyreano (SILVA, 2006). Mas em nenhum momento se trata de um desejo mútuo. Nem paixão, nem amor, nem consentimento inscrevem a mulher colonizada como sujeito; nessa narrativa ela é mero objeto do desejo português (SILVA, 2006).

Uma perspectiva racial e predatória do sexo, como se percebe, é muito central no regime da economia patriarcal. Os dois últimos capítulos, que são na verdade metade do livro, são dedicados exclusivamente ao papel do escravo negro na vida sexual da família do brasileiro. Denise Ferreira da Silva, em *À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo* (2006), analisa o papel do erotismo na construção do sujeito moderno no Brasil a partir de Gilberto Freyre, em que a miscigenação, solução do problema das raças, é celebrada como símbolo produtivo e unificador da brasilidade. A articulação do sexual e do racial na produção do mestiço inscreve um duplo movimento histórico: ao mesmo tempo que traça a trajetória teleológica do Espírito em direção ao progresso e à brancura, traça também uma trajetória escatológica dos Outros, negros e indígenas, sujeitos da morte, condenados a desaparecer (SILVA, 2006).

A democracia racial nada mais é que a gradual assimilação do indígena e do negro pelo português por meio do estupro da mulher escravizada, cuja violência

constitutiva é dissimulada. É uma estratégia de eugenia. O preço da versão bem-sucedida do sujeito brasileiro, o mestiço, em que o espírito da nação condensa cultura europeia mas retém atributos físicos africanos e nativos, é que a negritude nunca define um sujeito autodeterminado. Esse sujeito precário, mais ou menos branco ou negro, que carrega a diferença racial intrínseca que marca a brasilidade, possibilita a descrição de um "paraíso racial" em que não existe racismo, dissimulando a violência autorizada que promoveu essa mistura pelo uso do corpo da escrava como objeto erótico na produção do mestiço, o corpo adequado para a construção da civilização tropical. Ele herda apenas traços físicos, mas nada do espírito africano da escrava, uma vez que é o português o construtor espiritual da nação. Desse modo, são dois os personagens principais do texto nacional: a mulher escravizada, pelo uso do corpo, e o homem branco europeu, pelo emprego da violência sexual (SILVA, 2006).

Freyre elege o patriarcado entre as concepções modernas de autoridade jurídica e de relações econômicas. Dessa forma, a Casa Grande erige-se no contexto colonial-escravagista como o lugar onde se desenvolve a história do Brasil. O senhor de engenho é o soberano, regente do latifúndio, da mulher, das filhas, dos empregados e escravos, e, como tal, personifica a regulação jurídica e econômica, explicitamente ordenada pela raça e pelo gênero. A tradição conservadora da nossa vida política, "que deixou o regime senhorial cedo demais" (FREYRE apud SILVA, 2006; p. 76), reúne elementos econômicos, jurídicos e morais na configuração de uma sociedade religiosa, agrária e centrada nos valores da família, regida pelo branco latifundiário. Todas as mulheres do latifúndio estão disponíveis para ele, de forma radicalmente diferente: a mulher e as filhas pelo casamento, e a escrava, por seu status legal de propriedade (SILVA, 2006). Ela não é gente. A figura da mãe branca, vista sempre como a dama, a senhora distinta, embora também submetida ao patriarcado, se opõe à da "mãe preta", que, fora da lei moral patriarcal, que distingue humanos de animais no compartilhamento da vida ética, é relegada à animalidade em seu destino de servir à família branca (RAMOS, 1995; SILVA, 2006).

Retomando a ideia da dialética do senhor e do escravo hegeliana, tanto a divisão do trabalho reprodutivo quanto a escravidão permitem que o soberano fique longe do trabalho (produtivo ou reprodutivo). Ele não executa trabalho, somente faz as regras e goza de seus frutos. Nesse sentido, importam aqui duas instituições: o casamento e a escravidão. O casamento é a aliança que fundamenta a Casa Grande

como unidade jurídico-econômica, condição de possibilidade do poder absoluto. Nem a Igreja nem o Estado podem reivindicar a sujeição do soberano, uma vez que sua autoridade é prerrogativa dada por ambos. A escravidão, que situa as pessoas escravizadas como propriedade legal, é ao mesmo tempo um modo de produção econômica, pelo uso do trabalho escravo na lavoura, e um modo de produção histórica, pelo uso do corpo da escrava na produção do sujeito nacional, o mestiço, que viabiliza o progresso pela aproximação do ideal branco (SILVA, 2006).

Nessa narrativa privada da nação, em que o homem branco e a escrava são os principais agentes da miscigenação, o escravo adulto que trabalha na lavoura quase não aparece; junto à mulher branca, também secundarizada. A sexualidade de ambos é controlada pelo sistema patriarcal. É a mulher escravizada, cujo uso é necessário na efetivação do projeto de nação, que é o verdadeiro Outro da Europa, em sua dupla sujeição, pela condição de escrava e pelas formas específicas de violência de gênero que lhe são infligidas. A tomada do corpo da negra não viola a ordem moral e jurídica. Sendo o senhor de engenho o soberano das regras, a realização de seu desejo não é uma transgressão; ela é possibilitada pela regulação (SILVA, 2006).

2.2.2. *Amefricanizando o texto nacional*

É estranho se perceber na narrativa oficial da nação. Durante a maior parte da minha vida escolar eu não sabia quem era Gilberto Freyre, mas sabia de cor o repertório da democracia racial. O branco, o negro e o índio (assim, no masculino) deram as mãos e construíram juntos o país em que a mistura das raças anula qualquer forma de preconceito. Lembro muito nitidamente dela sendo contada pela Tia Luciana na terceira série, foi até questão da prova de História. Eu tinha nove anos. Desenhei um índio seminu com uma pena na cabeça e uma folha cobrindo o genital, um escravo seminu enrolado num trapo branco, e um português, algo como um cavaleiro. O retrato da igualdade. Um dia, por ocasião de alguma data comemorativa bastante nacionalista (proclamação da república ou da independência, qualquer uma com muito verde e amarelo), em vez das várias menininhas loiras que viviam em torno dela, Tia Luciana *me* chamou pra falar lá na frente no microfone, representando a turma. Eu, muito tímida, não acostumada a qualquer destaque, fiquei surpresa. "Você tem cor de jambo! A cor do Brasil!". Eu nem sabia o que era jambo, mas sabia que era porque eu sou *morena*. Vou

acreditar nas boas intenções da Tia Lu de colocar uma de suas únicas alunas negras pra ler um texto sobre a unidade nacional e como somos todos iguais.

E você, leitora ou leitor, entre o escravocrata cordial português, o selvagem pueril indígena, o escravo negro servil, ou ainda o imigrante europeu trabalhador, com quem você se identifica nessa história? A narrativa oficial, permeada das representações distorcidas do colonialismo, como uma biografia, é quase ficcional (COSTA, 2015). Compreendendo as dinâmicas de poder implicadas na escrita da história, olhar o passado deve ser um exercício de desconfiança do registro, profundamente anti-empírico (SAID, 1996). O discurso dominante, agindo no apagamento do nosso protagonismo, naturaliza o sofrimento, a miséria e as representações negativas sobre o povo negro, justificando as violências sofridas na realização da ideologia do branqueamento (dominação pela internalização de valores brancos ocidentais), tendo o racismo como sintoma que caracteriza a neurose cultural brasileira (GONZALEZ, 1984).

Lélia Gonzalez (1984), em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, investiga as razões do sucesso do mito da democracia racial, que promove uma identificação do oprimido com o opressor. Ao revisitar as imagens da mulata, da doméstica e da mãe preta, considera a dupla atuação da raça e do gênero na inscrição desses estereótipos no texto nacional. Mobilizando uma gramática antropológica e psicanalítica, identifica que a mulata e a doméstica são atribuições do mesmo sujeito, cujo engendramento se faz a partir da figura da mucama, em sua dimensão econômica e sexual. No rito carnavalesco, a mulata aparece como o único momento possível de exaltação da mulher negra como rainha, em oposição ao cotidiano de anonimato e exploração econômica representado pela doméstica. Ela é a mucama permitida. Contudo, sendo a doméstica também alvo do assédio e da exploração sexual, ela continua sendo a mucama com todas as letras, ao mesmo tempo o burro de carga e o objeto sexual dos sinhozinhos da leitura de um certo pernambucano.

Freyre constrói a imagem da escrava doméstica como servil e vulnerável, mero instrumento da vontade do português, completamente passiva, que tem sua africanidade domesticada no processo de formação da identidade nacional. Propondo um deslocamento dessas representações, Lélia evoca a mãe preta, a iaiá, figura boa por excelência no imaginário freyreano, do cuidado e do amor abnegado ao bom senhor. Ela nega essa imagem idealizada e entreguista, traidora da raça. Se a mucama é a mulher

para a cultura brasileira, reunindo ao mesmo tempo a função sexual e o trabalho reprodutivo, a mãe preta é a mãe, que nutre, limpa, educa, exercendo a função de transmitir valores à criança brasileira, bem como a linguagem que permite que entremos na ordem da cultura, tendo lugar central na formação cultural do Brasil. A mãe branca é a outra, por não exercer a função materna. Em vez da narrativa de um corpo mestiço em direção ao embranquecimento, que carrega o espírito europeu (SILVA 2006), a cultura brasileira reuniria marcas de africanização não só no corpo, mas na língua, no imaginário sobre o mundo, na alma: é um povo amefricano (GONZALEZ, 1984).

Lélia define a categoria político-cultural de Amefricanidade em texto homônimo publicado em 1988:

Trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil que, por razões de ordem geográfica e, sobretudo, da ordem do inconsciente, não vem a ser o que geralmente se afirma: um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente europeias, brancas. Ao contrário, ele é uma Améfrica Ladina (não é por acaso que a neurose cultural brasileira tem no racismo o seu sintoma por excelência). Nesse contexto, todos os brasileiros (e não apenas os “pretos” e os “pardos” do IBGE) são ladinoamefricanos.” (GONZALEZ, 1988).

A concepção de uma Améfrica Ladina descreve e valoriza influências africanas e indígenas na nossa formação cultural, imprimindo um sentido diaspórico à identidade nacional brasileira, estratégia que indica também um vínculo com outros países do continente, que compartilham características ligadas à colonização ibérica. Dizer que todos os brasileiros são ladinoamefricanos não corresponde ao intento freyreano da celebração de miscigenação e apagamento da diferença e da violência colonial, mas seu reconhecimento, associado ao resgate da agência negra e indígena na história nacional, especialmente das mulheres.

Lélia é um ponto de inflexão na Academia brasileira, apontando a insuficiência das categorias analíticas das Ciências Sociais para explicar a formação cultural do Brasil (GONZALEZ, 1984). Pensadora da Diáspora, em trânsito na rota do Atlântico Negro, é menos conhecida que seus contemporâneos homens, ainda que articule temas tão caros à libertação do povo negro. Em sua análise sobre a realidade de exclusão das mulheres brasileiras, especialmente negras e indígenas no Brasil, na América Latina e no Caribe, que ocupam lugares diferentes na lógica patriarcal, ela desloca os lugares comuns do feminismo hegemônico (CARDOSO, 2014). Sua obra como um todo é atravessada por uma postura profundamente anticolonial (HOOKS, 2013).

Seu percurso político e intelectual indica que o fato de ser uma mulher negra, habitando a intersecção das categorias estanques da Modernidade, fornece um ponto de vista distintivo sobre a realidade, posição que Patricia Hill Collins chama de *outsider within*, ou a “forasteira dentro” das instituições dominadas pelos homens brancos (COLLINS, 2009), que permitiu que ela identificasse limites nas molduras teóricas de seu campo. A múltipla sujeição de mulheres negras a estruturas de poder, considerando sua agência e resistência a estas estruturas, viabiliza seu potencial criativo na produção de alternativas para rompê-las.

Gilberto Freyre já era um homem anacrônico em seu próprio tempo, como os dados empíricos permitem concluir (TELLES, 2012), mas suas representações do Brasil permeiam até hoje a cultura nacional, o que evidencia o papel da produção do conhecimento no desenho de uma estrutura social excludente, que afasta mulheres negras da fruição plena de cidadania. É preciso reconstituir o papel das mulheres negras na sociedade brasileira, geralmente associadas à imagem servil da mucama, que carrega ao mesmo tempo passividade, suposta promiscuidade e tendências matriarcais (DAVIS, 2016). "Ainda são poucos os estudos no Brasil que tratem da sociabilidade e do cotidiano das escravas, libertas, africanas e crioulas" (PAIXÃO, GOMES, 2012; p. 298), os quais são fundamentos para a produção de contra-biografias do povo e da nação.

Conhecidas pela força e poder espiritual, mulheres negras resistiam ao trabalho compulsório, atuavam viabilizando fugas, providenciavam mantimentos a irmãos foragidos, agiam na proteção da família e da cultura negra, sendo "os primeiros agentes da emancipação das comunidades afrodescendentes na Diáspora" (PAIXÃO, GOMES; p. 298, 2012). Juntavam dinheiro, adquiriam propriedade e compravam alforrias. Em certa ocasião, um traficante de escravos português recomendou que se separassem mulheres dos homens nos navios negreiros, pois elas os incitavam a se amotinar (PAIXÃO, GOMES, 2012). Destaca-se ainda sua importância no trabalho urbano, especialmente no comércio. Há registros do século XVII das negras de tabuleiro, possíveis precursoras da figura da quitandeira típica do século XIX (PAIXÃO, GOMES, 2012).

Por séculos, mulheres negras viram na educação uma necessária ferramenta anti-colonial, evidenciando seu papel histórico como pensadoras e educadoras nas comunidades negras (COLLINS, 2009; HOOKS, 2013). Aprender clandestinamente a

ler e escrever e ensinar aos demais era uma das transgressões empreendidas por estas mulheres: "Em Natchez, Louisiana, uma escrava comandava uma "escola noturna", dando aulas a seu povo das onze horas da noite às duas da manhã, de maneira que conseguiu "formar" centenas de pessoas" (DAVIS, 2016; p. 34). No pós-abolição, a criação de escolas e universidades negras marca as comunidades afro-americanas nos EUA (DAVIS, 2016). O papel das mulheres negras como educadoras nas comunidades segregadas no século XX é destacado por bell hooks em *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade* (2013). Como parte do empreendimento colonial, o epistemicídio opera a supressão do pensamento como forma de dominação dos grupos oprimidos (COLLINS, 2009), cotidianamente combatido na reinvenção cotidiana da Diáspora.

O mito da escrava doméstica, em todas as suas acepções (GONZALEZ, 1984), transmite a mensagem de que a escravidão foi mais branda para as mulheres, que, protegidas pelos senhores, podiam viver na casa grande, ideia que a violência física, sexual e moral a que eram submetidas contradiz. Nem nessa posição eram apáticas ou conformadas, sendo alguns de seus recursos de oposição à subordinação matar crianças e envenenar seus senhores (PAIXÃO, GOMES, 2012; p. 298). Davis aponta que, na experiência dos EUA, predominava entre as mulheres escravizadas não o trabalho na casa, mas na lavoura, como a maioria dos homens, posto que, independente do sexo ou da idade, eram submetidos ao poder exploratório da mão de obra escrava. Não existia arrego pra mulheres, pelo contrário: eram duplamente penalizadas por sua condição de escravas, a que era cumulada a violência específica de gênero (DAVIS, 2016).

Na fazenda a que me refiro, as mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enchiam de leite, enquanto as crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem, misturados, de suas mamas. (GRANDY apud DAVIS, 2016; p. 21)

Os estupros praticados pelos senhores de escravos tinham não só uma dimensão de gênero, enquanto violência especificamente direcionada às mulheres, como também explicitamente racial e econômica, como forma de coerção em sua condição de trabalhadoras (DAVIS, 2016). Nesse contexto, nem sempre eram vistas como mulheres, integrando o bestiário do vocabulário colonialista. Quando conveniente explorá-las como homens, "eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram

reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas" (DAVIS, 2016, p. 19). Não só a violência como as formas de resistência feminina à escravidão eram generificadas, como aponta Ana Flauzina:

Aqui, é importante lembrar que, no Brasil, são as mulheres negras em seu esforço de resistência contra a escravidão, que exercitaram o direito de escolha de forma mais contundente na politização do aborto. Naquela conjuntura, o aborto era a negação máxima dos estupros autorizados e encorajados, e das práticas de violação sexual brutais pintadas como miscigenação pacífica. Abortos que desafiavam a noção de uma existência animalizada como a única alternativa à disposição de todo um contingente populacional (FLAUZINA, 2014; p. 1).

Relatos como estes perturbam a memória açucarada da infância de Gilberto Freyre. Numa narrativa histórica que resume a existência de mulheres negras à condição de escravas ou empregadas de famílias brancas, transcender a representação única da mucama é potente na reescrita da história nacional, abrindo novas possibilidades para mulheres negras no presente. Nesse sentido, o resgate da narrativa do movimento de trabalhadoras domésticas, apagada das páginas vazias dos manuais de Direito do Trabalho, oferece um contraponto à história universal e, especificamente, à história da construção dos direitos sociais no Brasil.

2.3 Quem é a classe trabalhadora? Entre Vargas, Vianna e Laudelina na construção do Direito do Trabalho brasileiro

As representações hegemônicas da classe trabalhadora como homens brancos europeus são questionadas pelo papel determinante da escravidão colonial na formação do mercado de trabalho, conforme exposto no primeiro capítulo. Nesse sentido, Marcos Queiroz e Johnathan Razen (2016), em *O marxismo e a cultura política do Atlântico Negro*, apontam para um impasse entre teóricos da Diáspora Africana: ao passo que alguns, como Paul Gilroy (2012), compreendendo a violência colonial inerente ao processo de escravização, afirmam a incoerência das tentativas de libertação por via do trabalho, apostando em estratégias mais ligadas à produção cultural como reinvenção da Modernidade; outros, como Angela Davis (2016), Lélia Gonzalez (1984) e Clóvis Moura (1988), marxistas negros, situando a raça no centro do capitalismo, apropriam-se da teoria marxista para compreender a opressão do povo negro e pensar estratégias de superação da violência colonial.

Reconhecendo que várias das resistências negras na Diáspora organizaram-se em torno de demandas relacionadas ao mundo do trabalho e que pensadores e pensadoras negras disputaram os sentidos da teoria e da prática marxista, o que o artigo sugere é que, “sendo o marxismo mais um dos discursos produzidos pelos fluxos da modernidade, a contracultura negra o tensionou, o reapropriou, o contradisse e o deslocou, assim como fez com outras elaborações eminentemente modernas.” (QUEIROZ, RAZEN, 2016, p. 3). Considerada a centralidade da luta por direitos trabalhistas pelos sindicatos de trabalhadoras domésticas, articulando gênero e raça, eles também reinventaram e reinventam os sentidos da classe trabalhadora no Brasil, produzindo, em sua atuação política, influência na construção do Direito do Trabalho e na positivação de direitos sociais.

A virada do século é marcada no Brasil pelos efeitos políticos, jurídicos e econômicos da abolição da escravidão e da industrialização e urbanização crescente. Se o momento transicional para o trabalho livre em suas primeiras décadas era de profusão de discursos que desqualificavam a mão de obra negra recém liberta (TELLES, 2011), uma revisão dessas estratégias é acionada nos anos que se seguem pela escassez de mão de obra provocada pela desarticulação do projeto imigrantista, que interrompe a vinda de trabalhadores europeus com o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 (ALVES, 2017). A representação dos vadios, inaptos e degenerados é substituída pelo elogio do trabalhador brasileiro resiliente e humilde, que labora mesmo por baixa remuneração, nas posições mais precárias, sem qualquer protesto; atribuindo novo sentido à predominância negra da população – não menos racista que o anterior, somente adaptado às novas necessidades econômicas (ALVES, 2017).

A transição para o trabalho livre orienta uma reordenação espacial do país que regionaliza o mercado de trabalho (ALVES, 2017). Com a redução da predominância do modelo econômico agroexportador e a decadência das oligarquias rurais, impulsiona-se um movimento demográfico do Norte em direção ao Sul e ao Oeste: a migração de trabalhadores nordestinos, identificados com a negritude e o atraso, para os centros urbanos brancos e modernos, como São Paulo; bem como para as zonas inabitadas mais ao centro do país (ALVES, 2017). O Nordeste torna-se aí o grande fornecedor de mão de obra barata para o resto do país, consolidando a ideia de que o destino do Norte é servir ao Sul. Essa imagem racializada do trabalhador brasileiro atravessa a nova ordem constitucional que se inicia, com a qual nasce a Justiça do Trabalho: a Era Vargas,

construída com inspiração na constituição alemã de Weimar de 1919 e na Mexicana de 1917, bem como no fascismo em ascensão na Europa. O modelo político-econômico da modernização nacional entre as décadas de 1930 e 1940 é fornecido pelo jurista e sociólogo Francisco José de Oliveira Vianna (SANTOS, 2010).

A historiografia constitucional é unânime no reconhecimento do caráter autoritário e fascista da Era Vargas (SANTOS, 2010), elemento que, a meu ver, passa ao largo da maioria das discussões do Direito do Trabalho. Não se reconhece, contudo, o caráter racista, explicitamente eugenista, do pensamento de Oliveira Vianna. Como teórico do constitucionalismo do Estado Novo, Vianna articula uma defesa das elites, do corporativismo e do autoritarismo conservador (SANTOS, 2010), que informa uma construção racializada das instituições, princípios e conceitos do Direito do Trabalho no Brasil (DUARTE, 2011; ALVES, 2017). Como coloca Clóvis Moura, o autoritarismo e a defesa das oligarquias de Vianna são motivados por uma suposta inferioridade do negro, associando o progresso à aproximação do ideal ariano.

Pelas condições dentro das quais se processou a nossa formação política, estamos condenados às oligarquias: e, felizmente, as oligarquias existem. Pode parecer paradoxal; mas numa democracia como a nossa, elas tem sido nossa salvação. O nosso grande problema, como já disse alhures, não é acabar com as oligarquias: é transformá-las – fazendo-as passarem da sua atual condição de oligarquias brancas para uma nova condição de oligarquias esclarecidas. Estas oligarquias esclarecidas seriam, então, realmente a expressão da única forma de democracia possível no Brasil.

[...]

a nossa civilização é obra exclusiva do homem branco. O negro e o índio, durante o longo processo da nossa formação social, não dão, como se vê, às classes superiores e dirigentes que realizam a obra de civilização e construção, nenhum elemento de valor. Um e outro formam uma massa passiva e improgressiva, sobre que trabalha, nem sempre com êxito feliz, a ação modeladora da raça branca. (VIANNA apud MOURA, 1988; p. 23).

O exercício autoritário do poder seria o modo mais rápido de edificar a sociedade, pelo menos temporariamente, pela incapacidade da população majoritariamente negra de construir os rumos da nação (DUARTE, 2011). O suposto imobilismo social, a incapacidade organizativa e a ausência de sentimento de interesse coletivo que assolavam o povo brasileiro, estereótipos que não se verificavam na prática, gerariam a necessidade de intervenção estatal e regulação da vida social para conduzir a opinião pública (DUARTE, 2011). Esses atributos negativos seriam a resposta para o fracasso das experiências constitucionais brasileiras anteriores, como a

de 1891 (SANTOS, 2010). Modelos de Estado inspirados no parlamentarismo liberal anglo-saxão, na república francesa ou no federalismo estadunidense, que demandam a participação popular, estariam mesmo fadados ao fracasso, pois existiriam peculiaridades inerentes ao povo brasileiro que o incapacitariam a conduzir democracias como os europeus e americanos: os brasileiros não são brancos (DUARTE, 2011). Os elementos biossociológicos, que fundamentam o desenho de Oliveira Vianna das instituições políticas autoritárias, apontam para supostos defeitos do “povo-massa”, que, incapaz de pensar por si, deveria ser conduzido. As oligarquias são as elites brancas que se aproximam do ideal europeu, que seriam capazes de dar sentido à nação.

A sistematização do Direito do Trabalho no Estado Novo, que tem seu ápice na promulgação da CLT em 1943, tem essas ideias como preceitos constitutivos (ALVES, 2017). Em suas contradições, quer modernidade e industrialização, mas mantém muito das velhas práticas de valores ruralistas tradicionais e patriarcais, ligados à Igreja e à família (DUARTE, 2011). O projeto de nação do constitucionalismo autoritário da Era Vargas elabora um novo tipo de cidadania: quer um cidadão-trabalhador, ideia que reúne tanto a disciplina do trabalho necessária para viabilizar a governabilidade, quanto a mão de obra necessária para atender aos interesses da indústria crescente. Na Constituição de 1937, o trabalho não é só um direito, mas um dever, condição para acessar a cidadania, centrada no exercício de direitos sociais, não de civis ou políticos, dado o superdimensionamento do Poder Executivo. Rejeitando a teoria liberal, a ideologia trabalhista tem o Estado como garantidor de direitos, que os concede como forma de doação obrigatória e generosa. Antecipando-se às demandas da classe trabalhadora, pretensamente desmobilizada, o presidente oferecia legislação social como um presente, instituindo o Direito como dádiva (ALVES, 2017).

Assim, o Direito do Trabalho atua em dois sentidos. No primeiro, fornece limites para a exploração do capital ao estabelecer garantias mínimas aos trabalhadores. No segundo, disciplina a mão de obra para que ela se adeque e atenda aos interesses capitalistas de produção. Uma vez que as normas trabalhistas são formuladas por uma elite que detém os interesses e propriedade da brancura, não há como ignorar que há uma tensão constante para reverter as conquistas obtidas pelos trabalhadores e reforçar as relações de subordinação racial. (ALVES, 2017; p. 96).

A construção da cidadania associada ao trabalho atende aos moldes e expectativas do capital, ao mesmo tempo em que não distribui suas dádivas a todos os trabalhadores. Categorias como os rurais e as domésticas, majoritariamente negros, só

teriam precário reconhecimento depois de muito tempo, vendo ao longo dos anos a extensão à conta gotas de direitos sociais, com legislações esparsas e pouco protetivas (ALVES, 2017).

A década de 1930 é também o momento em que começa a organização das primeiras associações de trabalhadoras domésticas no Brasil (BERNARDINO-COSTA, 2007). A representação da mucama da casa grande rural (GONZALEZ, 1984) é incompatível com as mulheres migrantes no contexto urbano do novo momento político. Concomitante ao desenvolvimento de um modelo de Estado autoritário, mas que em sua projeção paternalista preconiza a garantia de direitos sociais, cresce um movimento de reivindicação de direitos trabalhistas por parte das trabalhadoras domésticas.

Há ainda muito por descobrir sobre a Era Vargas e sua influência na atual conformação do Direito do Trabalho. Contribuições sobre o caráter racista do pensamento de Oliveira Vianna que orienta a formação de suas instituições, como em Clóvis Moura (1988), Evandro Duarte (2011) e Raissa Roussenq Alves (2017), apesar de identificarem no conservadorismo autoritário do Estado Novo a permanência de valores patriarcais rurais e o elogio à mestiçagem de Gilberto Freyre, não apontam de forma explícita os elementos de gênero contidos nessa elaboração.

O autoritarismo racista de Oliveira Vianna é uma pista do aparente paradoxo entre a ascensão do Direito do Trabalho e a exclusão sistemática das domésticas. O discurso do Direito do Trabalho brasileiro, em sua dogmática e em sua prática cotidiana, ainda que não o faça de forma declarada, reflete os fundamentos racistas do autoritarismo da Era Vargas. Sua história manualesca ignora a existência e a atuação política negra, que moldaram e moldam as normas que regulam as relações de trabalho. A estrutura narrativa dos manuais, que descreve o nascimento dos direitos na Europa como efeito das lutas sociais da população, e no Brasil, como dádiva estatal, reforça uma ideia de pretenso imobilismo social e incapacidade democrática. Por fim, sua proximidade histórica com os interesses do capital, associada a uma retórica de defesa de trabalhadores hipossuficientes, permite a exploração desenfreada das categorias de trabalhadores mais vulneráveis, que concentram pessoas negras, contradição em termos dos princípios justralhistas.

2.3.1. Sindicalismo de mulher preta

O Direito do Trabalho não foi feito para as domésticas. Como uma categoria constituída majoritariamente por mulheres pobres e negras, representa a antítese absoluta da cidadania ao longo da história nacional. No centro da narrativa da formação cultural do Brasil, as trabalhadoras domésticas são, contraditoriamente, as Outras, vinculando a construção do sujeito de direito brasileiro ao seu necessário apagamento e extermínio (SILVA, 2006). Contudo, mesmo com todas as forças agindo em sentido contrário, seguem a tendência secular de resistência negra ao Estado colonial na demanda organizada por reconhecimento e por direitos (RAZEN, QUEIROZ, 2016). Se existe alguma conquista formal para a categoria, ainda que precária e insuficiente, não se trata de dádiva ou bondade estatal, mas de mérito da atuação incansável do movimento associativo de trabalhadoras domésticas, que esteve presente de forma ativa em todos os marcos de posituação jurídica trabalhista, num tensionamento recíproco da construção dos direitos sociais no Brasil. Nesse sentido, o Direito do Trabalho, também em sua dimensão constitucional, é um projeto co-construído *por* elas. Apoiada na obra de Joaze Bernardino Costa, (2007), nessa seção, trato brevemente da formação do movimento de trabalhadoras domésticas no Brasil e sua relação com a construção da Justiça do Trabalho.

A postura refratária do meio jurídico e da sociedade como um todo em relação à formalização de direitos trabalhistas das domésticas é informada por fatores de raça, gênero e classe, conforme exposto nos tópicos anteriores deste trabalho. Elementos da cultura escravocrata-patriarcal, que informam a naturalização da precária proteção constitucional garantida à categoria, estiveram presentes desde o início nos discursos que deslegitimam sua atuação política, como identificado por Joaze em sua tese (2007). Um exemplo desse panorama é uma carta anônima, recebida por Laudelina de Campos Melo, liderança política do movimento, quando da fundação da associação de trabalhadoras domésticas da cidade de Campinas em 1961, que demarca a presença indiscutível desses elementos:

“Campinas, 18 de maio de 1961.

Senhora d. Laudelina de Campos

Prezada Senhora,

Imiscuindo-me no ato altruístico, nobre e sublime de V. Exma., em ser advogada e protetora da classe doméstica a qual prima pela sua reivindicação, **jogando contra os lares** com promessas sobremodo desairosas como segue: liberdade, exigências, falta de polidez, férias, 8 horas de serviço, repouso remunerado e outros demais direitos adquiridos pelos trabalhadores estou de acordo, obviamente, com

algumas restrições, aliás dispensáveis, que, ao invés de coligir aplausos, simpatias e cooperação, da maior parte dos campineiros, que também sente os mesmos devotamentos religiosos por V. Exma., cai por terra esse seu suntuoso castelo, que pelo seu alicerce sobre a areia, nenhuma solidez fará jus a sua benemérita construtora... **Em hipótese alguma, dna. Laudelina, ficará essa classe trabalhadora uma posição de nível à do operário**, pois, primeiro o operário trabalha exposto às intempéries, aos perigos, aos intransigentes caprichos dos patrões que se fundam nos direitos sindicais, e, sobretudo, matam sua fome com o alimento ganho adquirido religiosamente com o suor de seu corpo, tão humildemente coberto por rústicas indumentárias!

Não acontece o mesmo com as senhoras domésticas, em sentido ambíguo (domésticas empregadas) que a começar: **alimentam-se ao bel prazer; são donas de casa, vestem-se hoje com mais requinte, às vezes superando às suas patroas** que com os encargos da casa como: filhos, doenças, ordenado pouco do marido, víveres caríssimos, custando o feijão Cr\$ 42,00, arroz 40,00, carne a 120,00, 150,00 e a melhor Cr\$ 200,00, sendo tudo isto consequentemente acompanhado de óleo, gordura à razão de Cr\$ 145,00 e espetacularmente o gás a Cr\$ 520,00! Demais gastos flutuantes advirão, razão que a maioria das patroas na indumentária representa em posição inferior às senhoras domésticas empregadas!

Apesar dessa comodidade que as mesmas possuem, **90% são vaidosas, desobedientes, faltosas nos horários, humilhando com palavras irreverentes à mártir patroa que, por necessidade as suportam**. Hoje, sem mesmo essa objetiva e altruística idéia sua, já elas têm até a petulância de dizer à patroa que lhe dê de uma a duas horas para irem ao cabeleireiro e ao manicure! A pobre patroa, sem pestanejar e mesmo tergiversar não ousa negar a esses imperativos! Outrossim, apesar de ser uma incumbência deveras dura, complexa depende de uma legislação de grande senso, equânime e bilateral dando a César o que é de César, com isto em suas reivindicações fiquem sujeitas aos prejuízos causados com danificações aos prejuízos e digo, aos danos a objetos, como louças e demais, etc., submetendo-se ao justo desconto nos seus salários! Conforme os seus salários diante de uma legislação plausível é prudente que na acepção da palavra lhes seja descontada também a sua estadia, cujo ato terá um princípio bilateral. A missão à qual inicia abraçá-la, dna. Laudelina, é digna dos maiores encômios, mas é tão ríspida, ingrata e antipática, como a lei 204! Para que prospere esse plano, creia-me, abrigue a essa plêiade de analfabetas que se preparem pelo menos rudimentarmente a título de corroborar aos seus esforços para a prosperidade e realização dos seus justos anseios!

Não sou contrário a essa inovação, pois é da época das evoluções, mas, os meus votos de felicidades para que com denodo e tenacidade, venha a senhora conseguir atingir o ápice desse desiderato!

A classe é constituída de elementos heterogêneos, que desconhecem infelizmente princípios de educação.

Oxalá, o seu deputado federal, ao receber a minuta do projeto de lei a que a comissão lhe enviará, faça de acordo com seus sábios colegas, justiça, pesquisando, perscrutando o âmago, dessa causa dura de roer! Convicto de que a Sra. Dna. Laudelina é uma pessoa experimentada, peço-lhe com admiração pingar os is com calma e bastante prudência!

Observador amigo

Uma escola religiosa de aprendizagem e maneiras seria o ideal porque na verdade as empregadas são mal criadas e mal agradecidas às boas patroas, em geral! Desejo felicidades a Sra., D. Laudelina” (carta anônima enviada a Laudelina no dia 18 de maio de 1961 apud BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 111-114)

A primeira organização de trabalhadoras domésticas do Brasil foi a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos, fundada em 1936 (BERNARDINO-COSTA, 2007), coincidentemente o mesmo ano de fundação do sindicato de trabalhadoras domésticas de Nova York (DAVIS, 2016), destacando o caráter transnacional da organização política negra em torno do trabalho após os processos de emancipação da escravidão no mundo atlântico. A organização nasce no olho do furacão da ascensão de Getúlio Vargas, no pretensamente branco³⁰ e industrial estado de São Paulo, por iniciativa uma mulher negra migrante, natural de Poços de Caldas-MG, chamada Laudelina de Campos Melo (1904-1991). O movimento nacional de trabalhadoras doméstica se constrói historicamente em diálogo com diversas instituições, não só diretamente ligadas ao Estado, mas principalmente o movimento sindical, o movimento negro, a Igreja Católica e o movimento feminista.

Desde o início, o movimento se organiza com o objetivo de formalização de sindicatos profissionais para obtenção de direitos trabalhistas, antes mesmo da criação da Justiça do Trabalho (BERNARDINO-COSTA, 2007). “Em 1936, [dona Laudelina] viaja para o Rio de Janeiro a fim de solicitar pessoalmente ao Presidente da República o direito de sindicalização às trabalhadoras doméstica. Não obteve sucesso, conseguiu somente falar com o Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor.” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 80).

A Associação dos Empregados Domésticos de Campinas teve, desde o seu nascedouro, relações muito próximas com sindicatos de Campinas e funcionava num espaço físico que era compartilhado por mais treze sindicatos, destacando-se o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção Imobiliária de Campinas. A Associação de Campinas recebeu forte apoio deste Sindicato, inclusive para a redação do

³⁰ Raissa Roussenq Alves (2017), conforme já exposto, narra a construção de uma imagem das regiões Norte e Nordeste como empobrecidas e negras, e do Sul e Sudeste como desenvolvidas e brancas. Friso que, apesar de ser a imagem vendida pelo governo da época, que se perpetua no tempo como parte do imaginário nacional, e que tem efeitos reais sobre a distribuição de recursos entre os Estados da federação, a promoção da imagem da brancura de lugares como São Paulo servem também ao objetivo de apagar a presença massiva de pessoas negras, inclusive para abastecer a demanda por mão de obra dos polos industriais. Nesse sentido, retomo a referência ao clássico *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014), em que conta sua história de vida na favela do Canindé na São Paulo da década de 1960, que representa uma contra-biografia dessa narrativa oficial.

estatuto. Além disso, a Associação se nutria dos debates e cursos de formação destes sindicatos. Ao que tudo indica, a sinergia entre movimento negro e sindicalismo estava presente no surgimento e atuação da Associação de Campinas (BERNARDINO-COSTA, p. 83).

Considerada a centralidade da demanda por direitos trabalhistas e seu reconhecimento como categoria profissional, aponta Joaze:

Não se trata de dizer que as interpretações racializadas e até de gênero não estavam presentes, mas de perceber que a articulação política se dava em torno da demanda de serem reconhecidas como pertencentes à classe trabalhadora e, conseqüentemente, serem equiparadas em termos de direitos aos outros trabalhadores. Esta era uma conseqüência natural do fato das trabalhadoras domésticas somente terem sido reconhecidas pela legislação trabalhista em 1972, ainda de maneira extremamente restritiva, conquistando, na ocasião, apenas o direito à carteira de trabalho, direito à férias e à previdência social. Neste sentido, a luta incidia sobre a efetivação destes poucos direitos e sobre a conquista de outros já compartilhados por outras categorias (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 85).

Outras tentativas de diálogo institucional, sistematicamente rejeitadas, ocorreram ao longo dos anos. Em 1967, por exemplo, em contato com o Ministro do Trabalho, foi solicitada novamente a regulamentação da profissão e a transformação da associação em sindicato, chamando atenção para a atuação ativa e consistente de Laudelina.

“Ela é o ‘terror das patroas’- ‘Muito prazer! Então a senhora é que é o terror das patroas campineiras, não é mesmo?’ A expressão foi do ministro do trabalho, Jarbas Passarinho, ao receber dona Laudelina de Campos Melo, líder das empregadas domésticas. Ela não se encabulou e sorriu com o ministro. Aliás, dona Laudelina não se encabula com essas coisas; já falou com outros ministros e até com presidentes da República para movimentar o seu grande plano de regulamentar a profissão de doméstica.

No dia que ouviu a frase, a presidente da Associação dos Empregados Domésticos de Campinas foi franca com o ministro: ‘este é o quarto presidente da República que está para regulamentar a profissão e pelo menos uns 8 ministros do Trabalho empenharam a palavra de levar o ante-projeto ao Executivo’” (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 115).

A resposta do Ministro nesta ocasião é que, para isso, elas deveriam se organizar nacionalmente, argumento repetido em outros momentos de demanda por reconhecimento (BERNARDINO-COSTA, 2007). O movimento de fato se expande. Uma instituição importante nesse processo foi a Igreja Católica, especialmente a JOC – Juventude Operária Católica, que, com grande capilaridade no Brasil, ajuda a nacionalizar o movimento a partir da década de 1960. Era uma organização sindical que

reunia outras categorias que já tinham garantias constitucionais asseguradas, enquanto as domésticas, por vezes já organizadas desde antes de seus pares, permaneciam na informalidade anos depois da criação da Justiça do Trabalho.

As domésticas estiveram presentes na CUT desde seu nascimento, em diálogo constante, tendo a presidente da associação do Rio de Janeiro se tornado coordenadora nacional da organização em 1983. Contudo, a Central Única de Trabalhadores não demonstrou qualquer apoio ao movimento durante a Constituinte de 1988 (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Associações como as de Santos e de Campinas, com a presença forte de Laudelina, e da Bahia, que teria mais tarde Creuza Oliveira como presidenta, tinham fortes vínculos com o movimento negro, fazendo associações das condições de trabalho com a escravidão colonial, exprimindo consciência política racial. Um exemplo de organização do movimento em diálogo com as domésticas é o Teatro Experimental do Negro, de que Laudelina fez parte, fundado por Abdias do Nascimento em 1944 (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Já nas associações vinculadas à Igreja, o discurso classista era mais frequente, como nas ligadas à JOC. Vale lembrar o papel da instituição na justificação do empreendimento colonial, bem como o fato de que concentra os valores tradicionais do mundo moderno³¹, identificados, por exemplo, no regionalismo de Gilberto Freyre, que informa a construção do modelo de Estado da Era Vargas. Entretanto, a relação do movimento com a Igreja não era acrítica, como coloca Joaze Bernardino Costa:

A interação e o intercâmbio com a igreja católica foram e têm sido seletivos. As trabalhadoras domésticas se vincularam à ala progressista da igreja católica, opondo-se explicitamente à ala conservadora da igreja que interpretava o trabalho doméstico de acordo com o mito de Santa Zita, isto é, a trabalhadora doméstica como um meio para a realização e felicidade da família empregadora. [...] Por outro lado, as trabalhadoras domésticas se nutriram e se nutrem das contribuições da ala progressista, institucionalizada na JOC, na pastoral da doméstica e, personalizada, em figuras como Dom Helder Câmara (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 88).

As associações e sindicatos de trabalhadoras domésticas tiveram relações muito incipientes com o movimento feminista brasileiro no início de sua organização, frequentemente pautadas pela desconfiança, processo que pode ser explicado pelos apontamentos colocados no tópico 1.1. Com o desenrolar do tempo, contudo, ocorre

³¹ Observar o comentário na nota de rodapé nº 38.

uma aproximação, principalmente em torno do período da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, na qual as feministas foram grandes parceiras das domésticas na defesa de suas pautas, diferentemente do movimento sindical (BERNARDINO-COSTA, 2007).

Sobre este período decisivo na história do movimento, em que viram na abertura permitida pelo momento constitucional uma oportunidade de incorporação de seus direitos à nova ordem jurídica que se iniciava, destacam-se as “diversas caravanas realizadas para Brasília, com o intuito de pressionar os parlamentares, a fim de que estes incorporassem as trabalhadoras no capítulo dos direitos sociais e garantissem o direito de sindicalização das trabalhadoras domésticas” que ocorreram nos anos que antecederam a Constituinte, bem como os congressos nacionais dos sindicatos, em que entidades de diversos estados da federação discutiram e organizaram as pautas que seriam encampadas (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 118).

Um congresso nacional que se destaca é o realizado em Olinda em 1987, que, além da mobilização para a Constituinte, incluiu o atendimento de demandas de domésticas sobre “carteira profissional irregular, dúvidas sobre os direitos trabalhistas, procura de emprego, irregularidade nos carnês etc.”, bem como de empregadores, “que pediram orientação para efetuarem contratações ou demissões”, (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 134) frisando, novamente, a centralidade das demandas por direitos trabalhistas.

A edição de fevereiro do boletim da Associação de Campinas, que se tornaria sindicato somente em 20 de novembro de 1988, evidencia a centralidade da disputa da Constituinte para o movimento, além de tematizar a atuação negativa de determinadas bancadas parlamentares que poderiam frustrar sua articulação:

“Constituinte – Constituinte sem povo não cria nada de novo! Acreditando nisso, fizemos todo esforço para que a Associação das Empregadas de Campinas estivesse representada em Brasília nos momentos mais importantes de votação da Constituinte em 1987 junto com domésticas de outros estados. Conseguimos também 47 mil assinaturas para o nosso projeto que pede o reconhecimento da categoria como profissional (...). O projeto da Comissão de sistematização nos garantia a mais, o 13º salário, o direito ao aviso prévio e salário capaz de satisfazer nossas necessidades. Agora, nestes dias antes do carnaval, o centrão ataca novamente e quer remeter nosso projeto para a Lei Ordinária que será feita depois da Assembléia Constituinte. Isto quer dizer: quando??? A deputada Benedita da Silva do PT do Rio de Janeiro e outros defendem a licença maternidade, jornada de 8 horas e pagamento de hora extra. O que você acha

disso?” (Domésticas em Luta, fevereiro de 1988 apud BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 118).

Essa atuação consistente em torno da constitucionalização dos direitos da categoria, contudo, é incompatível com o punhado de garantias que de fato foram incorporadas ao texto final da CF/88. As razões desses limites deverão ser estudadas mais detidamente no futuro. Ressalto, porém, o papel determinante dos elementos de raça, gênero e classe que informaram a reiteração de sua exclusão no paradigma do Estado Democrático de Direito.

3 MULHERES NEGRAS MOLDANDO O DIREITO CONSTITUCIONAL DO TRABALHO BRASILEIRO

Recordar é preciso
O mar vagueia onduloso sob os meus pensamentos
A memória bravia lança o leme:
Recordar é preciso.
O movimento vaivém nas águas-lembranças
dos meus marejados olhos transborda-me a vida,
salgando-me o rosto e o gosto.
Sou eternamente naufraga,
mas os fundos oceanos não me amedrontam
e nem me imobilizam.
Uma paixão profunda é a boia que me emerge.
Sei que o mistério subsiste além das águas.
(Conceição Evaristo)

O título do capítulo, que dá nome também a esta monografia, remete ao texto de bell hooks intitulado *Mulheres negras: moldando a teoria feminista* (HOOKS, 2015), publicado originalmente em 1984 como primeiro capítulo do livro *"Feminist theory: from margin to center"*. A obra remete à importância da disputa acadêmica dos conceitos a partir de sua experiência no mundo como uma mulher negra. O fazer científico depende não só da teoria, mas de uma verdadeira prática feminista e anticolonial. Já Conceição Evaristo, escritora brasileira dona da epígrafe que abre esta seção, evoca a imagem do oceano, tão central na política do Atlântico Negro, que ceifou tantos dos nossos, mas que é também local de reinvenção e resistência (GILROY, 2012). No movimento de suas ondas, traz, junto a um bocado de obstinação e coragem, um recado: é preciso recordar, ou, em outras palavras, mobilizar o direito à memória, para sobreviver ao naufrágio.

Beatriz Nascimento relata que o que mais a chocava quando chegou à Universidade era "o eterno estudo sobre o escravo, como se nós só tivéssemos existido dentro da nação como mão de obra escrava, mão de obra para a fazenda e para a mineração" (NASCIMENTO, 1989). Em face das distorções da participação dos povos colonizados nos processos de formação da nação, ela reivindica outras formas de viver no Brasil, que resistem ao poder colonial, como é o caso do quilombo. "A história do Brasil foi uma história escrita por mãos brancas. Tanto o negro quando o índio, os povos que viveram aqui juntamente com o branco, não tem sua história escrita, *ainda*" (NASCIMENTO, 1989).

A trajetória do movimento de trabalhadoras domésticas é uma dessas outras formas de viver na Diáspora que desafiam os limites impostos pelo colonialismo, que interdita o acesso da população negra à cidadania no Brasil contemporâneo. Presentes num imaginário social que as identifica exclusivamente com a imagem servil e explorada da versão freyreana da história nacional (GONZALEZ, 1984), estas mulheres, em sua luta histórica por reconhecimento e direitos sociais, constroem seu próprio lugar no mundo, num esforço de auto-definição que escancara os limites de raça, gênero e classe à efetivação do Estado Democrático de Direito. Pensando as aberturas possibilitadas pela teoria constitucional contemporânea em diálogo com a epistemologia feminista negra é que procuro fazer apontamentos iniciais sobre o campo do Direito Constitucional do Trabalho.

3.1 Feminismo Negro como metodologia de leitura da teoria constitucional contemporânea

Esta seção pretende apresentar o Feminismo Negro como metodologia de leitura dos pressupostos do Estado Democrático de Direito. Considerando a centralidade da figura da trabalhadora doméstica no texto nacional, cujo principal articulador foi o sociólogo Gilberto Freyre, a proposta visa sistematizar o que vem sendo desenvolvido ao longo do texto: uma reescrita da narrativa hegemônica do Direito a partir da perspectiva das mulheres negras. Enxergando pontos em comum entre os dois aparatos epistemológicos, proponho um diálogo, visando a aproximação entre discurso e prática da teoria constitucional contemporânea, levando a sério os limites de raça e gênero na

construção da cidadania. Serão úteis, primeiramente, os seguintes conceitos, definidos por Patricia Hill Collins:

Epistemologia constitui uma teoria abrangente do conhecimento (Harding, 1987). Investiga os parâmetros usados para acessar o conhecimento, ou por quê acreditamos no que acreditamos ser verdade. Longe de ser o estudo apolítico da verdade, a epistemologia aponta as formas como relações de poder moldam em quem se acredita e por que. Em contraste com epistemologias, **paradigmas** englobam molduras interpretativas, como a interseccionalidade, que são usadas para explicar fenômenos sociais. **Metodologia** refere-se aos amplos princípios de como conduzir pesquisa e como paradigmas interpretativos devem ser aplicados. O nível da epistemologia é importante porque determina quais questões merecem investigação, qual moldura interpretativa vai ser usada para analisar descobertas, e para que uso qualquer conhecimento resultante será disposto. (COLLINS, 2009, p. 270.)³²

O constitucionalismo é um movimento que acompanha o desenvolvimento dos Estados europeus na Modernidade-Colonial, conforme exposto no segundo capítulo. Você já conhece a história: o Iluminismo, século das luzes, pontilhado de revoluções liberais que questionam o absolutismo monárquico a partir de uma nova consciência racional do ser humano, é o motor do progresso da humanidade, feito por meio do banho de sangue nos territórios “além da linha” (COSTA, 2015). A constituição é o que lhe dá legitimidade, acoplando estruturalmente direito e política (CARVALHO-NETTO, 2004), ou seja, é um documento revestido de supremacia que estabelece formalmente direitos e deveres, tanto dos cidadãos quanto do próprio Estado, reunindo as regras do jogo político. Derrubando os privilégios do direito divino das monarquias, o constitucionalismo estabelece um discurso de igualdade e liberdade universal. Todavia, as contradições desse projeto são expostas em face da escravidão, produzindo tensões que inflamavam os grupos não abarcados pelas pretensões universalistas (CARVALHO NETTO, 1992).

Ciente de alguns de seus limites, a teoria constitucional se repensa no paradigma do Estado Democrático de Direito por meio de um giro linguístico operado na filosofia da ciência (KHUN, 1996). Não basta um discurso sobre igualdade, é preciso garantir uma cidadania real. Como reação aos acontecimentos do século XX, a proteção dos direitos humanos torna-se parte integrante da democracia, por meio da institucionalização dos direitos fundamentais, indisponíveis, que adquirem força procedimental (CARVALHO NETTO, SCOTTI, 2011). Vendo os efeitos destrutivos

³² Tradução pessoal.

das certezas modernas sobre o mundo, que justificavam a exploração capitalista desmedida, a Modernidade é entendida como um projeto inacabado, que se sabe precário, porque humano. Da filosofia da ciência vem a consciência de que a racionalidade é limitada, datada, histórica, uma construção social vinculada a determinadas práticas, vivências e interesses. “Toda produção de conhecimento requer redução de complexidade e, nessa medida, produz igualmente desconhecimento” (CARVALHO NETTO, SCOTTI, 2011). Quando se afirmam, por exemplo, os direitos dos trabalhadores rurais, antes desprotegidos, equiparando-os aos urbanos, invisibilizam-se as demandas das domésticas.

O giro linguístico hermenêutico e pragmático tem a função de trazer para o plano do discurso o que estava oculto, contido no pano de fundo tacitamente compartilhado de silêncio, expondo que não havia acordo racional, mas mero preconceito sobre aquilo que não era antes reconhecido (CARVALHO NETTO, SCOTTI, 2011). Por exemplo, os estigmas sobre as trabalhadoras domésticas baseiam-se em estereótipos que derivam de teorias pretensamente científicas, que produzem uma naturalização do seu lugar de subalternidade. Não têm nada de racionais, mas são aceitos por todos num silêncio compartilhado.

A aposta na linguagem como constitutiva do ser humano faz com que se veja a Constituição como participativa: “a teoria passa a operar agora a partir da postura de um participante interno que tem como foco central o que ela constitui, ou seja, a comunidade de pessoas que se reconhecem reciprocamente como livres e iguais na concretude de suas vivências cotidianas” (CARVALHO NETTO, SCOTTI, 2011, p. 2). A justiça deixa de ser uma abstração e passa a ser um problema a ser enfrentado cotidianamente, por meio do exercício da democracia.

O constitucionalismo contemporâneo é caracterizado também pela proteção dos chamados direitos difusos, ou de terceira geração, que se referem principalmente ao questionamento da dicotomia entre público e privado. O Estado passa a ser responsável também por violações que antes eram restritas ao domínio privado, devido à forte atuação da sociedade civil (CARVALHO NETTO, SCOTTI, 2011), sobretudo dos movimentos de mulheres, nos quais se destaca o combate à violência doméstica (GUZMAN, 2008).

Os direitos fundamentais, como conquistas discursivas, são resultado de um processo histórico complexo, e são, por isso, frágeis. Pense no momento constituinte, lá

em 1988: cada palavra escrita no texto da Constituição foi resultado da articulação dos atores políticos presentes no momento. As garantias constitucionais, como implicação do processo democrático, são feitas nos diálogos e nas disputas entre as pessoas na arena política, em que ao mesmo tempo em que se afirmam direitos, produzem-se exclusões fundamentais. É isso que dá o caráter aberto dos direitos fundamentais, que viabilizam a afirmação de cidadania. A identidade constitucional é, portanto, um processo permanente de tensão entre inclusão e exclusão que, “ao dar visibilidade à exclusão, permite a organização e a luta pela conquista de concepções cada vez mais complexas e articuladas da afirmação constitucional da igualdade e da liberdade de todos” (CARVALHO NETTO, SCOTTI, 2011, p. 14). A Constituição formal é, assim, um processo em permanente mutação.

O Estado Democrático de Direito, caracterizado pela força procedimental adquirida pelos direitos fundamentais, assegura efetividade imediata da cidadania (CARVALHO NETTO, SCOTTI; 2011); no entanto, até hoje não garante direitos trabalhistas sociais básicos à categoria das trabalhadoras domésticas, direitos sociais que são, teoricamente, indisponíveis. Afirma o caráter participativo, pluralista e aberto da Constituição, fundamental ao exercício democrático (CARVALHO NETTO, 2004); ao passo que silencia a legítima participação do movimento social. Rasura as fronteiras entre o público e o privado para a proteção de direitos difusos (CARVALHO NETTO, 2004), mas não toca o privado do lar da elite brasileira em suas práticas mais cotidianas de perpetuação de violência. Afinal, quem é o sujeito constitucional da CF/88?

Tensões entre teoria e prática, que também caracterizaram paradigmas constitucionais anteriores, permanecem. Mas a abertura permitida pela teoria constitucional contemporânea consiste na possibilidade de disputa de seus conceitos. Considerando o papel central do caráter participativo e da linguagem, baseado na vivência coletiva dos sujeitos, ela identifica a utilidade de um olhar estrangeiro para alterar o paradigma constitucional:

Esse pano-de-fundo compartilhado de silêncio, na verdade, decorre de uma gramática de práticas sociais que realizamos todos os dias sem nos apercebermos dela e que molda o nosso próprio modo de olhar, a um só tempo aguça e torna precisa a nossa visão de determinados aspectos, cegando-nos a outros, e isso é parte da nossa condição humana. Para Kuhn, nós não temos como sair de um paradigma, ou melhor, da condição paradigmática, podemos sim trocar de paradigmas, mas sempre que o advento de novas gramáticas de práticas sociais permitirem a troca de paradigma, esse vai ser um novo

filtro, como óculos que filtram o nosso olhar, que moldam a forma como vemos a chamada realidade; as normas performáticas decorrentes de nossas vivências sociais concretas condicionam tudo o que vemos e a forma como vemos. **Por isso mesmo, um olhar estrangeiro na ciência, de fora daquela comunidade científica específica, é sempre produtivo. Normalmente, as grandes descobertas vêm de alguém não habituado com o paradigma tradicional.** (CARVALHO NETTO, SCOTTI, 2011, p. 8-9)³³.

Patricia Hill Collins (2009) em *Black Feminist Thought*, a partir da experiência das mulheres negras nos EUA, sistematiza o que identifica como o pensamento feminista negro. Ele consiste numa teoria crítica social elaborada por mulheres negras (COLLINS, 2009), desde o início situadas fora do projeto moderno como objetos da exploração colonial (SILVA, 2006). Associado à produção de mulheres negras dos Estados Unidos, o Feminismo Negro é compreendido aqui como a articulação transnacional do pensamento de mulheres negras, útil para pensar a realidade brasileira, devido às experiências comuns desenvolvidas na Diáspora. Articulando antirracismo e feminismo, questiona duas faces do poder colonial, que se fundamentam em diferenças biológicas para estabelecerem-se como ideologias de dominação. Apresenta, por isso, pontos comuns com a política cultural do Atlântico Negro (GILROY, 2012) e com epistemologias feministas (HARDING, 1986), situando-se dentro e fora de ambos: evidenciam problemas de gênero na luta antirracista³⁴ e problemas de raça nos feminismos. É especialmente potente, contudo, na ruptura das instituições dominadas por homens brancos de elite, sujeitos modernos por excelência.

Apesar de falar especificamente de mulheres negras, a estrutura que apresenta é útil para pensar a exclusão de outros grupos oprimidos. Assim, a opressão é definida como "qualquer situação injusta e sistemática que perdura por muito tempo, em que um grupo nega acesso a recursos da sociedade a outro" (COLLINS, 2009). A opressão das mulheres negras é composta de três dimensões: econômica, política e ideológica. A econômica refere-se à exploração do trabalho, superdimensionado na vida das

³³ Tradução pessoal.

³⁴ Falar dos problemas de gênero na Diáspora remete não só a mulheres negras, mas a pessoas negras LGBTI - destacando o fato de que pode haver também mulheres no grupo. Como parte da política cultural do Atlântico, estabelecem cotidianamente estratégias que subvertem as instituições coloniais. A politização da sexualidade e da identidade de gênero é essencial na desestabilização das estruturas de opressão. A sexualidade sempre esteve no centro da Modernidade-Colonial, mas uma sexualidade predatória de homens brancos, que usam nossos corpos como objetos desde a conquista do Novo Mundo (SILVA, 2006). Politizar o gênero a partir de uma perspectiva racial é, portanto, fundamental para a prática anticolonial. Em *Os usos do erótico: o erótico como poder*, Audre Lorde, feminista negra lésbica, desestabilizando esse lugar de objeto do desejo alheio, apresenta uma distinção entre o pornográfico e o erótico: no campo do erótico, há agência, direcionando energia vital na realização pessoal, enquanto no pornográfico, negação direta do poder do erótico, identificado como abuso (LORDE, 2009).

integrantes do grupo. Presas à cozinha, sobra pouco espaço para produção intelectual. A política, que pode ser compreendida como institucional, diz respeito à negação do acesso a direitos e, conseqüentemente, a posições de poder. A ideológica justifica a opressão por meio do que Hill Collins chama de imagens controladoras. São estereótipos sobre mulheres negras que articulam racismo e sexismo que permeiam a estrutura social e tornam-se hegemônicas, vistas como naturais, como o da mulher negra agressiva, incapaz, pobre ou sexualizada. A exclusão dos espaços formais de produção de conhecimento faz com que imagens estereotipadas permeiem a cultura popular e as políticas públicas (COLLINS, 2009). Por exemplo, ideias sobre o papel da mulher negra na nação ligadas a Gilberto Freyre, influente intelectual brasileiro do século XX, podem ter informado como as demandas das trabalhadoras domésticas foram recebidas na Constituinte.

Se a Modernidade organiza o mundo ontologicamente em categorias homogêneas e dicotômicas (homem/mulher, branco/negro, razão/emoção, corpo/mente e por aí vai), tendo como o ideal de sujeito moderno o homem branco burguês cis heterossexual, a intersecção entre gênero, raça, classe e sexualidade feita por mulheres de cor do terceiro mundo transcende a lógica categorial moderna (LUGONES, 2014). Quando se fala da classe trabalhadora, se pensa no ideal do operário branco; quando se fala de negros, se pensa em homens negros; quando se fala de mulheres, se pensa em mulheres brancas. Ser ao mesmo tempo mulher, pobre e negro, sobrepondo categorias separáveis, marca um não-lugar das mulheres negras, que é ao mesmo tempo uma lente a partir da qual se podem deslocar as fronteiras do moderno.

A compreensão da interseccionalidade de opressões como potencial conformador de um ponto de vista distintivo sobre o mundo é uma das premissas do pensamento feminista negro (COLLINS, 2000). Cunhado pela primeira vez na década de 1990 por Kimberle Crenshaw (2012), advogada estadunidense que articulou uma tese jurídica sobre a dupla discriminação de gênero e raça sofrida por mulheres negras numa seleção de emprego, a ideia da interseccionalidade, contudo, não é nova. É expressa, por exemplo, por Angela Davis (2016) ao descrever um congresso de intelectuais negros nos EUA em 1915, numa discussão sobre o direito ao voto para mulheres negras, num contexto em que o sufrágio era estendido somente a mulheres brancas e homens negros, em que cita a ativista Mary Talbert: “Por sua posição peculiar, a mulher de cor adquiriu claros poderes de observação e julgamento –

exatamente o tipo de poder que é hoje particularmente necessário para construir o país ideal” (DAVIS, 2016, p. 152).

Esse local de múltipla exclusão é o que fornece o ponto de vista distintivo das mulheres negras, a partir do qual se formula seu pensamento, posição que Patricia Hill Collins chama de *outsider within*: por situá-las à margem destes sistemas de pensamento, permite ver suas lacunas e incoerências. Um fator em particular conformou historicamente essa posição: a experiência compartilhada de seus empregos. Além do trabalho na roça, é determinante a ocupação de um grande número de mulheres negras como trabalhadoras domésticas, que é o local da exploração econômica, e, ao mesmo tempo, o que cria condições para formas distintivas de resistência negra e feminina, que abre a possibilidade de desmistificação da ideologia racista da elite branca vista de dentro, em suas contradições e incoerências, de forma que nem homens negros nem a própria elite branca poderia.

Apesar de poderem criar laços afetivos com as crianças de quem cuidavam e mesmo com empregadores, contexto que abre espaço para diversos abusos, enquanto trabalhadoras economicamente exploradas, as mulheres negras nunca fariam parte das famílias brancas, permanecendo nessa posição marginal peculiar. Essas experiências compartilhadas, que articulam gênero, raça e classe, vivenciadas diretamente ou indiretamente por mulheres negras, são o pano de fundo material de seu ponto de vista distintivo.

Porque homens brancos de elite controlam as estruturas ocidentais de validação do conhecimento, seus interesses permeiam os temas, paradigmas e epistemologias da educação tradicional. Como resultado, as experiências de mulheres negras estadunidenses, bem como de afrodescendentes transnacionalmente, têm sido rotineiramente distorcidas ou excluídas do que conta como conhecimento.

O pensamento feminista negro dos EUA, como pensamento especializado, reflete os temas distintivos das experiências de mulheres afroamericanas. Os temas centrais de **trabalho, família, política sexual, maternidade e ativismo político** do pensamento feminista negro baseiam-se em paradigmas que enfatizam a importância da interseção de opressões moldando a matriz de dominação dos EUA. Mas expressar estes temas e paradigmas não tem sido fácil, pois **mulheres negras têm tido que lutar contra interpretações brancas e masculinas do mundo** (COLLINS, 2009, p. 269-270)³⁵.

³⁵ Tradução pessoal.

Mulheres negras na Academia, numa experiência de dupla consciência (GILROY, 2012), situadas entre o pensamento dominante de homens brancos e o pensamento das mulheres negras, ocupam também a posição de *outsiders*, estrangeiras do lado de dentro. Ainda que produzam conhecimento em sua prática cotidiana, precisam passar por processos de validação para obtenção de credenciais acadêmicas, que autorizam a enunciação de certos temas como conteúdo válido, permitindo que se transformem em políticas públicas, em práticas culturais, e, de modo geral, de produção da verdade, processo no qual a Universidade tem grande papel.

Na tentativa de formular uma teoria crítica social a partir de si, concebendo mulheres negras como agentes de conhecimento, a epistemologia feminista negra reúne seus próprios critérios de validação. Identifica primeiramente a experiência vivida como critério de significado, a sabedoria adquirida na vida habitando a interseção de opressões, que transcende o saber objetivo dos livros. "Como membros de um grupo subordinado, mulheres negras não podem se dar ao luxo de serem tolas de nenhuma forma, pois nossa objetificação como o Outro nos nega a proteção que a pele branca, a masculinidade ou a riqueza conferem" (COLLINS, 2009). Mais que ser inteligente, ser esperta, agilizada, pra sobreviver. Ter vivido a experiência sobre a qual se fala dá mais credibilidade à produção.

Ressaltando o papel da experiência de vida como parte do pensamento do Atlântico Negro, tem como fontes suas vivências cotidianas, a sabedoria transmitida oralmente, a música, a poesia. O saber é formulado nos locais de reinvenção e resistência negra, do baile *black* à escola de samba, da igreja³⁶ ao terreiro.

³⁶ A instituição da Igreja, tanto católica quanto protestante, teve grande papel no processo de colonização, fornecendo justificativa para a empreitada europeia de genocídio global. Situar o negro e o indígena como pagãos sem alma fornece o substrato filosófico para a sua escravização. Porque não são humanos, poderiam ser explorados como animais. A ideologia cristã funciona também como ferramenta de adestramento do povo colonizado, de identificação com seu opressor, como bem coloca Frantz Fanon em *Os Condenados da Terra* (FANON, 2005, p. 57): "O recuo da febre amarela e o avanço da evangelização fazem parte do mesmo balanço. Mas os comunicados triunfantes das missões informam, na realidade, a importância dos fermentos de alienação introduzido no seio do povo colonizado. Falo da religião cristã, e ninguém tem o direito de chocar-se. Uma igreja nas colônias é uma Igreja de brancos, uma Igreja de estranhos. Ela não chama o homem colonizado para o caminho de Deus, mas para o caminho do branco, o caminho do senhor, o caminho do opressor. E como sabemos, nessa história há muitos chamados e poucos escolhidos." Os perversos efeitos políticos e subjetivos da Igreja sobre o povo negro são também descritos pela romancista Chimamanda Adichie em *Hibisco Roxo* (2014), em que conta a história de uma família nigeriana católica abastada afastada de sua origem tribal, que orienta sua vida por rígidos princípios cristãos, concentrados na figura de um pai violento que protagoniza cenas intensas de violência doméstica, física e psicológica. Mas é fato também que as igrejas são o centro da organização comunitária de diversas comunidades negras, e como tal, são muitas vezes também o centro de organização da luta antirracista, que ressignifica os princípios da instituição. Dr. Martin Luther King,

Há a predominância do uso do diálogo no acesso a demandas de conhecimento, que implica a importância da coletividade na produção do saber, que só se dá nas trocas entre sujeitos, empoderados mutuamente; não na individualidade eurocêntrica. A ênfase no diálogo, verbal e não verbal, vem da tradição oral africana, que, para além de subverter a forma e o conteúdo da linguagem, subverte o próprio código: há formas negras próprias do uso da língua que marcam sua africanização, como o inglês negro (WILLIS, 2015)³⁷, o creole e o pretuguês (GONZALEZ, 1988). A oralidade negra é diferente da estrutura de diálogo proposta pela teoria constitucional. O objetivo do debate na tradição eurocêntrica é ganhar, como numa disputa. Aqui, importa a escuta ativa num jogo de perguntas e respostas, como num repente nordestino ou uma roda de samba.

A ética do cuidado é sobre falar com o coração, para a produção de um saber conectado. Dá centralidade à expressão individual, ao uso da emoção e à empatia. Empatia é o crescente entendimento do ponto de vista do outro, que exige respeito, escuta e afeto. O uso da emoção é adequado porque indica que a pessoa acredita na validade do argumento. Em face de um ambiente acadêmico que pede saberes descorporificados, puramente racionais, rompe-se a ideia de que razão e emoção são faculdades distintas: são formas de um indivíduo inteiro, não fraturado pela modernidade, expressar-se no mundo. Um exemplo é a potente crítica social aos linchamentos no Sul dos EUA que Billie Holiday articula na música *Strange Fruit*, impossível sem que expressasse seus sentimentos, imprimindo a importância de eventos da sua vida em seu trabalho (COLLINS, 2009).

uma das figuras mais importantes do movimento por direitos civis nos EUA, era pastor. Nate Parker também organiza sua revolta de escravos a partir do exercício da função de pastor. No Brasil, a igreja foi em muitos momentos o local de organização política do povo negro e da classe trabalhadora. Joaze Bernardino Costa aponta o papel da Juventude Operária Católica no início da organização do movimento de trabalhadoras domésticas da Bahia (confirmar). Enfim, o ponto é que a igreja é sim uma instituição conservadora e colonial em essência, que além de racista, é também machista e LGBTfóbica e é, por isso, responsável em vários níveis pelas violências infligidas a estas populações. Mas, como todas as instituições coloniais, é reapropriada pelos sujeitos dominados, que constroem novos sentidos para a estrutura de violência.

³⁷ A referência se trata de uma poesia de *slam* na National Poetry Slam 2012, realizada em Oakland, Califórnia, nos EUA. As poesias *slam*, uma forma de poesia marginal, tem origem nos EUA, mantém com conexões com a cultura hip hop, e vem se popularizando pelo mundo, inclusive no Brasil. Organizam-se competições de poesia, individuais ou em grupo, e as notas são dadas por participantes voluntários da plateia, frequentemente em lugares públicos. No poema intitulado “Ebonics 101”, Steven Willis dá uma aula sobre sua experiência enquanto parte do povo negro na subversão dos idiomas coloniais, parte determinante da política cultural do Atlântico, como coloca Paul Gilroy (2012.). O link encontra-se nas referências ao final do texto, mas achei importante destaca-lo aqui. Assista! Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CB8pBiUavtg> (Último acesso em 30/11/2017).

Por fim, a ética de *accountability* pessoal, que postula que toda ideia tem um dono, e a identidade do dono importa. O conhecimento de um indivíduo passa simultaneamente pela avaliação de seu caráter, valores e ética, de uma coerência entre o que se diz e o que se faz na vida cotidiana, permeando a fronteira dualista entre o público e o privado. Deve-se inserir o autor em seu contexto, porque elementos da vida pessoal informam a formulação de suas ideias.

Minha análise sobre o trabalho doméstico é informada por dados da minha biografia: minha trajetória familiar, meu percurso acadêmico, minha conduta cotidiana. Importa o fato de ser negra, filha de pai branco e mãe negra, respectivamente do Ceará e do Maranhão; e de muitas mulheres da minha família compartilharem o exercício do trabalho doméstico, bem como o aprendizado no contato com essa história oral. Importa ainda o fato de ser uma mulher de classe média, que estudou em escolas particulares, que jamais precisou recorrer ao serviço doméstico como profissão, e de que cresci com babá ou empregada trabalhando na minha casa na Asa Sul, em Brasília. O modo como ajo na esfera privada, o funcionamento do meu ambiente doméstico, é também elemento que integra o meu ponto de vista sobre o tema. Meu tempo histórico e o contexto político do meu país. A partir do meu lugar do mundo, das minhas experiências e da minha história, de uma racionalidade mobilizada pelo afeto, é que interpele as concepções do Direito Constitucional do Trabalho sobre o trabalho doméstico.

3.2 Direito Constitucional do Trabalho: contradições da História Universal no Estado Democrático de Direito

Há poucas produções brasileiras que tratem especificamente de Direito Constitucional do Trabalho. Talvez uma das únicas referências seja o livro *Direito fundamental ao trabalho digno* (2015), de Gabriela Neves Delgado, professora de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da UnB. Trata-se de uma proposta que vê a regulamentação jurídica de atividades laborais como forma de promoção da cidadania, assegurando espaço de construção da identidade social do homem no Estado Democrático de Direito. A garantia de um patamar mínimo de direitos trabalhistas, calcada na expressão “patamar civilizatório”, é condição que viabiliza o valor da dignidade do trabalhador, estabelecendo-se como diretriz de legitimação da

universalidade do Direito do Trabalho. A partir dessas premissas, elabora o conceito de direito fundamental ao trabalho digno.

O direito fundamental ao trabalho digno situa o trabalho como um direito fundamental. A obra estabelece que todo trabalho digno deve ser protegido, e que, por ser um direito fundamental, deve conter a dignidade da pessoa humana. Apenas o trabalho exercido em condições dignas seria instrumento capaz de consolidar a identidade social e promover sua emancipação. O trabalho, entendido como eixo nuclear do homem, é o elemento que viabiliza sua realização pessoal e coletiva, valorizando sua condição humana. O trabalho realiza sua identificação como ser o que justifica o uso da expressão humano *homo faber* (um paralelo com *homo sapiens*). O direito ao trabalho digno precede outros direitos fundamentais, como os civis e políticos, por ser o que dá condições materiais para o exercício da cidadania.

O conceito reúne o princípio da dignidade da pessoa humana, a justiça social e o valor social do trabalho. A dignidade veda qualquer tipo de degradação e condição infra-humanas de vida. A justiça social remete a uma ordem econômica que assegure a existência digna, destacando o papel de normas jurídicas e políticas públicas. O valor social do trabalho indica que o conteúdo do princípio é fixado em torno das relações de trabalho. A Constituição Federal de 1988 garante novos direitos fundamentais, entre os quais figuram os direitos sociais, que passam a ter um capítulo próprio no texto constitucional. Assegura igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais e amplia direitos das domésticas, adicionando ainda elementos referentes à previdência social. Em relação ao direito coletivo, há incentivo à organização sindical, à negociação coletiva e ao direito de greve. A abertura democrática permite a revisitação do princípio da proteção pelo discurso constitucional trabalhista, dando possibilidade à efetivação do direito fundamental ao trabalho digno.

Gabriela parte exatamente da mesma estrutura evolutiva da História Universal apresentada no primeiro capítulo, que, com foco na Europa, silencia disputas da população negra por melhores condições de trabalho (SILVA, 2015). A defesa da dignidade do trabalho, tendo como referência ideal de proteção jurídica o Estado Social, com a referência discreta ao seu caráter autoritário, é feita em oposição à flexibilização das relações de emprego iniciada na década de 1970 com a ascensão do

neoliberalismo³⁸, cujo maior exemplo é a terceirização. Em sua vocação dogmática, mesmo se tratando de uma obra que procura buscar lastro no Direito Constitucional, há uma leitura superficial de filósofos como Locke, Rousseau e Hegel, remetendo inclusive à dialética do senhor e do escravo, mas no tom idealista que a consciência da violência colonial repudia (COSTA, 2015).

Considerando a lógica finalística originária do Direito do Trabalho, pautada na melhoria das condições laborais, alarga-se a proteção jurídica dos trabalhadores com base numa visão “humanitária”. Percebe-se aí a noção dos direitos sociais como doação graciosa identificada na Era Vargas, como favores do Estado, baseada na ideologia racista de Oliveira Vianna que vê a população como incapaz (ALVES, 2017). A cidadania é condicionada ao trabalho, outro elemento do período autoritário (ALVES, 2017).

Somente os trabalhos já considerados dignos devem ser objeto de regulamentação, sendo os demais considerados exceções, fora do escopo de proteção jurídica, reproduzindo o padrão identificado por Susan Buck-Morss (2011): prefere-se ignorar evidências que contradigam as grandes narrativas como erros marginais. Ao mesmo tempo em que se afirma a necessidade de dar concretude aos direitos fundamentais, admite-se que há atividades que não serão objeto de regulamentação,

³⁸ Mesmo no neoliberalismo estadunidense dos anos 1970, é evidente o caráter racializado das políticas implementadas na redução da intervenção estatal e precarização de direitos sociais. Entre o fim da década de 1960 e início da d 1970, o Bronx estava literalmente em chamas, pelos diversos incêndios provocados em virtude da crise, também imobiliária. As regiões habitadas por negros e latinos foram completamente abandonadas no que diz respeito à promoção de garantias básicas de sobrevivência, retraindo o oferecimento de serviços públicos de saúde, educação, limpeza urbana, entre outros. É também o período de ascensão da política de guerra às drogas, iniciada no governo Reagan, intensificada pelo governo Clinton, modelo espalhado posteriormente pelo continente americano, como no Brasil. Note-se que o Estado não deixa de destinar recursos para as comunidades mais vulneráveis, mas há uma escolha política de provocar o empobrecimento, ao mesmo tempo em que se intensifica a repressão policial e o encarceramento em massa, por meio da introdução de drogas nessas zonas. Teóricos como Angela Davis (2009) e Loïc Wacquant (2006) trazem importantes contribuições sobre as relações entre o encarceramento em massa e a escravidão, como uma forma contemporânea de controle da população negra, inclusive para o uso de sua mão de obra de pessoas presas, uma forte característica da gestão privatizada de unidades prisionais, onde o trabalho é muitas vezes compulsório, não revestido de qualquer garantia constitucional. Para além dos textos de Davis e Wacquant, ajudam a compreender esse contexto o documentário *13th Amendment* (2016), a série *The Get Down* (2016), ambos disponíveis na plataforma Netflix, bem como o livro *Can't stop won't stop: a history of the Hip Hop generation* (CHANG, 2006). Os dois últimos tratam da formação da cultura Hip Hop nos EUA como reação a este contexto de violência do Estado contra a população negra. Relembrando as proposições de Paul Gilroy sobre ter a produção cultural como forma de resistência à modernidade-colonial no Atlântico Negro (2012), o Hip Hop, em sua acepção não meramente musical, mas como movimento cultural, é uma estratégia diaspórica de reinvenção da identidade e de resistência à supremacia branca. A violência policial e condições precárias de vida nas comunidades negras são tema frequente no Rap e no Hip Hop, por exemplo nas músicas e vídeos de *Alright*, do álbum *To Pimp a Butterfly*, de Kendrick Lamar, estadunidense de Compton (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z-48u_uWMHY Acesso em 06/12/2017).

porque não são dignas. Numa lógica que estabelece o trabalho como condição de humanidade, quem não exerce trabalho digno parece não ser humano. Não é o sujeito de direito da Constituição, tutelado pelo Direito do Trabalho.

Assim como a teoria iluminista convivia com o fato constitutivo da escravidão colonial (BUCK-MORSS, 2011), o Estado Democrático de Direito, de proteção de garantias constitucionais universais, coexiste pacificamente com o trabalho doméstico em condições que contrariam todos os seus patamares mínimos de garantias constitucionais. Mesmo coisas básicas, como o direito ao salário mínimo, somente foram asseguradas a partir da Emenda Constitucional 72 em 2013, descritas como favores do Estado sem qualquer relação com a atuação do movimento. Até um trabalhador do século XIX da França ou da Inglaterra tinha limite de jornada, enquanto trabalhadoras domésticas podiam ser solicitadas por seus empregadores a qualquer hora do dia ou da noite, sem incorrer em ilegalidade, até a Lei Complementar 150 de 2015.

Nos tribunais brasileiros, em todas as instâncias, não existe jurisprudência que relacione a prática do trabalho escravo contemporâneo com o trabalho doméstico, muito embora sejam frequentes os casos de pessoas em condições compatíveis com a definição do crime no Código Penal:

Art. 149: Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Qualquer dos elementos pode ser encontrado facilmente em relações de trabalho doméstico pelo Brasil. Chamo atenção para o segundo inciso do § 2º, que prevê aumento de pena se o crime for motivado por preconceito de raça, cor, etnia e origem. O ordenamento jurídico brasileiro só reconhece atos discriminatórios individualizados (MOREIRA, 2017), não compreendendo que a estrutura social racista coloca pessoas

negras em condições de subalternidade, sendo as principais vítimas deste tipo de crime (ALVES, 2017). Mesmo sendo conduta tipificada como crime, manter trabalhadoras nessas condições não causa nem espanto nem processos (LOPES, 2015). Raissa Roussenq Alves, ao analisar autos da CPI do trabalho escravo de 2013, identifica que a discussão sobre trabalho doméstico foi invisibilizada na CPI, sendo acionada somente para ridicularizar a tipificação vigente, como na seguinte fala do Deputado Giovanni Queiroz, do PDT do Pará:

O senhor diz que a legislação já é suficiente. Não é suficiente. O que nós queremos é que, votando a PEC, ela seja vinculada a uma lei específica, uma lei que diga exatamente o que é trabalho escravo, ou análogo a escravo. Eu moro num apartamento alugado aqui em Brasília que custa 2 milhões de reais e pago 4 mil e 200 reais por mês. Se o senhor for lá ver o quarto da **empregada doméstica**, que hoje não dorme mais, pelo menos em Brasília... Pelo interior todas as empregadas domésticas dormem na casa, levantam às 6 da manhã e é a última a dormir. Depois que lavam o último prato é que vão dormir, 8, 10 horas da noite. **Isso é trabalho degradante ou é trabalho forçado ou é excessivo? Isso é trabalho escravo?** (ALVES, 2017, p. 119)

Sim, Deputado.

A universalidade do patamar civilizatório mínimo dos direitos sociais não alcança as domésticas por limites evidentes de raça e gênero, que a infelicidade da escolha terminológica já indica: o que se entende por civilização foi e é, em seu sentido colonizador, uma construção feita pela negação da humanidade de mulheres negras. Seu patamar civilizatório sempre foi o estupro e a fome.

A naturalização dessas práticas remete a uma cultura escravocrata que representa trabalhadoras domésticas como menos humanas, em seu destino de servir a famílias brancas recebendo direitos precários como esmolas. Essa narrativa desrespeita a trajetória de luta quase secular das trabalhadoras domésticas brasileiras, formalizando seu status de sub-cidadania. Enquanto não se equiparam os direitos sociais da categoria aos dos trabalhadores urbanos e rurais, o Direito do Trabalho dá margem para que violações dessa natureza permaneçam ocorrendo sem qualquer intervenção. Considerando todos esses elementos, é possível afirmar a inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal.

A tese de norma constitucional inconstitucional não é admitida pelo ordenamento jurídico brasileiro, porque a hierarquia entre normas constitucionais originárias é incompatível com o sistema de Constituição rígida, segundo entendimento

do Supremo Tribunal Federal na ADI 815/DF, julgada em 1996. Ao mesmo tempo, admite-se que mulheres e crianças vivam como escravas modernas nas casas de famílias de classe média irrepreensíveis, fato incompatível com o discurso de proteção universal de direitos fundamentais. O problema é a norma equivocada, não da situação da vida fática que expõe sua incoerência, sistematicamente ignorada.

Longe das definições dos manuais, o trabalho no Brasil é mais *Quarto de Despejo* (JESUS, 2014) que *Germinal* (ZOLA, 2000): pobre, preto e altamente informal, desde sempre com alta participação de mulheres, de que é exemplo, além do trabalho doméstico, a catação de materiais recicláveis, o comércio de rua, a prostituição e o tráfico de drogas.

As mulheres do presídio são muito parecidas – pobres, pretas ou pardas, pouco escolarizadas, dependentes de drogas, **cujo crime é uma experiência de economia familiar**. Não são apenas mulheres presas quem conheci, mas famílias de pessoas presas. O principal crime é a categoria ambígua de “tráfico de drogas”. [...] Elas eram mulheres comuns, donas de casa, ambulantes ou empregadas domésticas, que um dia resolveram levar drogas no corpo para os maridos ou companheiros no presídio masculino²³. Ou que acharam possível esconder um pacote de cocaína embaixo da cama, ou vender pamonha com maconha. (DINIZ, 2015; p. 211).

Ainda quando não regulados pelo ordenamento justicialista, porque informais ou mesmo ilegais, evidenciando a marginalização imposta à população negra, estas atividades laborais seguem sendo objeto de controle do Estado por meio do Direito Penal ou Administrativo em sua gestão das ilegalidades (PORTELLA, 2016); muito embora não deixem de ser trabalho, atividades econômicas por meio das quais as pessoas ganham a vida. A lógica que coloca o vendedor ambulante como objeto do controle do Direito Penal é a mesma que permite a ocorrência de trabalho escravo doméstico, evidenciando a conexão histórica entre o controle penal e o trabalho na construção da cidadania no Brasil (QUEIROZ), que nos coloca como autores de crimes e contravenções, mas nunca como vítimas (FLAUZINA, FREITAS, 2017).

A ausência do olhar normativo do Direito do Trabalho sobre diversas formas de trabalho precário é atravessada pelo racismo, como legado da escravidão cotidianamente atualizado no mundo do trabalho. Esta é a prova de que um discurso sobre direitos fundamentais é inócuo se for só discurso, esvaziado de sentido histórico, com um cotidiano que reitera velhas práticas autoritárias. Buscando uma verdadeira efetividade de direitos fundamentais, orientada pela postura combativa das

trabalhadoras domésticas em busca de cidadania, procurando coerência entre a teoria e a prática do Estado Democrático de Direito, devemos reivindicar seu caráter aberto para disputar seu conteúdo.

3.3 Por uma historiografia constitucional amefricana: a participação das trabalhadoras domésticas na Assembleia Nacional Constituinte de 1988

Analisar mais de perto a agência dos diversos atores sociais que se engajaram na construção da Constituição Federal de 1988 pode abrir caminhos para compreender a exclusão jurídica da categoria doméstica, formalizada no art. 7º, que cristaliza sua histórica negação como cidadãs e como pessoas. Cristiano Paixão propõe a disputa pela memória do momento fundador da Constituição vigente, não assumindo o passado como um dado, mas permitindo que o vejamos como efetiva transformação do presente. Alteram-se as relações entre presente, passado e futuro ao encarar o conceito de constituição sob uma perspectiva temporal, considerando a coexistência de muitos tempos no momento constitucional, dada a multiplicidade de atores envolvidos (PAIXÃO, 2013).

Identificar elementos da escravidão colonial no presente do Estado Democrático de Direito, embora na narrativa oficial esteja contida no passado, remete ao conceito Diáspora Africana como a experiência transnacional compartilhada de pessoas negras, com origem na violência colonial, que identifica a subalternidade atual como sua continuação dissimulada (GILROY, 2012). Tem, por isso, potencial de transcender os limites do Estado Nação por meio de suas múltiplas estratégias de resistência (GILROY, 2012). Levar a questão racial a sério opõe-se frontalmente à narrativa do racismo como uma questão superada na trajetória evolutiva da história universal, rompendo “cativeiros do tempo” imaginários, para usar a expressão cunhada por Rodrigo Gomes Portela sobre o discurso jurídico acerca dos quilombos (PORTELA, 2017).

Contudo, as referências mais suscitadas da Diáspora costumam ser masculinas, obliterando as experiências de mulheres e de sexualidades e performances de gênero dissidentes nas comunidades negras, o que indica que os estudos sobre raça vêm muito lenta e marginalmente incorporando perspectivas de gênero (PEREIRA, 2016).

Chamando atenção para o caráter central da interseccionalidade na epistemologia feminista negra (COLLINS, 2009), evoco Lélia Gonzalez e a América Ladina (1988) para empreender uma historiografia constitucional ameفرicana como forma de reafirmar, nesse olhar sobre o passado, a necessidade de uma perspectiva transdisciplinar, que compreenda as conexões entre os diversos povos colonizados e que articule raça e gênero de forma central.

O uso da categoria político-cultural da ameفرicanidade tem sido feito no Direito Constitucional pela Prof.^a Thula Pires, da PUC-Rio, em trabalhos como *Por uma concepção ameفرicana dos direitos humanos*, em que propõe “uma abordagem que seja ao mesmo tempo afrocentrada e baseada na experiência brasileira, de forma a renovar a aposta na potência de sua dimensão intercultural e na permanente disputa política por seu significado.”(PIRES, 2016, p. 1). Considerar estes fatores é fundamental na compreensão das formas de permanência do padrão de poder colonial no presente (QUIJANO, 2005), observando, contudo, que

Ligar passado e presente em uma radical linha direta, tão somente cronológica ou evolutiva, é sempre perigoso. Perdemos não só as nuances e possibilidades interpretativas, mas fundamentalmente as conexões entre personagens, escolhas, políticas públicas, movimentos sociais, papel dos intelectuais, literatura, ideologias etc (PAIXÃO, GOMES, 2012; p. 304).

A historiografia, compreendida como regimes de marcação do tempo, que não são neutros, mas organizam o passado em enquadramentos sequenciais da experiência, conforma nossos modos de discorrer acerca e vivenciar nosso próprio tempo (PAIXÃO, 2013). Como coloca Michael Rosenfeld (2003), “*O passado é tão aberto quanto o futuro*”. Assume importância aqui a disputa das narrativas sobre o passado como modo de afirmar pleitos de direitos no presente (CARVALHO NETTO, SCOTTI; 2013) por meio do resgate das narrativas indisciplinadas dos povos colonizados (BUCK-MORSS, 2011). Nessa multiplicidade de tempos do momento constitucional, que tempo habitam as domésticas?

Mobilizar a pesquisa empírica ajuda a dimensionar a agência dos atores políticos nos processos constitucionais. É uma estratégia de compreensão do conteúdo das garantias constitucionais, portanto, de efetivação de direitos fundamentais (CARVALHO NETTO, SCOTTI; 2013), que fuja da tendência manualesca do Direito (DUARTE, 2008) e imprima consciência política no processo de produção do conhecimento (HOOKS, 2013), privilegiando a agência de grupos silenciados pela

historiografia hegemônica (BUCK-MORSS, 2011) e destacando a participação popular. Nesse sentido, seguindo as orientações de Gonzalez (1988), alguns trabalhos corroboram esta perspectiva.

Ochy Curiel, em *La Nación Heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación* (2013), lança luz sobre o texto constitucional colombiano de 1991, subvertendo a tradição antropológica eurocêntrica de estudar os “povos sem história” para utilizá-la como ferramenta para questionar a história oficial do país a partir de uma perspectiva feminista lésbica. Num Estado-nação multi e pluricultural, enxerga no pacto firmado na Constituição um contrato social heterossexual, com a família heterossexual, marcada também pela raça, no centro do texto nacional (CURIEL, 2013).

No Brasil, Marcos Queiroz, utiliza o Atlântico Negro de Paul Gilroy como ferramenta analítica para compreensão da realidade geopolítica do Atlântico, usando a Revolução Haitiana como chave metodológica e hermenêutica para repensar a Modernidade em *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro* (2017). Analisando o discurso parlamentar dos anais da Assembleia Constituinte de 1823, a primeira experiência constitucional do país, após a independência de Portugal em 1822, identifica como o medo da iminente abolição da escravatura moldou os conceitos de cidadania, liberdade, igualdade e nação na gênese do constitucionalismo brasileiro (QUEIROZ, 2017).

Sobre a Constituinte de 1988, formalização do paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito, Natália Neris Santos, em *A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte*, analisa como a abertura possibilitada pelo momento constitucional permitiu a tematização de questões raciais por meio da atuação organizada do movimento negro (SANTOS, 2015). A autora busca identificar as demandas e os argumentos utilizados, bem como verificar em que medida foram incorporados ao texto constitucional (SANTOS, 2015).

Outras contribuições deslocam a concepção hegemônica sobre o campo, como a de Thula Pires e Ellen Santos em *Agenda política do movimento de mulheres negras na constituinte de 1988* (2016). Analisando o impacto das articulações políticas dos movimentos de mulheres negras do Rio de Janeiro nas décadas de 1970 e 1980, por meio de fontes do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, as autoras exprimem o caráter interseccional de suas demandas.

Adriana Vidal Oliveira, em *A Constituição da Mulher Brasileira: uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional* (2012), analisa o papel das representações de gênero nas disputas do texto constitucional, refletindo sobre como a linguagem constitui a realidade, e sobre o caráter performativo do gênero, com base em aportes da teoria *queer*, presentes principalmente na obra de Judith Butler (OLIVEIRA, 2012).

Especificamente sobre a construção dos direitos sociais na Constituinte de 1988, há análises como a de Ricardo Lourenço Filho em *Liberdade sindical, autonomia e democracia na assembleia constituinte de 1987/1988: uma reconstrução do dilema entre unicidade e pluralidade* (2008). Não há, contudo, qualquer perspectiva de raça ou gênero, reiterando a invisibilidade do movimento de trabalhadoras domésticas, bem como o papel determinante das categorias raça e gênero na discussão sobre o paternalismo autoritário da Era Vargas que, como aponta o autor, estavam ainda presentes nas disputas de 1988.

Nesse sentido, a contribuição pioneira de Joaze Bernardino Costa (2007) sobre a história dos sindicatos de domésticas no Brasil expõe as lacunas das análises da historiografia constitucional que a perspectiva amefricana permite identificar. A partir dos aportes desenvolvidos neste trabalho, considero que a pesquisa historiográfica sobre a participação das trabalhadoras domésticas na Constituinte de 1988 pode expor incoerências do Estado Democrático de Direito e revelar a presença de elementos coloniais na parca recepção de suas demandas na redação final. Por que não foram recebidas? Sofreram constrangimentos? Que disputas político-partidárias influenciaram o processo? Qual foi a postura dos parlamentares? Que papel tiveram os juristas? São perguntas que o arquivo e outras fontes podem responder.

Compreendendo as dinâmicas de poder implicadas na escrita da história, é preciso analisar mais de perto os seus modos de operação na Constituição Federal de 1988 no que diz respeito ao trabalho doméstico. A história viva da Diáspora nas margens do Atlântico, contida nas experiências das trabalhadoras domésticas brasileiras, é o que orienta a inquietação. Essa colcha de retalhos de experiências pulverizadas, ainda insuficiente, há de ser preenchida. Revolver a narrativa oficial, tirar dela a poeira e lançar uma ótica que valorize a agência negra é um projeto potente. Interrogar o arquivo não é mero exercício de recolher e reconhecer dados “na” História (PAIXÃO, 2013), uma vez que materializa e confere operacionalidade a uma verdade (DUARTE,

SCOTTI; 2015). É um discurso localizado e propositivo, eivado de agência. O fragmentado universo do arquivo requer que captemos as falas e reconheçamos no singular e no que parece imperceptível “o acontecimento em história” (FARGE, 2009), refazendo essa história a partir de outros locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No meu próprio trabalho, eu escrevo não só aquilo que quero ler, compreendendo completa e indelevelmente que se eu não o fizer, ninguém mais é tão vitalmente interessado ou capaz de fazê-lo à minha satisfação – eu escrevo as coisas que eu deveria ter podido ler.
 Alice Walker³⁹

Em *Tornar-se negro*, a psiquiatra Neusa Santos Sousa, analisando os efeitos psíquicos do racismo, identifica que a ascensão social frequentemente promove a identificação com valores eurocêtricos, que implica a fragmentação da identidade negra (SOUSA, 1983), efeito da dupla consciência do mundo moderno-colonial (GILROY, 2012). O branco é entendido como modelo ideal de humanidade, parâmetro de afirmação e negação (SOUSA, 1983). Abdicar da identidade negra é, inclusive, uma via para a ascensão. Vendo o sofrimento subjetivo concreto causado pela incorporação do mito da democracia racial, Neusa identifica algumas estratégias de sobrevivência negra no mundo branco. Há aqueles que procuram ser os melhores⁴⁰, os que perdem a cor⁴¹, os que negam as tradições negras⁴² e os que simplesmente não falam do assunto⁴³ (SOUSA, 1983). Em todas, em alguma medida, permanece o sentimento de inferioridade e rejeição.

Nesse sentido, este trabalho se alinha com os objetivos da Lei 10.609 de 2003, que prevê a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, bem como da Lei 12.711 de 2012, que dispõe sobre as cotas raciais em instituições de ensino federais, compreendendo seus limites. A tomada de consciência racial por meio da educação é um dos objetivos das ações afirmativas, possibilitando a organização coletiva, o resgate da autoestima e a reivindicação da identidade negra. Pensando no processo de validação do conhecimento, as cotas, ao dar acesso a espaços de elite, poderiam viabilizar a assimilação de pessoas negras pelo mundo branco.

Ainda que feitas para representar e proteger os interesses de homens brancos de elite, as escolas, o governo, a mídia nem outras instituições

³⁹ Tradução pessoal (WALKER apud COLLINS, 2009, p. 16).

⁴⁰ “Eu tinha que ser a melhor, eu me exigia muito... Sempre fui a primeira aluna, no primário e no ginásio. [...] Depois resolvi fazer Medicina... Eu tinha que escolher a carreira mais nobre, o vestibular mais difícil” (SOUSA, 1983, p. 65).

⁴¹ “Eu estava crescendo como artista e então ia sendo aceito. Aí eu já não era mais negro. Perdi a cor. [...] Não discutia muito a questão. Ia vivendo. O racismo continuava”. (SOUSA, 1983, p. 65).

⁴² “E esse é o grande câncer da minha avó: o filho dela, professor, é o macumbeiro. Ela faz de conta que não existe a situação” (SOUSA, 1983, p. 66).

⁴³ “O David era louro de olhos azuis. Nunca me assumiu como namorada dele. Tudo era maravilhoso quando estávamos sozinhos ou com pessoas muito íntimas... Eu nunca achei que fosse nada racial... Nunca achei que devia discutir isso. Ele já era uma grande aquisição” (SOUSA, 1983, p. 66).

que abrigam esses processos, nem as epistemologias que de fato propõem precisam ser administradas por homens brancos. **Mulheres brancas, homens e mulheres afroamericanos e outras pessoas não brancas podem ser recrutadas para fazer cumprir essas conexões entre relações de poder e o que conta como verdade** (COLLINS, 2009, p. 271)⁴⁴.

Mas, se encaradas como uma política anticolonial e reparatória, que une o que o colonialismo fragmentou, elas têm potencial de resgatar um projeto de igualdade realmente universal (BUCK-MORSS, 2011), que nos reconheça como sujeitos do Estado Democrático de Direito. Não precisamos fazer o que qualquer branco faria no nosso lugar. Como seres humanos inteiros, com nossas mentes, corpos e magias, dimensões indivisíveis do ser, respeitando a história do nosso povo, é que adentramos e profanamos as instituições modernas.

“A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ‘ninar os da casa grande’ e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” (EVARISTO, 2012, p. 1). Como *outsiders*, essa missão é dificultada no fazer acadêmico feminista negro, pelas injustiças cotidianas que violam nossa saúde física e mental, bem como pela ausência de fontes de pesquisa, já que o texto oficial silencia nossa agência coletiva. É um garimpo de informações no qual o que está enterrado somos nós. A maior parte da bibliografia utilizada neste trabalho jamais esteve nos currículos das disciplinas obrigatórias do meu curso de graduação. Recorrendo novamente à ideia de dupla consciência, existe uma formação paralela à da faculdade nas tentativas extracurriculares de aprender epistemologias não hegemônicas.

Este trabalho representa o que Alice Walker (apud COLLINS, 2009) diz no início da seção: em face da ausência de referências que falem do meu tema de pesquisa a partir da perspectiva que eu considero importante, preciso eu mesma escrever as coisas que deveriam existir. Se houvesse um trabalho como este quando eu entrei na graduação, minha trajetória teria sido diferente. Não só eu teria outra perspectiva de atuação profissional, como muito sofrimento pessoal teria sido evitado. Que ele possa ser para alguém o alento que me faltou no passado.

O Direito precisa sair do padrão manualesco e dogmático que marca a nossa formação, valorizando mais honestidade intelectual e consciência política e menos discurso de autoridade. Este é apenas um trabalho de revisão bibliográfica, mas aponta

⁴⁴ Tradução pessoal.

para a necessidade de pesquisa empírica, uma vez que direitos fundamentais só tem conteúdo quando há fundamentação histórica e participação popular. Enfatizei ao longo do texto a potência da história das trabalhadoras domésticas para reconstituir a história da nação. Todavia, elas não são um artefato histórico fossilizado, mero objeto de pesquisa, mas sujeitos com quem a Academia deve dialogar e aprender.

Remeto-me, portanto, não só ao arquivo, mas ao diálogo com as pessoas e movimentos sociais fora da academia. A possibilidade de diálogo pode ser encontrada na pesquisa, em suas diversas modalidades, mas principalmente na extensão, pilar da educação universitária, previsto pela Constituição Federal, que valoriza a escuta, a troca e o afeto. Em *Extensão universitária no cárcere como uma experiência de pedagogia feminista anticolonial* (2017), eu, Thalita Najara e Camila Prando, refletindo sobre a experiência de extensão do PET Direito no presídio feminino do Distrito Federal, conhecido como Colmeia, fazemos apontamentos iniciais sobre o impacto das ações afirmativas nas dinâmicas da extensão, que tradicionalmente descreve o contato do sujeito com o Outro colonial. O estudante privilegiado sai de sua bolha para conhecer o mundo lá fora, em que habitam seres subalternos que não transpõem os muros universitários. Contudo, quando a estudante é a Outra, a mulher negra, essas dinâmicas de poder são deslocadas (LOPES, PRANDO, SANTOS, 2017).

O momento de crise institucional exige debate qualificado e força coletiva, especialmente do Direito do Trabalho. Ouvir a classe trabalhadora – a classe trabalhadora real, que trava disputas por direitos cotidianamente, como é o caso das domésticas – e construir alternativas *com* ela, sem querer conduzir seus caminhos, é importante para romper com os vícios autoritários que nos conectam aos anos 1930. Se for pra olhar para a década de 1930, que nos inspiremos em Laudelina e sua coragem.

Reconhecendo o papel do colonialismo na construção da neutralidade acadêmica, que é só outro nome para a racionalidade de homens brancos, a produção de conhecimento situado expõe o que está oculto no discurso sobre o universal, como orientam a epistemologia feminista negra e outros sistemas de pensamento não hegemônico. Isso remete à atuação dos grupos subalternizados, mas também à dos grupos dominantes na perpetuação desses padrões de poder coloniais. Como coloca Hill Collins, “nem todos os homens brancos aceitam as relações de poder que privilegiam o eurocentrismo. Alguns se revoltaram e subverteram as ideias e instituições sociais que

elas promovem” (COLLINS, 2009, p. 271)⁴⁵. Os privilégios dos brancos não os condenam a uma postura necessariamente racista, podendo desenvolver uma consciência política das hierarquias que permeiam o tecido social e os favorecem. Como agentes das instituições moderno-coloniais, têm também a responsabilidade de usar seus privilégios na construção de uma sociedade menos racista e sexista, cientes de seu lugar de fala (RIBEIRO, 2017), respeitando sempre nossa agência política.

⁴⁵ Tradução pessoal.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus outros = Do Muslim women really need to be saved? Anthropologic considerations on the cultural relativism and its others. Tradução de João Henrique Amrorim **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 451-470, maio/ago. 2012.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. Os perigos da história única. Palestra proferida para o canal TEDx. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>. Acesso em 30/11/2017.
- ALCOFF, Linda. The problem of speaking for others. *Cultural Critique*. Vol. 20, nº 20, 1991.
- ALVES, Raissa Roussenq. *Entre o silêncio e a negação: uma análise da CPI do trabalho escravo sob a ótica do trabalho “livre” da população negra*. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias de descolonização e saberes subalternos*. 2007. 274 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. *Direito e Relações Raciais: uma introdução crítica ao racismo*. 1989. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Jurídicas - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 1989.
- BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; DUARTE, Evandro Piza. *Cotas Raciais no Ensino Superior: entre o jurídico e o político*. Curitiba: Juruá, 2008.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. The invisible weight of whiteness: the racial grammar of everyday life in contemporary America. *Ethnic and Racial Studies*. v. 35, n. 2, feb. 2012, p. 173-194.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Código Penal**. (1941)
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. 1943. Brasil. Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.
- BRASIL. **Lei Complementar 150 de 2015**.
- BRASIL. **Lei 5.859/1972**.
- BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 422-451, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 out. 2017.
- BRITES, Jurema. *Afeto, desigualdade e rebeldia: bastidores do serviço doméstico*. 2000. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- BRITO, Máira de Deus. *História de vida de mães que perderam os filhos assassinados: “uma dor que não cicatriza”*. Dissertação (Mestre em Direitos Humanos e Cidadania) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- BUCK-MORSS, Susan. Hegel e Haiti. Tradução de Sebastião Nascimento. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 90, p. 131-171, jul. 2011.
- CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757/28579>

- CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação), Universidade de São Paulo - USP, 2005.
- CARVALHO NETTO, M. de. A hermenêutica constitucional sob o paradigma do estado democrático de direito. In: OLIVEIRA, Marcelo Cattoni (coord.). *Jurisdição e hermenêutica constitucional no estado democrático de direito*. Belo Horizonte: Mandamentos, p. 25-44, 2004.
- CARVALHO NETTO, M. de. *A sanção no procedimento legislativo*. Belo Horizonte: Del Rey, 1992.
- CARVALHO NETTO, M. de; SCOTTI, G. *Os Direitos Fundamentais e a (In)Certeza do Direito A Produtividade das Tensões Principiológicas e a Superação do Sistema de Regras*. . Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011.
- CHANG, Jeff. *Can't Stop Won't Stop: a history of the Hip-Hop generation*. Picador USA. 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. Black Feminist Epistemology. In: *Black Feminist Thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. New York: Routledge, 2009.
- COSTA, Pedro Henrique Argolo. *Entre hidra e leviatã: o nomos da terra de Carl Schmitt e o paradoxo da história universal*. Monografia em Direito pela Universidade de Brasília. Brasília, 2015.
- CRENSHAW, Kimberlé W. *Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.
- CURIEL, Ochy. *La Nación Heterosexual: Análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Editora Brecha Lésbica y en la frontera. Bogotá, Colombia, 2013.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Angela. *A democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura*. Difel. Brasil: 2009.
- DELGADO, Gabriela Neves. *Direito Fundamental ao Trabalho Digno*. 2. ed. São Paulo: Editora LTr, 2015.
- DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: Editora LTr, 2015.
- DELGADO, Maurício Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. *Novo Manual do Trabalho Doméstico*. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.
- DINIZ, Débora; COSTA, Bruna Santos; GUMIERI, Sinara. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 114, p. 225-239, maio/jun. 2015.
- DINIZ, Débora. *Cadeia: relato sobre mulheres*. Civilização Brasileira. 2015.
- DUARTE, Evandro. PNUD SENASP MJ Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas? A dinâmica e influência dos preconceitos raciais e sociais na identificação e definição das condutas de usuário e traficante. 2013.
- DUARTE, Evandro C. Piza. *Criminologia e Racismo: Introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil*. 1998. Dissertação (Mestrado em Direito) -Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 1998.
- DUARTE, Evandro C. Piza. *Do medo da diferença à igualdade como liberdade: as ações afirmativas para negros no ensino superior e os procedimentos de identificação de*

- seus beneficiários. 2011. Tese de doutorado (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- DUARTE, Evandro Piza; SCOTTI, Guilherme. A Queima dos Arquivos da Escravidão e a Memória dos Juristas: Os Usos da História brasileira na (Des)Construção dos Direitos dos Negros. In: SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PAIXÃO, Cristiano; FONSECA, Livia Gimenes Dias da; RAMPIN, Talita Tatiana Dias (Org.). *Introdução crítica à Justiça de Transição*. Brasília, DF: UnB, 2015. - (Série O Direito Achado na Rua, v. 7).
- DUSSEL, Enrique. *1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1993.
- FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução de Elnice Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF. 2005.
- FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FAUSTO-STERLING, Anne. *Cuerpos Sexuados: La política de género y la construcción de la sexualidad*. Tradução de Ambrosio García Leal. Barcelona: Melusina, 2006.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. As fronteiras raciais do genocídio. *Revista Direito*, UnB, jan./jun. 2014, v. 1, n. 1, p. 119–146.
- FALUZINA, Ana. A dimensão racial dos ventres livres. Publicado originalmente em Correio Braziliense em 26/09/2014. Disponível em: <https://pretascandangas.wordpress.com/2014/09/27/a-dimensao-racial-dos-ventres-livres/>. Acesso em 30/11/2017.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- FLAUZINA, Ana; FREITAS, Felipe. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de estado e negação do sofrimento negro no Brasil. *Revista IBCCRIM*, v. 25, n. 135, set. 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Em defesa da Sociedade*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.
- FRANKLIN, Naila Ingrid Chaves. *Raça, gênero e criminologia: reflexões sobre o controle social das mulheres negras a partir da criminologia positivista de Nina Rodrigues*. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. RJ: Record, 1992.
- FREIRE, Marcelino. *Trabalhadores do Brasil*. Em: EMICIDA. Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa. Brasil: Laboratório Fantasma, 2015 (01 min 23 s).
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015. - (Coleção Agenda Brasileira).
- GOMES, Rodrigo Portela; OLIVEIRA, Emilia Joana Viana de. Cativéis do tempo: a política do tempo sob as comunidades quilombolas. In: Congresso Internacional Constitucionalismo E Democracia: O Novo Constitucionalismo Latinoamericano, 6, Rio de Janeiro, p. 244-262, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs*, p. 223-244, 1984.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afrolatinoamericano*. Em: Caderno de formação política do Círculo Palmarino nº1: Batalha de Ideias. Brasil, 2011.
- GUMIERI, Sinara. Mulher, negra e escravizada: Esperança Garcia, primeira advogada do Piauí. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/08/mulher-negra-e-escravizada-esperanca-garcia-primeira-advogada-do-piaui/>
- GUZMAN, Virginia. Equidade de gênero como tema de debate e políticas públicas. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lúcia; NOBRE, Miriam (Orgs.). *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF, p. 63-85, 2000. (Coleção Cadernos Sempreviva). Disponível em: <<http://www.sof.org.br/2000/01/03/genero-nas-politicas-publicas/>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Organização Liv Sovik; Tradução de Adelaine La Guardia Resende ... [et al.]. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- HARDING, Sandra. The instability of feminist categories. 1986. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3174137?seq=1#page_scan_tab_contents
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Tradução de Mariza Corrêa. *Cadernos pagu*, v. 5, p. 07-41, 1995.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- HOOKS, bell. *Intelectuais Negras*. *Revista Estudos Feministas*, v. 3, n. 2, p. 464 - 478, 1995.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2017.
- JAMES. C. L. R. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Tradução de Afonso Teixeira Filho. Boitempo Editorial: São Paulo, 2007.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.
- LAMAR, Kendrick. *Alright*. Faixa do álbum *To Pimp a butterfly*. 2015.
- LOPES, Juliana A.. *A casa grande togada: o STF e a dimensão epistêmica das ações afirmativas na UnB*. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://comparativeproject.com/2017/07/03/a-casa-grande-togada-o-stf-e-a-dimensao-epistemica-das-cotas-raciais-na-unb/>>. Acessado em: 30 de agosto de 2017.
- LOPES, Juliana Araújo, SANTOS, Thalita Najara da Silva, PRANDO, Camila Cardoso de Mello. Extensão universitária no cárcere como uma experiência de pedagogia feminista anticolonial. 2017, no prelo.
- LOPES, Juliana Araújo. *Eu cotista*. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://petdirunb.wordpress.com/2015/08/13/eu-cotista/>>.
- LORDE, Audre, Os usos do erótico: O Erótico como Poder = Use of the Erotic: The Erotic as Power. Tradução de Tatiana Nascimento dos Santos (2009). In: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 53-59. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/346444178/Audre-Lorde-Usos-Do-Erotico-O-Erotico-Como-Poder>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

LOURENÇO FILHO, Ricardo Machado. *Liberdade sindical, autonomia e democracia na assembléia constituinte de 1987/1988: uma reconstrução do dilema entre unicidade e pluralidade*. 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v, 22(3), n. 320, set./dez. 2014. Tradução de Juliana Watson e Tatiana Nascimento.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: Traversées, diásporas, modernités, *Raisons Politiques*, n. 21, 2006, p. 29-60.

MOREIRA, Adilson. O que é discriminação. Casa do Direito. Brasília: 2017.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares, 2002.

NASCIMENTO, Guilherme; DUARTE, Evandro; QUEIROZ, Marcos. O silêncio dos juristas: a imunidade tributária sobre templo de qualquer culto e as religiões de matriz africana à luz da constituição de 1988. *Revista Quaestio Iuris*, v. 10, n. 2, Rio de Janeiro, 2017. p. 1162-1180.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. *As greves antes da "grève": as paralisações do trabalho feitas por escravos no século XIX*. Cienc. Cult., São Paulo, v. 65, n. 2, p. 56-59, June 2013. Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000200023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2017.

NUNES, Charô. *Trabalho doméstico: "Ela é da família" não é amor, é navalha na carne*. 2013. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/12/18/trabalho-domestico-ela-e-da-familia/>>. Acesso em: 05 out. 2017.

OLIVEIRA, Adriana Vidal de. A Constituição da Mulher Brasileira: Uma análise dos estereótipos de gênero na Assembleia Constituinte de 1987-1988 e suas consequências no texto constitucional. 2012. Tese (Doutorado em Direito) - PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

OYÉWÚMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas = Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. *African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms*. CODESRIA Gender Series. v. 1. Dakar, CODESRIA, p. 1-8, 2004.

Tradução para uso didático de Juliana Araújo Lopes. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero.os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf>. Acesso em 13 nov. 2017.

ORÍ - Beatriz Nascimento. Direção de Raquel Gerber. Roteiro de Maria Beatriz Nascimento. São Paulo: Angra Filmes, 1989 (90 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DBxLx8D99b4>

PAIXÃO, Cristiano. Tempo presente e regimes de historicidade: perspectivas de investigação para a História do Direito. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). *As formas do direito -- ordem, razão e decisão (experiências jurídicas antes e depois da Modernidade)*. Curitiba: Juruá, 2013, p. 77-87.

- PAIXÃO, Marcelo, GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós emancipação. Em: Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação. Organizadores: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. *Tramas e dramas de gênero e de cor: a violência doméstica e familiar contra mulheres negras*. Brasília: Editora Brado Negro, 2016.
- PRANDO, Camila Cardoso de Mello. *As margens da criminologia: desafios desde uma epistemologia feminista*. No prelo, 2016.
- PIRES, Thula. Por uma concepção amefricana de Direitos Humanos. 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/362229058/PIRES-Thula-Por-Uma-Concepcao-Amefricana-de-Direitos-Humanos>. Acesso 30 de novembro de 2017.
- PIRES, Thula; SANTOS, Helen. Agenda política do movimento de mulheres negras na Constituinte. In: Encrespando: Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a década internacional dos Afrodescententes (ONU, 2015-2024). Organização: FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula. Brasília. Brado Negro 2016.
- QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. *Constitucionalismo brasileiro e o Atlântico Negro: a experiência constitucional de 1823 diante da Revolução Haitiana*. 2017. 200 f., il. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, set. 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lander/pt/lander.html>>. Acesso em: 5 nov. 2017.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. Introdução crítica à sociologia brasileira. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- RAZEN, Johnatan, QUEIROZ, Marcos. *O marxismo e a cultura política do Atlântico Negro*. Anais do III Congresso de Estudos Pós-coloniais e IV Jornadas de Feminismo Pós-colonial. Buenos Aires: 2016.
- REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, n. 18, p. 6-29, 1993.
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro. Global Editora. Brasil: 2015.
- RONCADOR, Sônia. A doméstica imaginária: literatura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999). Editora Universidade de Brasília, 2008.
- ROSENFELD, Michel. *A identidade do sujeito constitucional*. Tradução de Menelick de Carvalho Netto. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.
- SAID, Edward. *Orientalismo: A Invenção do Oriente pelo Ocidente*. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTANA, Andreia. *bell hooks: uma grande mulher em letras minúsculas*. 2009. Disponível em: <https://mardehistorias.wordpress.com/2009/03/07/bell-hooks-uma-grande-mulher-em-letras-minusculas/> (Acesso em 05/12/2017).
- SANTOS, Natália Neris da Silva. *A voz e a palavra do movimento negro na assembleia nacional constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos*. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 2005.
- SILVA, Denise Ferreira da. À brasileira: racialidade e a escrita de um desejo destrutivo. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 61-83, abr. 2006. Disponível em:

- <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2017.
- SILVA, Vanessa Rodrigues. “Escravidados livres”: crítica ao discurso jurídico sobre a história do direito do trabalho a partir da representação historiográfica do trabalho escravo. 2015. 90 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- SOMÉ, Sobonfu *O Espírito da Intimidade: Ensinamentos Ancestrais Africanos Sobre Maneiras de Se Relacionar*. São Paulo: Odyseus, 2003.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte. Editora UFMG. 2010.
- TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- VANNUCCHI, Marco Aurélio, DROPPA, Alisson, SPERANZA, Clarice. Direito e história social: a historiografia acerca da justiça do trabalho no Brasil. In: ENGELMANN, Fabiano (Org.) *Sociologia política das instituições judiciais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, p. 151-175, 2017.
- WACQUANT, Loïc. “*Da escravidão ao encarceramento em massa: repensando a 'questão racial' nos Estados Unidos*”. In: Contragolpes — seleção de artigos da New Left Review. São Paulo: Boitempo, 2006.
- WERNECK, Jurema Pinto. *O samba segundo as ialodês: Mulheres negras e a cultura midiática*. 2007. Tese (Doutorado em comunicação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- WILLIS, Steven. Ebonics 101. Poema apresentado na National Poetry Slam. Oakland, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CB8pBiUavtg>. Acesso 30/11/2017
- ZANOTTA, Lia Machado. Feminismo brasileiro: revolução de ideias e políticas públicas. In: MIRANDA, Adriana Andrade et al. SOUSA JUNIOR, José Geraldo de; APOSTOLOVA, Bistra Stefanova; FONSECA, Livia Gimenes Dias da (Org.). *Introdução crítica ao direito das mulheres*. Brasília: CEAD, FUB, 2011. 350p. - (Série O Direito Achado na Rua, v. 5).
- ZOLA, Emile. *Germinal*. Companhia das Letras. São Paulo: 2000.